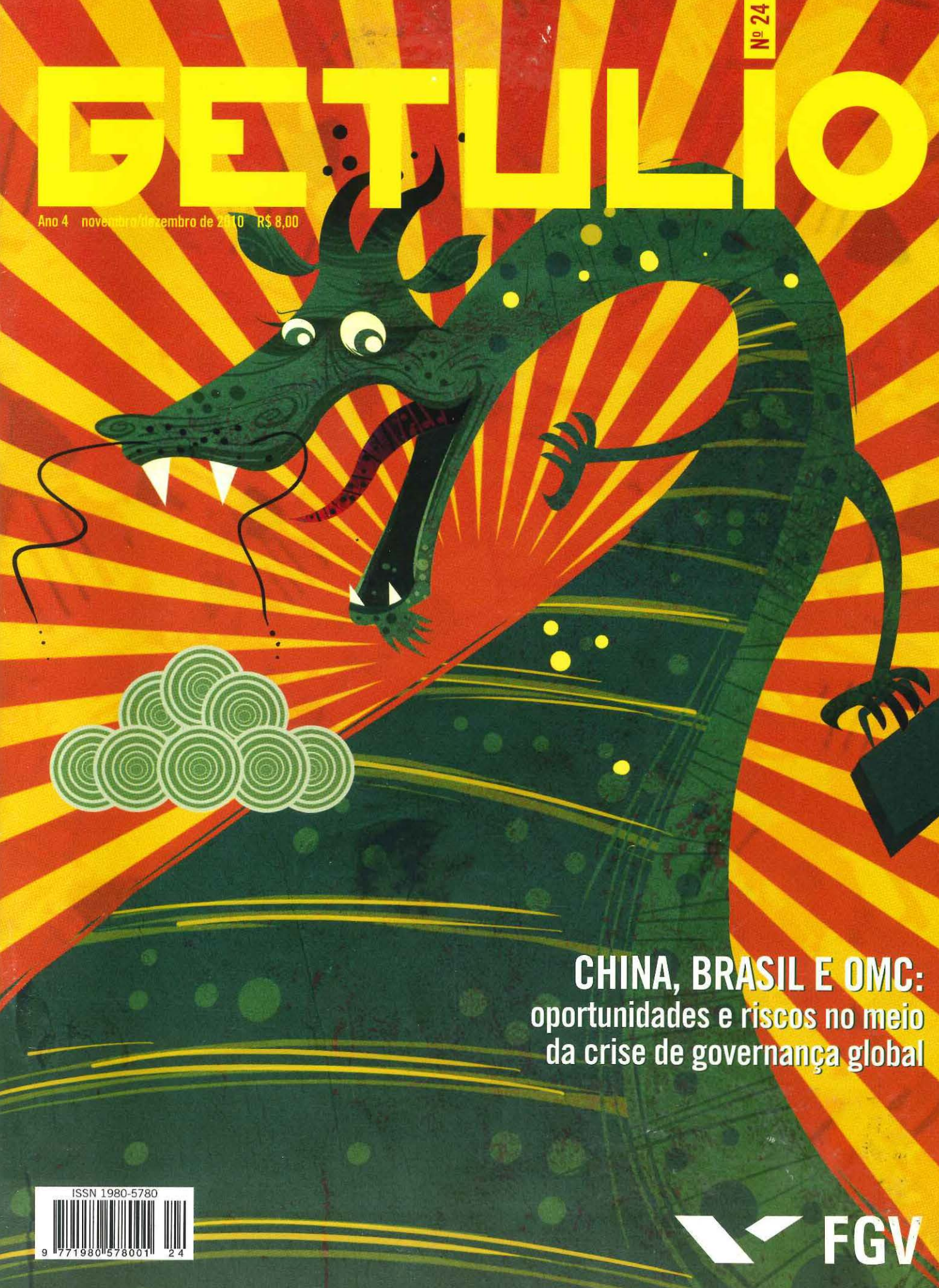
GETULIO

Nº 24

Ano 4 novembro/dezembro de 2010 R$ 8,00



CHINA, BRASIL E OMC:
oportunidades e riscos no meio da crise de governança global

ISSN 1980-5780

FGV

O DESAFIO DA CAPACITAÇÃO

A conhecida citação do poeta Ezra Pound "o artista é a antena da raça" pode muito bem ser aplicada a alguns economistas. Em uma entrevista publicada em *Getulio* (número 6, novembro de 2007), Raul Velloso afirmava, meio profeticamente: "É hora de aproveitar o efeito China e vestir o rei". Para o economista, era "preciso aproveitar o momento de abundância ocasionado pela entrada da China na OMC, tomar medidas de controle e investir em obras de infraestrutura que facilitem a retomada do crescimento". O efeito China, com seus novos desdobramentos, é o núcleo temático desta edição. E quem deu a deixa foi o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Miguel Jorge, ao pedir a sua assistente que conseguisse com a redação de *Getulio* cópia do estudo da professora Vera Thorstensen, repercutido em reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*. A partir daí ficou claro que era hora de retomar a discussão colocada há três anos por Raul Velloso.

Começamos entrevistando o embaixador Qiu Xiaoqi, no aprazível salão nobre da embaixada da República Popular da China em Brasília – com a presença da prestativa secretária Xie Yue e do conselheiro de imprensa Li Xiaoyu, que já foi correspondente da Rádio Internacional da China no Rio de Janeiro. Na conversa, Qiu Xiaoqi diz que, com interesses comuns e o bom relacionamento, o Brasil tem as melhores condições de tirar proveito do crescimento de seu país. E foi incisivo: "Posso assegurar, por meio da revista *Getulio*, para o governo e o povo brasileiro, que somos a primeira potência na construção do trem de alta velocidade do mundo". Recado dado, embaixador!

Para contextualizar a discussão sobre o trabalho produzido por Vera Thorstensen, publicamos um condensado de seu estudo (sob o título "Brasil e China: impactos, riscos e desafios"; a pesquisa original pode ser lida em nosso site fgv2.tempsite.ws/). Na entrevista concedida à revista ("OMC: mais viva do que nunca"), Vera afirma que há hoje um vácuo de governança global, e a China e os EUA, ao praticar a desvalorização, usam o câmbio para alavancar suas exportações. Coordenadora do recém-criado Centro do Comércio Global e do Investimento, na Escola de Economia de São Paulo da FGV, Vera propõe a criação de um mestrado juntando economistas e advogados, para capacitar quadros para os escritórios de advocacia: "O Brasil tem uma presença forte na área do comércio internacional e nossos diplomatas são extremamente competentes. Existe esse pessoal da frente de batalha, mas cadê a tropa para trabalhar? Não tem". É preciso capacitar, diz ela.

Na sequência, dialogam sobre o "efeito China" o dr. Welber Barral, secretário de Comércio Exterior do MDIC e um dos principais estudiosos de defesa comercial da América Latina. Para ele o país se saiu bem nas últimas empreitadas que enfrentou. O desafio agora é a capacitação e inovação para ganhar mercados. O repórter Rafael Gregorio discute, em "Negócios da China", como equacionar a questão de o gigante asiático ser nosso maior parceiro comercial e, ao mesmo tempo, ameaçar nossa indústria com sua agressiva competitividade. Capacitação e inovação, novamente, são as respostas. Ainda com o foco na China, o jornalista Gabriel Kwak ouviu especialistas em conduzir negociações entre empresas chinesas e brasileiras para preparar uma espécie da manual que você lê em "Penetrar as muralhas: caminho aberto para a China".

Há ainda boas leituras nesta edição. Continuando sua deliciosa série de crônicas sobre literatura e leituras, o brilhante jurista Nelson Eizirik aborda desta vez o obra de Enrique Vila-Matas, o escritor catalão contemporâneo cujos personagens principais, embora não os únicos, são justamente a literatura e os escritores. Uma escritora de fôlego da nova geração portuguesa, Inês Pedrosa também está presente nesta edição. Festejada numa das últimas edições da Festa Literária Internacional de Paraty, na conversa com nossa reportagem ela afirma que "o brasileiro tem esse jeito descontraído e informal de dar a volta às coisas, não se abater com as desgraças. Sinto uma grande comunhão com esse modo de estar na vida..."

Vale também conferir os comentários do crítico de cinema Fábio Fujita, as indicações de leitura de biografias de Giovanni Ettore Nanni, sócio do Escritório Tozzini Freire – e passear pela 29ª Bienal Internacional de São Paulo guiado pelas sábias mãos da crítica Maria Rita Drummond. Boas leituras e até janeiro de 2011!

Leandro Silveira Pereira

NOTAS

Direito GV lança associação de ex-alunos

Em 16 de setembro, ocorreu o lançamento da Associação de Ex-Alunos da Direito GV. O objetivo da iniciativa é incentivar o contato direto dos graduados com a Escola, contribuir para o desenvolvimento profissional e acadêmico dos membros da associação, criar espaços de interação entre alunos e professores, além de prestar serviços de caráter social, cultural, científico e técnico.

Durante o encontro, que contou com a participação da maioria dos ex-alunos, foram apresentados os benefícios para quem aderir à associação, a agenda de atividades e projetos. O evento contou com a participação do professor Ary Oswaldo Mattos Filho, diretor da Direito GV, e de Adriana Ancona de Faria, coordenadora de graduação e da diretoria da associação.


2


3


1

1. Daniel Luiz Tavela, presidente da Associação dos Ex-Alunos
2. Os ex-alunos Rafael Andrade e Victor Nóbrega
3. A diretoria da associação

Inscrições para o mestrado em Direito e Desenvolvimento crescem 44%

As inscrições para o mestrado em Direito e Desenvolvimento da Direito GV terminaram no dia 15 de outubro, com aumento de 44% no número de inscritos, em comparação com o processo seletivo do ano anterior, 2009.Uma das hipóteses para esse desempenho foi o convênio assinado entre a Escola e a Fundação Carlos Chagas, pelo qual serão oferecidas cinco bolsas de R$ 1.400,00 mensais por turma ingressante a partir de 2011.

Esse benefício visa ampliar a diversidade do corpo discente, considerando critérios socioeconômicos, étnicos, de gênero e também regionais. A Bolsa Carlos Chagas é cumulativa com a Bolsa Mario Henrique Simonsen. Do total de candidatos inscritos, 78% requereram o benefício.

Dentre os candidatos confirmados para o exame, 30,5% vieram de fora do Estado de São Paulo. Dos paulistas inscritos, 75% são da capital. Os homens predominam, são 61% contra 39% de mulheres. A maioria tem entre 21 e 25 anos.

Ao serem questionados sobre o que os levou à escolha pelo Mestrado da Direito GV, 32,2% declararam que foram atraídos pela linha de pesquisa adotada pela Escola; 20,3% consideraram a credibilidade da Fundação Getulio Vargas; 16,9% escolheram o programa pela qualidade do corpo docente; e 16% fizeram a opção por causa da metodologia de ensino. O restante (14,6%) apontou outros motivos, como os intercâmbios internacionais e a grade curricular.

Entre os candidatos, 45,8% afirmam ter interesse em seguir carreira acadêmica após o mestrado, contra 33,9% que disseram estar motivados pela possibilidade de contribuir para o desenvolvimento da sociedade e do país.

FGV lança o prêmio BM&F Bovespa

As Escolas de Direito, Economia e Administração de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, em parceria com a BM&FBovespa, lançam a versão 2010 do prêmio BM&FBovespa-FGV, que contemplará as três melhores monografias sobre o tema "A Regulação do Sistema Financeiro pode evitar Crises Sistêmicas?". O primeiro lugar receberá um prêmio de R$ 5 mil, enquanto o segundo e o terceiro receberão, respectivamente, R$ 3 mil e R$ 2 mil. A comissão julgadora poderá conceder até duas menções honrosas. As monografias premiadas e que merecerem menção honrosa serão publicadas em livro e divulgadas no Espaço Jurídico BM&FBovespa. Os trabalhos deverão ser entregues até 20 de dezembro. Mais informações no site www.fgv.br/direitogv/premios.

CURTAS

GV*law* abre inscrições para 2011, com cinco novos cursos

O programa de especialização e educação continuada da Direito GV está com inscrições abertas até 31 de janeiro, com o início das aulas previsto para o primeiro semestre de 2011. Os cursos são voltados para a formação de profissionais diferenciados, com perfil empreendedor e que precisam transitar pelas diversas áreas do Direito.

Para esse novo período de aulas, o GV*law* criou seis novos programas: especialização em Direito Imobiliário; Técnicas da Comunicação entre o Advogado e o Cliente; Liderança Direcionada à Organização Jurídica; Advocacia Preventiva no Direito Contemporâneo; Mudança Global do Clima e o Protocolo de Kyoto: elementos jurídicos, políticos, técnicos e econômicos da economia e da sociedade de baixo carbono.

Com a inclusão do Direito Imobiliário, o GV*law* passa a oferecer 10 programas de especialização, com duração de dois anos (equivalente a 432 horas-aula), sobre temas de direito administrativo, tributário, econômico, propriedade intelectual, responsabilidade civil, contratos empresariais, direito empresarial, direito penal econômico e direito societário. O programa foi concebido em módulos independentes entre si, distribuídos nas categorias de formação e profissionalizante.

Os módulos profissionalizantes são específicos por área e abordam os temas próprios de cada um dos programas de especialização. Já os módulos de formação oferecem uma base complementar ao aluno em áreas afins do direito. Nas áreas com apenas três módulos profissionalizantes, equivalente a 186 horas-aula, o aluno fica livre para escolher um módulo de qualquer outra área de concentração para completar o total de horas-aula.

O aluno da pós-graduação pode ainda participar de intercâmbios nacionais e internacionais mantidos pelo programa. O GV*law* possui convênios com a Escola de Direito do Rio de Janeiro e com a Escola de Economia de São Paulo, ambas da Fundação Getulio Vargas. Internacionalmente, há parcerias com Science Po e Université Paris-Delphine (França); Tilburg University (Holanda); Universidad Pompeu Fabra e Instituto de Empresas de Madrid (Espanha); Universidad de San Andrés e Universidad Torcuato di Tella (Argentina); ABCI Institute, Harvard Law School, New York University e University of Illinois at Urbana-Champaing (EUA); Universitá Degli Studi di Torino (Italia), Max Planck Institute (Alemanha), além da Universidade de Edinburgh (Escócia) e a Warwik University (Reino Unido).

As ementas dos cursos e os valores das mensalidades estão disponíveis no site www.fgv.br/direitogv/gvlaw.

Processos contra racismo em pesquisa da Direito GV

A luta contra a discriminação racial – que nos Estados Unidos culminou com a eleição do primeiro presidente negro da história do país – sempre se refletiu, no Brasil, na criação de leis que punem severamente atitudes racistas, das quais a histórica Lei Afonso Arinos é a mais lembrada. No entanto, apesar do endurecimento da legislação antirracista, ainda paira na opinião pública a impressão de que existe impunidade em relação a esses crimes. A pesquisa da Direito GV, realizada em parceria com o Centro Brasileiro de Análises e Planejamento (Cebrap) analisou 111 acórdãos em 2ª instância do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP), publicados nos sites do TJ e da AASP (Associação dos Advogados de São Paulo) entre 1998 e 2007. São decisões no âmbito criminal que contêm os termos "racismo", "injúria qualificada", "injúria racial" e, ainda, "discriminação racial".

Dos 111 acórdãos analisados, apenas 45 chegaram ao Tribunal após a sentença de mérito em 1ª instância, o que seria o fluxo normal de encaminhamento dos casos ao Tribunal. Os demais discutiam a possibilidade de encerramento precoce dos casos. Viu-se, portanto, que há uma tendência a questionar o prosseguimento dos casos, levantando questões perante o Tribunal, enquanto ainda estão em curso em 1ª instância.

Quanto à posição do TJSP sobre tais questionamentos, a pesquisa constatou que o Tribunal decidiu pelo encerramento de caso em 38 acórdãos, contra 29 em que determinou que seguissem seu curso normal na 1ª instância. Dentre o conjunto dos acórdãos que decidiram o mérito, no entanto, a maioria (25 acórdãos ou 60% do total) condenou o réu e o restante (16 acórdãos, ou 40% do total) decidiu pela absolvição.

Segundo Marta Machado, professora da Direito GV e pesquisadora do Cebrap, há em geral – tanto no movimento social, como na comunidade de juristas – uma sensação de que a lei não é aplicada ou de que o Judiciário é insensível ao problema social. Uma das motivações da pesquisa, desse modo, foi verificar exatamente o que acontecia com os casos quando chegavam aos Tribunais.

O estudo concluiu, entretanto, que embora haja um numero elevado de casos precocemente encerrados, o que certamente gera insatisfação, não é possível afirmar que haja uma posição do Judiciário paulista de insensibilidade em relação ao problema ou no sentido de minar a aplicação da legislação antirracista. Há sim, um curto-circuito no sistema, que pode ser atribuído a aspectos referentes ao processo penal.

VIDA ACADÊMICA

Teses e dissertações que apontam novos caminhos

Por Gabriella de Lucca

DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

A partir de uma análise e sistematização da doutrina brasileira dos direitos sociais, Thiago dos Santos Acca elaborou a dissertação "Uma Análise da Doutrina Brasileira dos Direitos Sociais: Saúde, Educação e Moradia entre os anos 1964 e 2006". Orientado pelo professor José Reinaldo de Lima Lopes, o mestrado foi defendido na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em uma banca composta pelo orientador e pelos professores Celso Campilongo e Oscar Vilhena Vieira, em abril de 2009.

Ao notar que o Brasil não contava com uma doutrina adequada sobre o tema, o autor resolveu direcionar sua pesquisa para o que foi debatido no período abrangido pela dissertação. "Duas são as preocupações principais que me levaram ao estudo do tema dos direitos sociais à saúde, educação e moradia no Brasil: por um lado, o abismo existente entre o texto constitucional e a realidade socioeconômica brasileira; por outro certa curiosidade em saber o que dizia a doutrina nacional sobre a questão dos direitos sociais, principalmente pelo fato de existir uma forte disparidade entre as disposições constitucionais e a realidade", escreve Thiago Acca na introdução. "O Brasil enfrenta sérios problemas na área da educação, habitação e saúde: 50% das pessoas com mais de 10 anos têm no máximo sete anos de instrução; há um déficit habitacional de 7,2 milhões de moradias; quase metade da população brasileira não é atendida por sistemas de esgoto; há um excessivo adensamento humano nas moradias, com muitas pessoas co-habitando em um mesmo cômodo..."

Assim, o trabalho se desenvolve em quatro capítulos. No primeiro, são apresentados os critérios utilizados para a coleta dos textos jurídicos (artigos publicados em revistas e livros). Thiago ressalta que um dos pontos importantes para a pesquisa foi justamente o levantamento bibliográfico. Na dissertação, ele detalha todos os procedimentos seguidos para obter os textos utilizados. "Muitos deles não estavam em São Paulo, alguns precisei ir recolher em Brasília", lembra.

Em seguida o autor arma o arcabouço teórico necessário para uma análise da doutrina brasileira dos direitos sociais. O capítulo 3 faz um retrato da doutrina, mostrando a quantidade de produção de textos no período compreendido entre os anos de 1964-2006. Em um segundo momento, os temas abordados pela própria doutrina são sistematizados. "Dessa forma, consegui mostrar quais são os temas considerados relevantes e as respostas construídas para os problemas relacionados aos direitos sociais", afirma. "Pretendi dar voz completa aos textos sem aparecer como doutrinador neste momento". De acordo com Thiago Acca, o método utilizado foi bastante rigoroso, já que a pesquisa fora suficientemente trabalhosa.

Na conclusão, a doutrina é analisada a partir da lente teórica do autor, que faz uma crítica, propondo uma agenda de debate e destacando as principais características que essa agenda deve contemplar. "Confirmei minha hipótese de que a doutrina brasileira é deficiente. Não tem a qualidade esperada em um país tão desigual como o Brasil", comenta o pesquisador.

Segundo o orientador do trabalho, José Reinaldo de Lima Lopes, enquanto ações de várias espécies são iniciadas na Justiça brasileira e colocam no centro do debate público a sua politização, Thiago Acca traça um mapa do que tem sido nas últimas décadas a doutrina dos direitos sociais. "Sem boa doutrina não pode haver boas soluções, essa é a hipótese do trabalho. Essa doutrina está sendo produzida? Como? Por quem? Além dessas questões, respondidas com cuidado e rigor, a pergunta mais importante também é enfrentada: o que nossos doutrinadores têm dito sobre os aspectos mais importantes desse debate", comenta. "Embora o trabalho não pretenda oferecer a última palavra sobre o conceito de direitos sociais, é um texto exemplar de como se persegue com método um problema jurídico."

A publicação da dissertação foi recomendada pela banca e Thiago já pensa em editá-la. Ele conta que sua pesquisa é a única em português que desenvolve um estudo profundo sobre a doutrina dos direitos sociais, um grande ponto inovador para o Direito no país.

PERICULOSIDADE E CONTROLE SOCIAL

Em sua dissertação de mestrado "A Medida da Maldade", Fernanda Emy Matsuda estudou a periculosidade e as formas de controle social usadas hoje com base nesse conceito. O trabalho foi defendido em 8 de março de 2010, na Universidade de São Paulo (USP), perante banca composta pelos professores Ana Lucia Pastori, Fernando Salla e pelo orientador Marcos Alvarez.

A autora recupera o surgimento do conceito de periculosidade na psiquiatria e a sua utilização pelo sistema jurídico. Ela observa a realidade do sistema jurídico-penal brasileiro e das diferentes políticas de segurança pública, a partir das quais percebe que a periculosidade é tratada como um argumento estratégico utilizado pelas diversas instâncias do poder para justificar as punições que, muitas vezes, são ilegais.

Para entender como o conceito de periculosidade – uma ideia nascida no século XIX – se atualizou ao longo dos anos, Fernanda Matsuda realizou um estudo de caso sobre o assassinato de um casal de jovens em novembro de 2003, na Grande São Paulo, que despertou grande comoção social devido à violência e à intensa cobertura da mídia. "Escolhi esse crime pelas suas particularidades, já que se tratava de um adolescente infrator. Além disso, o Poder Judiciário, o Ministério Público e a Febem [hoje Fundação Casa] se mobilizaram para que o infrator continuasse internado mesmo depois de já ter cumprido a medida socioeducativa", explica. O caso é analisado no terceiro capítulo da dissertação.

A trajetória de R., como a pesquisadora se refere ao adolescente no trabalho, revela a maneira como a Justiça manipula o conceito de periculosidade, abrindo brechas para que os indivíduos tenham sua existência anulada e, às vezes, chega a passar por cima da lei.

O professor Marcos Alvarez, orientador do trabalho, afirma que o mérito da pesquisa está em analisar, a partir de uma perspectiva crítica, a emergência da noção de periculosidade no âmbito da psiquiatria, sua inserção na esfera do Direito e sua atualização nas práticas de punição no mundo contemporâneo. "No caso estudado por Fernanda, a periculosidade serve para justificar práticas de punição que escapam à legalidade estrita e incidem de forma discriminatória sobre algumas categorias de indivíduos, considerados perigosos e que por isso devem ser neutralizados ou imobilizados. Assim, a periculosidade se torna um dispositivo para justificar e expressar uma vontade de punição que põe em risco o próprio Estado de Direito na contemporaneidade".

A pesquisadora conclui que a periculosidade faz com que o cidadão seja desprovido de direitos, a partir do momento em que o Estado o considera incapaz de viver em sociedade. "Muitas vezes esse diagnóstico não passa de um jogo de poder", completa Fernanda Emy Matsuda.

CARTAS

Quero elogiar as entrevistas feitas com o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos e com a professora Flávia Rahal, publicadas na excelente revista *Getulio* (número 23, de setembro 2010), que será meu livro de cabeceira na viagem pelas terras asiáticas para lembrar que há vida inteligente em terras tupiniquins.

Luiz Daniel Rodrigues de Carvalho, Brasília, DF

Gostei do tom de ironia do comentário que encerra a revista sobre a Justiça no palco da mídia ("A Lição de Lúcio Flávio", *Getulio* 23). Uma revista que dá gosto ler.

André Quick, Viçosa, MG.

Censura a Monteiro Lobato

Caro amigos da revista *Getulio*: pela divulgação desse protesto da Associação Brasileira de Literatura Comparada, de Curitiba, PR, contra o parecer 15/2010, aprovado no âmbito da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação e seus desdobramentos, numa tentativa de proibição de *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato, pelo CNE, um ato de censura tão condenável quanto inaceitável. "Esse é um manifesto de apoio a entidades e especialistas da área dos estudos literários e culturais que já intervieram neste debate, ressaltando as seguintes posições: 1) o repúdio a quaisquer formas de censura às manifestações estético-culturais; 2) a recusa a formas de abordagem da literatura e da arte que se limitem a uma dimensão estritamente conteudística, minimizando a relevância de sua função estética; 3) a rejeição a tendências que submetam os repertórios literários a formas de revisionismo pautadas por propósitos higienizadores de qualquer ordem; 4) a resistência a procedimentos que produzam artificialmente o apagamento da diversidade e complexidade das representações da sociedade presentes na produção literária de qualquer época; 5) a condenação a ações que camuflem as insuficiências do sistema de formação dos professores, julgando reparar tais problemas com notas editoriais ou recomendações pontuais; 6) o desapreço por posições que subestimem a força humanizadora da leitura do texto literário, por sua capacidade de propiciar a experiência do deslocamento do ser humano para além de suas vivências individuais ou grupais, uma das formas relevantes para o combate à ignorância e superação dos preconceitos. Assim sendo, a Associação Brasileira de Literatura Comparada manifesta-se em defesa da liberdade de expressão e do amplo acesso dos professores e demais leitores a todas as formas de produção literária. Para tanto, consideramos da maior importância que se assegurem condições apropriadas para a formação e o exercício profissional dos professores, agentes decisivos no processo de constituição de práticas de leitura densas, fundamentais para o pleno exercício da cidadania". Pela divulgação, fico imensamente grato.

Prof. João Manuel dos Santos Cunha, UFPel, Pelotas, RS



NEGÓCIOS DA CHINA

O gigante asiático é o maior parceiro comercial do Brasil e, ao mesmo tempo, ameaça a indústria nacional com sua competitividade ímpar. Como compensar a balança?

Por Rafael Gregorio

Recentemente, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, telefonou ao colega norte-americano Timothy Geithner, secretário do Tesouro dos EUA, para tratar de um assunto em comum: o câmbio chinês. A suposta desvalorização forçada do yuan, a moeda chinesa, vem sendo apontada por partes da comunidade internacional como um dos maiores fatores para a competitividade daquele país, que em pouco tempo saltou do subdesenvolvimento à condição de potência econômica e geopolítica mundial. Mais do que isso, do anterior ostracismo do mundo desenvolvido, a China assumiu o papel de motor do planeta. Nas palavras do presidente Lula, o país foi "o propulsor do espetáculo do crescimento" na última década.

De fato, o desenvolvimento chinês parece ser o segredo da esfinge a ser decifrado ou, na definição da jornalista Sonia Bridi, que viveu na China nos anos de 2005 e 2006 *(leia depoimento na página 17)*, se transformou "na maior notícia do momento". A transição do comunismo para o "socialismo de mercado", iniciada no final da década de 1970 com reformas que realocaram o foco produtivo da agricultura planificada para a manufatura industrial, passou por movimentos mais recentes de liberalização do comércio internacional e do investimento externo, e impressiona pela organização e rapidez com que o país alcança seus resultados. Especialmente durante a crise econômica iniciada em 2007, a China e sua indústria tornaram-se protagonistas, mantendo em alta os índices de produção e, por consequência, propulsionando a demanda por produtos e serviços de outras nações. Um processo que alavancou economias emergentes, especialmente Brasil e Índia, e despertou interesse e cobiça no mundo desenvolvido.

Assim é que nos últimos três anos assistimos, no Brasil, a uma ainda mais incisiva invasão de produtos chineses. A diversificação agrada à população, agraciada com preços mais baixos para produtos antes pouco acessíveis, mas acerta em cheio a indústria nacional, incapaz de competir com as condições do parceiro estratégico. De tal forma que, nos meios econômicos, o tema da desindustrialização já desponta como uma das mais importantes discussões no futuro próximo brasileiro.

Em um estudo recente intitulado "China – Líder das exportações mundiais e membro da OMC: desafios e oportunidades para o Brasil", a professora Vera Thorstensen *(leia entrevista à página 28)*, pesquisadora da Escola de Economia de São Paulo da FGV e Coordenadora do Centro do Comércio Global e do Investimento, remete a dados da Organização Mundial do Comércio (OMC) para evidenciar o papel do comércio internacional na estratégia de crescimento da China.

Segundo sua pesquisa *(leia condensado na pág. 24)*, de 2000 a 2009 o país multiplicou em 480% as exportações e em 560% as importações, inclusive desbancando EUA e Alemanha da liderança nas vendas ao exterior.

Vera foi assessora econômica da missão do Brasil na OMC em Genebra de 1995 a 2010. Com base em sua experiência, busca responder a perguntas cada vez mais alarmantes: a China é parceira ou concorrente do Brasil? Quais os fundamentos de sua estrondosa competitividade? Qual a real influência do câmbio sobre a disseminação planetária de produtos chineses? Como poderíamos utilizar as regras e os instrumentos de comércio da OMC para ampliar nossa penetração no mercado chinês e defender nosso mercado?

A competitividade chinesa

As respostas passam por uma análise da formação da competitividade chinesa. Em um boletim de junho de 2006 intitulado "O crescimento econômico e a competitividade chinesa", os economistas e pesquisadores do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) Paulo Mansur Levy, Marcelo Braga Nonnenberg e Fernanda De Negri buscaram explicar o aumento da atividade e das condições produtivas na China.

Para eles, o fenômeno poderia ser considerado uma terceira onda do chamado "modelo asiático", na esteira do Japão na década de 1950 e dos quatro *newly industrialized countries* (NICs) – Cingapura, Coréia do Sul, Hong Kong e Taiwan – na década de 1970. A

diferença fundamental, afirmam, é o tamanho diminuto desses países frente à extensão continental da China, cujo crescimento médio de 1978 a 2005 foi de 9,5%, contra um desenvolvimento nas zonas costeiras – mais alinhadas à economia de mercado – na significativa ordem de 15%.

Os pesquisadores apontam dois fatores principais. Primeiro, a acumulação de capital em Hong Kong durante a ocupação inglesa, inicialmente nos campos de comércio e finanças e depois em indústrias de transformação em setores como brinquedos e vestuário. A seguir, pesou a favor da China certa complementaridade produtiva, num modelo de intermediação entre Ásia e EUA a partir do qual os chineses importaram peças e componentes da primeira para montar e vender produtos finais para o segundo.

Além deles, segundo o boletim do Ipea, outros seis fatores contribuíram diretamente para o sucesso econômico chinês. Primeiro, a criação das Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) nas regiões litorâneas, iniciadas na pioneira Shenzen, quase um subúrbio de Hong Kong, o que permitiu o deslocamento daquela produção para a China e abriu espaço para a migração, em Hong Kong, de itens superiores na escala tecnológica. Depois, os investimentos diretos externos (IDEs), inicialmente dirigidos às ZEEs, o que permitiu ganhos de produtividade a partir de incentivos fiscais, proximidade de fornecedores e indústrias similares, fomento da inovação por meio de centros de pesquisa, incubadoras de empresas e laboratórios de ponta e, finalmente, da infraestrutura de energia e transportes. Combinados, o investimento externo e as Zonas Especiais determinaram o desenvolvimento tecnológico e a alteração da pauta de exportações.

O baixo custo da mão de obra, mencionado recorrentemente (e pejorativamente) como "trabalho escravo", permitiu aumento da demanda sem elevações substanciais de salários. São elementos importantes a relativa qualificação dos trabalhadores locais e sua concepção hierárquica e disciplina, que dificultam a organização e a pressão por reajustes ou direitos trabalhistas.

Outro fator, bastante polêmico, foi a apropriação da propriedade intelectual, da seguinte forma: para ingressar na China, as empresas multinacionais necessitavam, até alguns anos atrás, de um sócio local. Segundo relatos, esses sócios apropriaram-se ilegalmente do conhecimento estrangeiro e o aplicaram por conta própria em outras empresas domésticas, produzindo bens similares a preços inferiores, ainda que sem a mesma qualidade. Além disso, é notória a pirataria intelectual baseada na réplica de produtos de marcas famosas, especialmente confecções e perfumes. Não obstante isso afaste investimentos externos, os economistas ponderam, com precisão, que os demais incentivos chineses mais que compensaram tais prejuízos. Vale ressaltar também que o expediente não é uma invenção chinesa, tendo sido adotado antes em diversos países, principalmente o Japão do pós-guerra.

"Está se formando a ideia de que a China é a fábrica do mundo, a Índia é a prestadora de serviços, e a fazenda é o Brasil. E estamos permitindo"

Outro elemento decisivo para o crescimento chinês foi a larga escala em diversos setores, reduzindo drasticamente o custo. A produção anual de aço na China é de 220 milhões de toneladas e a de cimento chega a 900 milhões de toneladas. Apenas a título de comparação, os valores aproximados no Brasil são, em ambos, de 32 milhões de toneladas anuais.

A estabilidade e a previsibilidade das políticas macroeconômicas também facilitaram a atração de investimentos externos. Em raras oportunidades a inflação anual passou de 10% no país, e o déficit fiscal e a dívida pública não ultrapassam, respectivamente, 3% e 20% do PIB. Por outro lado, a poupança interna chega a quase 40% do PIB, alta até mesmo para os padrões poupadores asiáticos.

Finalmente, os pesquisadores do Ipea apontam a desvalorização de cerca de 400% do yuan entre 1981 e 1995 como um fator de influência, mas fazem uma importante ressalva à forte presença de componentes importados – e, portanto, pagos em dólares – nas exportações chinesas.

Todos os fatores acima serviram para fortalecer o país e prepará-lo para aquilo que Vera Thorstensen aponta como o fator crucial do desenvolvimento chinês: o comércio internacional. Resgatando uma tradição milenar, os chineses enxergaram no atendimento às demandas planetárias um combustível para a prosperidade. E encontraram no Brasil, com seu enorme e crescente mercado consumidor e suas fontes naturais abundantes e aparentemente inesgotáveis, o parceiro ideal.

Relações estreitas

Brasil e China nunca estiveram tão próximos. Como evidencia a professora Vera Thorstensen *(leia condensado na pág. 22)*, os asiáticos são hoje nossos maiores parceiros comerciais, respondendo em 2009 por 13% das exportações (US$ 20,2 bilhões) e por 12% das importações (US$ 15,9 bilhões). Em seu estudo, ela confronta os dados atuais com os de 2000, quando as exportações do Brasil para a China totalizaram US$ 1,1 bilhão e as importações US$ 1,2 bilhão, em ambos os casos 2% do total. Se por um lado o saldo foi positivo para o Brasil em sete desses dez anos, por outro chamam a atenção para composição das transações, detalhadas em um estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI) conhecido como "Observatório Brasil-china". Em síntese, 77% das exportações brasileiras são de produtos básicos, enquanto 98% de nossas importações são de produtos chinesas manufaturados.

Os números explicam claramente qual nosso papel no processo desenvolvimentista chinês. Por outro lado, o apetite industrial dos asiáticos manteve em alta os preços dos bens primários, dos quais o Brasil é hoje um grande fornecedor. Luiz Afonso Simoens da

Silva, professor de Negociações Internacionais e pesquisador do Instituto de Estudos Econômicos Internacionais da Universidade Estadual Paulista (Unesp), além de membro do Grupo de Conjuntura Internacional (GACInt) da Universidade de São Paulo (USP), faz um alerta sobre a exportação excessiva de matérias-primas. Segundo ele, "está se formando uma ideia de que a fábrica do mundo é a China, a prestadora de serviços é a Índia e a fazenda é o Brasil. E nós estamos permitindo".

O economista questiona a sustentabilidade do projeto brasileiro: "O lado bom é que essa demanda alavancou os preços das vendas brasileiras e gerou superávits essenciais para a manutenção dos projetos sociais e investimentos. Pagamos nossa dívida externa, inclusive com o Fundo Monetário Internacional (FMI), de quem somos hoje credores". No entanto, afirma, "o lado mau é essa especialização perversa que estamos deixando acontecer e, principalmente, a dependência externa". O professor explica: "Se eles desacelerarem seu crescimento ou por qualquer motivo o preço dos produtos primários cair, nosso déficit explodirá, o câmbio irá para as nuvens, retornará a inflação".

O advogado Durval de Noronha Goyos concorda apenas em parte com a relevância do comércio exterior sobre o processo desenvolvimentista chinês. Sócio sênior do Noronha Advogados, que mantém dois escritórios na China, ele assessorou o governo chinês na fase preparatória para a admissão na OMC e ainda hoje defende empresas ou setores econômicos chineses em questões comerciais no Brasil e na Argentina. Baseado em estatísticas oficiais do governo chinês, ele afirma: "O valor do PIB da China no final de 2009 foi de US$ 5,6 trilhões, enquanto o seu comércio exterior foi de US$ 2,2 trilhões", o equivalente, portanto, a 39% da produção. Durval ressalva, porém, que "a China tem um enorme mercado interno e importantes políticas de desenvolvimento e inserção social, responsáveis por 92,3% do crescimento do PIB em 2009".

De investida a investidora

Outra face dessa relação bilateral é a transição do papel da China no que tange aos investimentos externos. Em seu estudo, Vera Thorstensen relata que, em 2008, o país foi um dos maiores receptores de investimentos estrangeiros, num total de US$ 108 bilhões. No mesmo ano, entretanto, metade desse valor – US$ 54 bilhões – foi investido pelo país no exterior, alçando-o à 13ª colocação mundial. E muitos desses esforços remetem ao Brasil, justamente nas áreas de mineração, combustíveis e agricultura. Apenas em 2010, estima-se que a China será a líder em investimentos estrangeiros em nosso país, alcançando US$ 25 bilhões.

No início do ano, um consórcio chinês investiu US$ 1,2 bilhão na compra da mineradora Itaminas. Também em 2010 foram adquiridas a Sul America Metais, do grupo Votorantim, por US$ 390 milhões, além de uma participação minoritária na MMX, mineradora do grupo de Eike Batista, por US$ 400 milhões. O empresário também é sócio dos chineses em outros projetos intermediados pela estatal Wuhan Iron Steel (Wisco), que neste ano investirá nada menos que US$ 11 bilhões no Brasil. A China é o maior comprador de minério de ferro do mundo, e a ampliação de sua presença aqui visa abertamente garantir fontes do produto e reduzir a margem de determinação de preços por parte das grandes mineradoras, principalmente a Vale.

"Antes de culpar terceiros, deveríamos atentar para os nossos problemas e resolvê-los de forma responsável e eficaz", diz Noronha Goyos

No âmbito da agricultura, grupos chineses já compraram ou manifestaram interesse em extensas porções de terra, especialmente para a produção de soja, numa tentativa de garantir o fornecimento. O sinal de alerta foi acendido e, recentemente, o governo brasileiro emitiu regulamentos proibindo ou limitando a aquisição de terras por estrangeiros. Uma medida de eficácia extremamente reduzida, pois ainda basta a associação com empresários locais – vide o caso de Eike Batista.

No setor do petróleo, os investimentos também são pesados. Em maio, a estatal Sinochem comprou 40% do campo de Peregrino, controlado pela norueguesa Statoil, pelo valor de US$ 3,07 bilhões. No início de outubro, outra estatal, a Sinopec, aportou US$ 7,1 bilhões nas operações brasileiras da espanhola Repsol, naquele que é o maior investimento chinês no Brasil até agora. Isso sem contar o empréstimo de US$ 10 bilhões concedido pelo Banco de Desenvolvimento da China à Petrobras, em 2009, garantido pela venda de petróleo à Sinopec.

Em entrevista recente ao jornal *O Estado de S. Paulo*, o embaixador brasileiro em Pequim, Clodoaldo Hugueney, manifestou preocupação com esse processo. Para ele, os aportes chineses não fazem sentido, pois não estão dirigidos, como devem ser os investimentos externos, a áreas onde haja carência de tecnologia ou de capital, mas sim a interesses diretamente relacionados à soberania dos países. Mais motivos para levar a sério a máxima do professor Luiz Afonso Simoens da Silva: "A China é agressiva na defesa de seus interesses, como foram a Inglaterra no século XIX e os EUA no século XX. E, em geral, relações internacionais como essas são desagradáveis".

O Brasil e a OMC

Com base em sua pesquisa, Vera Thorstensen relaciona a concentração das exportações brasileiras em produtos de menor valor agregado e a crescente diversificação das exportações chinesas e seus destinos à maior e melhor utilização das regras do comércio internacional. Segundo ela, uma maior e melhor atuação do Brasil na OMC poderia amenizar "um quadro de desequilíbrio persistente entre a magnitude e a composição das pautas do comércio entre os dois países".

A professora apresenta dados do Banco Mundial para analisar a utili-

zação dos instrumentos de defesa comercial pelo Brasil em comparação com outros países. Entre 1980 e 2010, ocupamos apenas o sétimo lugar no número de investigações de direitos contra a China, o que em sua visão é um indicativo de pouca utilização dos instrumentos disponíveis. Ela cita também a utilização das salvaguardas, a partir das quais um país pode aumentar tarifas ou impor quotas por um período de tempo suficiente para a reorganização em casos de surto de importação que causem prejuízo à indústria doméstica. Em sua visão, "apesar de pouco utilizada, a salvaguarda foi bem explorada no caso dos brinquedos". Durante dez anos, entre 1996 e 2006, toda a importação do setor esteve sobretaxada de 50% a 10%.

A professora enumera sugestões sobre como o Brasil poderia mais bem utilizar os mecanismos previstos para ampliar sua penetração e proteger sua indústria na relação com a China. Dentre elas, combater o dumping chinês, apostar em valor agregado e bens industrializados para diversificar a pauta, lutar pela regulação cambial mundial e, especialmente, aumentar a competitividade.

Durval de Noronha Goyos questiona fortemente a "culpa" da China. "O acesso ao mercado chinês está assegurado pela legislação chinesa, consistente com a ordem multilateral da OMC. Não são fatores legislativos ou burocráticos que impedem esse acesso, mas sim a sistemática perda de competitividade internacional do Brasil por fatores macroeconômicos de origem interna", afirma. E ilustra: "A taxa de juros real na China é negativa em 0,2% ao ano, enquanto no Brasil ela é positiva em 5,5%. Temos cerca de 70 impostos, enquanto a China tem aproximadamente 15, e a carga tributária brasileira é quase o dobro da chinesa".

Para o advogado, não há dúvidas sobre o ônus do desequilíbrio industrial brasileiro: "O Brasil tem perdido sua competitividade internacional desde que adotou, ainda no governo Collor, a política da âncora cambial, um artificialismo que transferiu o ônus do combate à inflação para o setor privado. Sucessivos governos têm conhecimento do peso da tríade demoníaca juros-câmbio-impostos e, no entanto, as alterações necessárias não têm sido feitas". E completa: "A indústria brasileira está em fase terminal e os únicos motivos pelos quais nossas mercadorias ainda têm preços aceitáveis são a extraordinária competitividade do setor agrícola e a demanda aquecida na China e na Índia". Em sua visão, "antes de culpar terceiros, deveríamos atentar para os nossos problemas e resolvê-los de forma responsável e eficaz. Depois, se anomalias forem constatadas, as devidas negociações internacionais deverão ser conduzidas".

Sonia Bridi concorda com essa visão: "Temos sim que ficar de olhos abertos, sempre, porque a ética comercial dos chineses é extremamente agressiva, como a de qualquer país que se dê bem, mas não são medidas antidumping que vão resolver nosso problema".

"Os verdadeiros culpados residem na Casa Branca. Numa atitude imperial, os americanos querem socializar suas perdas com o mundo, como sempre"

A questão cambial

No olho do furacão da pauta comercial externa reside, hoje, a questão cambial. Em seu estudo, Vera Thorstensen situa a paridade monetária como "o mais sério problema a ser enfrentado pelo Brasil em relação à China", baseada em estimativas do FMI segundo as quais o yuan está desvalorizado em relação ao dólar em 40%, e o real valorizado em torno de 15%, resultando num diferencial de câmbio de 55%. Para ela, a discussão deve ser inserida na pauta da OMC, sob pena de "se converter em disputas que terminarão por abalar todo o sistema multilateral do comércio".

O tema, entretanto, divide opiniões. Para Luiz Afonso Simoens, a guerra cambial é apenas parte de um problema maior. "Os fluxos financeiros é que determinam a paridade e, portanto, devem guiar a discussão", afirma. Para ele, entretanto, "moeda é poder político, econômico, militar. Podemos teorizar milhares de modelos equânimes e justos, mas nenhum vai funcionar, pois os EUA não aceitarão discuti-los na OMC".

Em sua opinião, o foco da discussão não é a valorização do real ou a desvalorização do yuan, mas sim o comportamento da moeda norte-americana. "De 2000 a 2008, o dólar se desvalorizou com relação a todas as moedas. Os EUA inventaram um eufemismo chamado quantitative easing, que na prática significa emissão de dinheiro, diretamente relacionada a desequilíbrios orçamentários", afirma. Para ele, os verdadeiros culpados residem na Casa Branca: "Clinton zerou o déficit orçamentário, mas os gastos militares da era Bush o explodiram. Quase que num poder imperial, os EUA se acham no direito de desvalorizar a cédula para gerar empregos, abandonando sua obrigação internacional de estabilidade e priorizando os assuntos domésticos em detrimento do interesse mundial". Em outras e mais incisivas palavras, o professor afirma: "Os americanos querem socializar suas perdas com o mundo, como sempre".

Durval segue a mesma linha de raciocínio: "A OMC não é foro adequado para a discussão de questões cambiais", diz. Para ele, "no caso brasileiro, o foro pertinente é o de Brasília, já que o patamar referencial do real é decorrente de um ato soberano de nosso governo, ou seja, o exercício da política monetária do Brasil".

Na síntese de Luiz Afonso, "a questão do câmbio não vai ser resolvida na OMC nem no FMI, muito menos no G20. Talvez no G2". Em sua visão, a única saída possível para a controvérsia seria um acordo entre EUA e China, norteando o resto do mundo. "De qualquer maneira", diz, "o Brasil não vai ser um agente relevante. Cumpre-nos utilizar as armas que temos: controle e tributação sobre capitais estrangeiros e reformas para aumento de competitividade."

"HÁ MAIS DIPLOMATAS BRASILEIROS EM PARIS DO QUE EM PEQUIM"

Entrevista Sonia Bridi
por Rafael Gregorio

Sonia Bridi é jornalista e, como repórter da rede Globo, foi correspondente nos EUA, Inglaterra, China e França. A autora do livro *Laowai – Histórias de uma Repórter Brasileira na China* falou a *Getulio* sobre sua experiência e as relações com nosso maior parceiro comercial.

Você viveu na China nos anos de 2005 e 2006. Como se deu a decisão de se mudar para um país distante e desconhecido?

Foi muito em função de querer presenciar o que estava acontecendo. Naquele momento pouco se conhecia, todos achavam que eu estava me mudando para Marte. A construção da China e a influência que isso causava sobre o planeta era a maior notícia do momento, o que chamamos de *developing news*.

Como foi deixar aquele país?

Depois que saí de lá, fui morar na França, que é um país completamente estabilizado, com crescimento econômico baixo, digamos que onde quase tudo já foi feito. Um contraste absurdo! Foi interessante notar como a Europa estabilizada está se adaptando ao mundo novo definido pela China.

Com base nessa vivência, a que fatores atribui o sucesso chinês nos últimos 30 anos?

A elite chinesa é composta por gente pragmática. As lideranças são formadas em universidades politécnicas, centros como a Universidade de Tsinghua, o lugar que forma os "engenheiros vermelhos", inclusive o Hu Jintao (engenheiro hidráulico, atual presidente do país e secretário-geral do Partido Comunista). Engenheiros têm pensamento prático. Essa é uma diferença muito grande com relação às lideranças de países como o Brasil, formadas nas áreas de humanas, com um pensamento cheio de elipses. A realização no Brasil não é lenta por causa da democracia, mas porque falta pensamento prático no planejamento e na execução. A China é um país administrado por técnicos, que definiram aonde querem chegar e como, e estão seguindo o plano com rigor. Enquanto aqui não conseguimos realizar as reformas trabalhista e tributária que permitiriam às empresas manter a cabeça fora d'água.

Você concorda com a visão disseminada em certos meios sobre a relevância da exploração do trabalho no sucesso chinês?

Sempre achei uma injustiça e uma burrice estratégica nossa e de outros países atribuir o desenvolvimento da China ao trabalho escravo e à mão de obra barata. Também acho simplista atribuí-lo ao autoritarismo e à falta de democracia. Se fosse assim, a Coréia do Norte seria a Suécia. Ao nos negarmos a enxergar os méritos chineses, estamos deixando de ver a realidade. E ao fazê-lo, deixamos de nos preparar para ela. Qualquer pessoa com um pouco de visão irá perceber que estes motivos são muito menos determinantes do que a infraestrutura invejável. Posso nomear 15 portos chineses melhores do que o melhor porto do Brasil. Mas isso porque conheço pouco da China, pois se a conhecesse bem provavelmente citaria mais. Os aeroportos, as estradas, o sistema viário... Até 2020 eles construirão 16 mil quilômetros de trens de alta velocidade, enquanto não conseguimos parar de debater se vamos ou não fazer um entre Rio de Janeiro e São Paulo. Eles estão agora abrindo 4 milhões de vagas nas universidades para formar engenheiros, técnicos, administradores. O chinês com pouco estudo tem nove anos de escola. Aqui, as empresas que dependem um pouco de tecnologia e mão de obra especializada não vêm. A qualidade de nossa educação é motivo de vergonha para todos nós. E mesmo assim, durante toda a campanha eleitoral (para a Presidência) essa questão passou batida.

Uma maior atuação no âmbito da OMC, por meio de medidas antidumping ou salvaguardas, poderia resolver nossos problemas? Como avalia a atuação diplomática brasileira nesse sentido?

Há mais diplomatas na embaixada de Paris do que na de Pequim, sendo que a China é nosso principal parceiro comercial. O Brasil tem uma visão pequena e bobinha. Não consigo achar uma expressão mais definidora da maneira como vemos a China do que esta: bobinha. Os americanos usam seus diplomatas para vender seus produtos e interesses, os chineses também, e nós usamos os nossos para discursos ideológicos. Falta espírito prático. Fomos ingênuos em reconhecer a China como economia de mercado em troca da exportação da carne. Quantos quilos de carne se vendem para lá hoje? Não tenho o número atualizado, mas creio que seja algo inexpressivo. O apoio chinês à entrada do Brasil no Conselho de Segurança da ONU nunca foi explicitado. Eles davam a entender que iam ver, que talvez, que não sei o quê. Se os brasileiros tivessem aprendido um pouquinho da cultura chinesa, saberiam que deles ou você tem por escrito, ou não tem nada. Eles defendem seus interesses. E não acho que estejam errados! O que nós devemos fazer é defender os nossos, nos preparar para enfrentá-los.

Qual nosso maior impedimento para competir em pé de igualdade?

Em termos de mão de obra, além da questão da qualidade do ensino, falta principalmente a reforma trabalhista. Temos uma elite de trabalhadores com muitos direitos e uma massa imensa alijada da cidadania. É uma decisão hipócrita.

Falta planejamento na educação?

Exato, e falta decidir que país queremos ter. Por enquanto, tudo indica que o Brasil quer ser um país mais ou menos. Em vez de derrubar favelas e construir bairros, para que as pessoas tenham um lugar decente para morar, fazemos projetos favela-bairro. Favela é favela, bairro é bairro. Os chineses entendem isso. E não é à toa que estão levando a cabo o maior caso de promoção social da história da humanidade.



O DRAGÃO É BOM PARCEIRO

O embaixador da China diz que, com interesses comuns e o bom relacionamento, Brasil tem as melhores condições de aproveitar do crescimento de seu país

Por Carlos Costa e Leandro Silveira
Fotos Raphael Mendes

A grande sala da Embaixada da República Popular da China em Brasília, onde a reportagem de *Getulio* é recebida, transmite sensação de paz e tranquilidade. Cadeiras sólidas, panôs caligráficos com poesias que falam da luz da lua sobre o vale, talvez inspiradas na região autônoma de Guangxi Zhuang, no sudeste da China – uma das províncias mais belas daquele país continental, com vales e montanhas, formações rochosas impactantes, verdes vales, e não muito distante de Macau e Hong Kong. Ali em Guangxi Zhuang nasceu o senhor Qiu Xiaoqi, o embaixador que se apresenta pontualmente para a conversa agendada dois dias antes. Formando em Letras com especialização em espanhol, fez o curso de diplomata e iniciou carreira no Departamento de Assuntos das Américas e Oceania do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Foi secretário da Embaixada da China em Cuba, e depois em Lima, no Peru; conselheiro da representação no Chile, ascendeu à embaixador na Bolívia, de onde saiu para ser diretor geral do Departamento de Assuntos da América Latina e Caribe. Antes de vir para o Brasil, há um ano, ele era embaixador na Espanha e no Principado de Andorra. Embora se declare um aluno aplicado no aprendizado do português, Qiu Xiaoqi concedeu, em espanhol, a seguinte entrevista:

A China esperou 14 anos até ser admitida na OMC, em 2001. A partir daí muita coisa mudou. Hoje é o campeão das exportações, com US$ 1,2 trilhão, passando na frente da Alemanha (US$ 1,1 trilhão) e dos EUA (US$ 1 trilhão). Uma revirada em apenas dez anos. Como se deu isso?

Qiu Xiaoqi Conseguimos nos últimos anos alcançar muitos êxitos com a política de reforma e abertura, que foi formulada e estabelecida pessoalmente por Deng Xiaoping. Essas metas liberaram a força produtiva e mobilizaram com muito entusiasmo a grande massa de chineses na construção econômica da China. Multiplicamos o volume econômico do país, aumentamos as exportações e importações, enfim todo o comércio exterior de forma geral. Penso que essa política é correta para a realidade da China. Com população de 1,3 bilhão de habitantes, estamos atrasados no desenvolvimento. Quando iniciamos as reformas que levaram a essa virada nossa economia era bastante subdesenvolvida. Nos últimos 30 anos, tudo isso mudou e agora somos a 2ª economia do mundo, atrás apenas dos Estados Unidos, em seu volume total. Mas ainda temos uma renda per capita baixa, umas das mais baixas do mundo. Somos um país em vias de desenvolvimento. Resumindo, podemos dizer que a construção econômica foi um processo de reforma e de abertura que se iniciou com Deng Xiaoping e nosso sucesso econômico se deve à forma como o povo chinês vem trabalhado nesses últimos 30 anos.

Antes não havia esse comprometimento?

Qiu Xiaoqi Durante os 10 anos da Revolução Cultural não podíamos liderar esse entusiasmo. Isso só se tornou possível com a implantação das políticas de reformas. Aí sim pudemos ver todo esse entusiasmo dos chineses trabalhando e se dedicando à construção econômica do país. Claro que para isso acontecer tivemos especial cuidado na preparação e formação de um contingente de funcionários para alavancar a política e unir todo o povo em torno do partido. É preciso enfatizar muito bem isso, pois isso foi importante no êxito que estamos colhendo nos últimos 30 anos. Há alguns anos o presidente Mao disse que "depois que a política está definida, o mais importante é ter quadros para executá-la".

Então a missão de formar quadros de pessoal para impulsionar o desenvolvimento vem de antes de Deng Xiaoping, vem de Mao Tsé-tung?

Qiu Xiaoqi Durante toda a história do Partido Comunista Chinês, seja nos anos da luta armada, durante a formação da nova China, na época da construção socialista e econômica e também no processo de reforma e abertura, é possível perceber a preocupação

com a formação e a preparação de um quadro de profissionais capacitados. Isso com certeza é ponto positivo para nosso êxito. O sucesso que alcançamos não é casual porque a preocupação com a capacitação de pessoal sempre foi importante para nosso governo.

Existe hoje um espírito radicalmente distinto daquele existente no século XIX, por ocasião da Guerra do Ópio *[durou de 1839 a 1842, com a vitória inglesa].* Hoje o povo chinês é mais trabalhador?

Qiu Xiaoqi *[visivelmente incomodado]* Não concordo com essa afirmação de que hoje somos mais trabalhadores, sempre fomos. O que estou dizendo é: espiritualmente, hoje, somos diferentes da época da Guerra do Ópio. Foram anos muito tristes e o país sofria a opressão do que chamamos de "três montanhas": a opressão do imperialismo estrangeiro, do feudalismo e do pragmatismo burguês. As três montanhas esmagavam o povo chinês e faziam com que sofrêssemos muito com a opressão e a exploração. Com o nascimento do Partido Comunista Chinês, começamos a mudar o destino do país e ao mesmo tempo o estado espiritual do povo. A liberação do espírito, do entusiasmo, a mobilização das grandes massas e a existência de uma política correta foram fatores decisivos para o sucesso da China. E ter um povo disposto a trabalhar e a superar os obstáculos é muito importante. Somos um povo muito ligado a nosso governo.

E por trás do povo há um grupo de pessoas que pensa estrategicamente qual a melhor direção para o futuro.

Qiu Xiaoqi Todo êxito alcançado foi fruto da maturidade política do governo chinês na formulação de metas de desenvolvimento para o começo deste século, que abrange os seus primeiros 20 anos e chega até daqui a 50 anos. Lendo os documentos oficiais é possível verificar isso. Até meados do século XXI iremos modernizar o país, pois temos uma meta clara e definida e isso consolidará ainda mais nossa economia e as reformas políticas. Agora em outubro aconteceu a 5ª sessão plenária do 17º Comitê Central do Partido, no qual se aprovou o 12º Plano Quinquenal e a Agenda de Desenvolvimento para os



próximos cinco anos *[2011-2015]*, e com uma meta muito clara a curto, médio e longo prazo. E uma estratégia cuidadosa para a sua execução. Não existe espaço para improvisações em nossa política, o que é uma das vantagens de nosso sistema.

Saindo do plano geral, vamos para o particular. Como se deu a sua formação como embaixador?

Qiu Xiaoqi A minha experiência pessoal é bastante simples, igual à de qualquer jovem chinês. Há 30 anos comecei a estudar em uma universidade de língua estrangeira em Pequim. Escolhi o espanhol, e então a partir dessa escolha meu destino começou a sinalizar para a América Latina. Comecei a trabalhar no Departamento de Assuntos das Américas e Oceania. Temos também uma academia diplomática semelhante à do Instituto Rio Branco do Itamaraty, e ali se preparam os futuros diplomatas. Estudei junto com o meu colega, o senhor Li Xiaoyu *[conselheiro de imprensa, presente à entrevista]*. Ele fez a opção para a língua portuguesa e eu pelo espanhol. Hoje tenho de estudar também o português, e me esforço bastante. A América Latina é um continente com muitas possibilidades e potencialidades de desenvolvimento. E o Brasil, como a China, nos últimos anos tem conseguido grande sucesso econômico com o seu desenvolvimento, assumindo uma posição de destaque no cenário internacional. Estou feliz em trabalhar em um país como o Brasil, sobretudo num momento em que as nossas relações estão muito próximas e em constante fortalecimento. E isso se deve, a meu ver, aos interesses fundamentais de ambos os países. Como embaixador do governo chinês, estou muito contente aqui e com disposição de contribuir para a intensificação de nossas relações bilatérias.

O senhor disse que a China tem renda per capita pequena, mas ela é imensa se pensarmos que são 1,3 bilhão de habitantes, com um PIB de US$ 2,4 trilhões. O país mantém um crescimento médio de 10% ao ano nas últimas décadas e exerce forte atração em grupos empresariais de todos os portes e países, que investiram ali US$ 108 bilhões em 2008. A China também passou investir fora: US$ 52 bilhões em 2008, ocupando o 13º lugar. O Brasil está privilegiado do ponto de vista de investimentos chineses?

Qiu Xiaoqi Vou responder em duas partes. Nos últimos 30 anos o mercado interno chinês é cada dia mais importante para a nossa economia, sobretudo após o ingresso na OMC. As exportações e os fatores externos são importantíssimos para a nossa economia. Após a crise financeira internacional intensificamos os esforços e voltamos a nossa atenção para o fortalecimento do consumo interno e a exploração de suas potencialidades. Um país com dimensões gigantescas e uma população como a nossa não pode depender exclusivamente do exterior, pois em longo prazo isso não se sustenta. Conseguimos fazer isso com sucesso e o consumo interno cresce rapidamente. O senhor mencionou que por anos sempre estivemos entre os primeiros países receptores de investimentos estrangeiros e era isso que acontecia, mas com a valorização econômica passamos a investir no exterior. Segundo os classificadores internacionais, o Brasil é o país que oferece as melhores condições para se investir, por suas condições vantajosas e oportunidades. Além disso, possui uma boa relação política com a China, sempre mantivemos um intercâmbio comercial frutífero. Então esse conjunto faz com que o Brasil seja

um bom destino para os investidores chineses e não é estranho que algumas das nossas empresas comecem a investir aqui. Gostaria de enfatizar que esses investimentos não são apenas nos setores tradicionais com a produção de minérios, soja, feijão e outros produtos agrícolas. Eles acontecem em outros setores não convencionais.

Como, por exemplo?

Qiu Xiaoqi Algumas empresas já investem na fabricação de equipamentos de construção pesados, na fabricação de automóveis. Os interesses dos investidores chineses são hoje mais diversificados. Ou seja, a quantidade de investimentos aumentou e o leque de interesses de investimentos se abriu. Isso é importante para os dois países. O senhor mencionou que algumas empresas brasileiras têm interesses no nosso mercado. Ótimo. O nosso mercado está aberto há trinta anos. Empresas estrangeiras, principalmente de países desenvolvidos como os EUA, Europa e os da Oceania investem na China e isso pode ser confirmado por esses investidores: a China se tornou sua principal fonte de ganho. Empresas como a Nokia, Pioneer, Hitachi sempre tiveram no país a sua principal fonte de rendimento. Eu, como embaixador, espero que as empresas brasileiras percebam o quanto é confiável e seguro investir em meu país. Penso ser um pouco tarde, mas não demasiadamente tarde para perceber isso *[risos]*. No começo é preciso muita audácia por não conhecer as condições concretas na China e isso pode gerar medo e preocupação, mas é preciso superar isso. Os primeiros passos sempre são os mais difíceis. Dizemos que "a grande marcha começa pelo primeiro passo". É preciso ter a coragem para dar o primeiro passo, com audácia e com coragem.

Quais as principais dificuldades que o investidor chinês encontra no Brasil, e quais as dificuldades que os investidores brasileiros encontram na China?

Qiu Xiaoqi Penso que não há grandes dificuldades nem da parte chinesa e nem da parte brasileira. Veja bem, o Brasil é uma economia de mercado e aberta como a China e essa duas condições são importantíssimas. Todos sabem

Espero que as empresas brasileiras percebam o quanto é confiável e seguro investir na China. Talvez seja um pouco tarde, mas não demasiadamente para perceber isso *[risos]*

que empresas, mesmo em condições muito fechadas, conseguem se expandir, então em uma economia de mercado aberto é mais fácil trabalhar. Claro que algumas empresas encontram dificuldades, de diferentes tipos e níveis, mas não vejo isso com algo insuperável. O importante é ter noção da conjuntura e visualizar as oportunidades, pois elas passam muito rápido. Os próximos cinco anos serão um período muito rico para a China e recomendo a leitura do Relatório Final do Plano Quinquenal e da Agenda de Desenvolvimento que nosso partido emitiu. Nesse relatório estão descritas todas as medidas importantes para a construção econômica da China nos próximos cinco anos, e ali está uma boa análise da conjuntura, com grandes oportunidades.

A China passará por um fenômeno que outras economias, como a do Brasil, já passaram: quando a população chega a uma renda média de US$ 6.000 há a tendência de poupar menos e consumir mais, de geladeiras e microondas a alimentos mais balanceados. A inserção de milhões de chineses nesse novo modelo acarretará uma pressão no fornecimento global de alimentos e de recursos minerais. Como a China se prepara para isso?

Qiu Xiaoqi Todo os lucros advindos do desenvolvimento econômico chinês têm como objetivo principal aumentar o nível e a qualidade de vida de sua população. A nossa economia se desenvolveu rapidamente, mas ainda somos um país em desenvolvimento. Nossa renda per capita, em 2009, ultrapassou os US$ 3.000, neste ano, mais tardar no próximo, iremos superar os US$ 4.000. São números expressivos para qualquer país e claro que isso mudará substancialmente o comportamento geral de nossa economia em vários aspectos. A população já tem um poder aquisitivo maior do que tinha no passado, e estamos caminhando para uma nova realidade em que muitas pessoas terão acesso, por exemplo, ao consumo de itens que não consumiam antes. Para satisfazer essa demanda é preciso desenvolver ainda mais a economia, pois isso aumenta e melhora o nível de vida, de consumo e demandas da população. Penso que o mais importante é um mínimo de desenvolvimento da economia, não apenas em alguns setores, como os minerais ou industriais, mas da totalidade da economia. O intercâmbio econômico com outros países é fundamental para isso, e não é apenas no setor produtivo. Penso, por exemplo, no turismo. A China é um dos países mais importantes na emissão de turistas para outros países, seja para os do sudeste asiático, como Tailândia, Filipinas, Indonésia, Singapura e Japão, como para a Europa. Os chineses viajam, se hospedam em hotéis, fazem compras, ou seja, consomem. Isso são relações e intercâmbios que antes não havia, e, portanto, um novo comportamento da economia e do povo chinês.

Na balança de importação e exportações da China há um desequilíbrio nas relações com Japão, Coreia e Taiwan, países em que a China busca insumos para a produção de eletrônicos. O Plano Quinquenal prevê desenvolvimento de inovações tecnológicas?

Qiu Xiaoqi Vejo que os senhores conhecem bem as questões atuais da China. Há cerca de dez anos aconteceu uma reunião importante em que nosso governo definiu uma meta: converter-se rapidamente num país potente na inovação científica e tecnológica, e por trás disso há uma estratégia cuidadosa. A ciência e a tecnologia são as primeiras forças produtivas do país e por isso aumentamos enormemente

os investimentos no setor da educação, por pensar que para desenvolver essa área precisamos criar um contingente científico e tecnológico. Seguramente, hoje, temos um número expressivo de jovens preparados e educados para trabalhar na área científica, pois investimos em todas as áreas, desde a mais simples até a mais sofisticada. Para ficar apenas em um exemplo, vamos falar do desenvolvimento do trem de alta velocidade. Há oito anos não existia no país nenhum quilômetro de linha férrea para o trem de alta velocidade, hoje são 7.000 km de trilhos para um transporte que faz até 350 km por hora. Recentemente realizamos uma experiência com um trem-bala que atinge 450 km por hora.

E de onde vem essa tecnologia?

Qiu Xiaoqi De nossa própria inovação. Introduzimos tecnologias estrangeiras e as combinamos com nossa tecnologia. Indiscutivelmente, hoje, somos a primeira potência a dominar integralmente a tecnologia do trem de alta velocidade e certamente até 2113 a China aumentará ainda mais sua malha ferroviária.

Existe expectativa de cooperação da China na construção do trem-bala brasileiro?

Qiu Xiaoqi O Brasil prepara uma licitação para a construção do seu trem-bala, e desde meados do ano passado um grupo de empresas chinesas se prepara para participar dessa licitação. Vamos esperar para ver como seguem as negociações. O que posso assegurar por meio da revista *Getulio* para o governo e para o povo brasileiro é que somos a primeira potência na construção do trem de alta velocidade do mundo. Temos trabalhado com o governo dos Estados Unidos, que demonstrou interesse em nos chamar para um sistema de cooperação. Depois dos excessivos desenvolvimentos de rodovias, eles passaram a entender que em um país com um território tão amplo como o deles esse é um projeto essencial. Em países como China ou Brasil, com uma população tão numerosa, o trem de alta velocidade é o meio de transporte mais seguro, estável e econômico que existe. É hora de abrir os olhos e conhecer essa nova realidade. Quero chamar a atenção para o seguinte fato: se a China não sair com êxito na licitação brasileira, não consigo ver ou pensar nenhum outro país que possa oferecer condições melhores que a nossa para a construção do trem-bala. Temos experiência em todas as etapas do projeto e não apenas em um setor específico. Estamos avançados em desenho, planificação, fabricação de equipamentos, construção, operação e administração. Isso significa que dominamos todos os setores desde o início do projeto até a sua finalização.

A revista *Época Negócios* trouxe esse mês reportagem sobre o desenvolvimento do carro verde chinês. Isso é resultado de esforço no investimento tecnológico?

Posso assegurar, por meio da revista *Getulio*, para o governo e o povo brasileiro, que somos a primeira potência na construção do trem de alta velocidade do mundo

Qiu Xiaoqi Esse é um novo conceito e a China dá muita importância a esse tipo de inovação. Certamente seremos os maiores fabricantes de produtos ecologicamente corretos, como carros, ar-condicionado. Um dos temas discutido na sessão plenária foi o desenvolvimento de uma sociedade harmoniosa, como buscar o desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo ter atenção à qualidade de vida da população. Temos de reconhecer que, apesar dos êxitos alcançados nos últimos anos, ainda somos um país com muitos desequilíbrios, seja na economia de oeste a leste, entre o campo e a cidade, entre os setores industriais tradicionais ou os mais avançados. Há desequilíbrios em todas as partes e, para corrigir essas diferenças, a busca de um desenvolvimento mais equilibrado e mais sustentável é uma das metas do governo.

Uma das virtudes da China é o investimento maciço em educação. Os números são impressionantes, milhões de engenheiros que se formam a cada ano...

Qiu Xiaoqi É porque temos uma população muito grande *[risos]*. A educação é vital para o desenvolvimento da China ou de qualquer outro país. O Brasil tem algumas áreas educacionais bastante avançadas. Hoje nossos estudantes vão para os EUA, Europa ou para a Oceania, mas também para alguns países do Oriente, como o Japão ou a Coreia. Mas pouco a pouco começam a ir para a Espanha e países latino-americanos, como o México, Brasil, Chile e Cuba. Cada país tem a sua especialidade, o Brasil, por exemplo, é especialista em combustível biológico, sem falar dos avanços tecnológicos na agricultura. Conheci recentemente a Embrapa, uma instituição que presta uma grande contribuição ao desenvolvimento brasileiro na área de agricultura de cerrado, então nessa área também existe espaço para intercâmbios.

A revista *The Economist* publicou em abril um artigo afirmando que os países do BRIC não podem promover grandes mudanças na economia mundial por não conseguir deixar de lado os interesses individuais. O que o senhor acha?

Qiu Xiaoqi Posso dizer com 100% de certeza que esse é um desejo de um pequeno punhado de pessoas. Os membros do BRIC trabalham em cooperação e essa afirmação não reflete a realidade. Somos quatro países com posições e pontos de vista iguais ou muito parecidos na maioria dos temas da agenda internacional: a multipolarização mundial, o fortalecimento do papel da ONU, o enfrentamento na superação da crise financeira internacional, o processo de negociação de Doha, as resoluções em torno da reunião de Copenhaguen e as questões da mudança climática global, ou seja, em qualquer tema com um mínimo de objetivo comum pode-se perceber que esses países, e os países em via de desenvolvimento,

possuem posições muito similares. A cooperação é estreita.

Nos últimos anos, a subvalorização do yuan tem sido um fator de estímulo aos exportadores chineses. Desde 2003 seu país enfrenta pressão internacional para que a cotação do yuan possa flutuar. Numa entrevista para a revista *Exame* o senhor afirmou...

Qiu Xiaoqi *[risos]* O senhor leu tudo isso?

O senhor afirmou que as "taxas de câmbio da moeda chinesa não é assunto a ser discutido e que a China não aceita pressão externa". O senhor não crê que a China tem aceitado outras pressões, e inclusive a busca da inovação tecnológica responde a uma consciência de que é preciso evitar a emissão de gás?

Qiu Xiaoqi Isso não é uma conclusão correta. O desequilíbrio econômico não tem origem na mudança ou não do câmbio da moeda chinesa. O desequilíbrio tanto da economia mundial, como a dos Estados Unidos, tem origem em seus próprios países. A crise da economia norte-americana tem origem em seu próprio país, então é preciso buscar as causas e tomar as medidas necessárias para superá-las. Pôr a culpa na China é injusto. Toda vez que acontece um problema interno nos EUA eles buscam um fator externo para esconder a própria culpa. Então a questão do câmbio da moeda é uma politização. Estamos promovendo uma reforma do mecanismo de mudança do câmbio por iniciativa própria e em passos graduais e controlados, tanto que desde 2005 o Yuan, valorizou 25%. Então é injusto acusar a China de manipular as taxas. Quem manipula as taxas são aqueles que sempre acusam os demais. Por isso falamos que somos um país que não cede às pressões externas, seja em temas políticos ou econômicos. Fazemos as mudanças de acordo com os interesses fundamentais em longo prazo do povo chinês e de alcance para todo o mundo. Somos um membro responsável da comunidade internacional e não podemos aceitar pressões de nenhum país, mesmo que esse país seja muito poderoso. Acreditamos que o que estamos fazendo é de interesse de todo o povo chinês e de todo o mundo.

Na sua infância o senhor imaginava a China como ela está hoje?

Qiu Xiaoqi Mudou muito, né? *[risos]*. Não podia imaginar que o meu país pudesse produzir tantas mudanças. O povo chinês está muito contente com essa política de reforma e abertura. Na história do Partido Comunista Chinês nasceram dois pensamentos que mudaram o destino da China. Primeiro foi o de Mao Tsétung, que combinou o marxismo-leninismo com a realidade chinesa. Nos anos iniciais da revolução, surgiram movimentos ligados a essa ideologia que venceram uma a uma as batalhas e atingiram a vitória total quando se criou a República Popular da China, em 1949. Segundo, também fruto da combinação do marxismo-leninismo com a realidade da época, foi a construção, a reforma econômica e a abertura da China pela doutrina do senhor Deng Xiaoping. São dois pensamentos-guia que se somaram e levaram a China a um grande êxito. O primeiro período com a revolução e o segundo com a construção econômica da reforma e abertura. O caminho da China é muito grande e temos obtido enormes sucessos, mas os desafios e as dificuldades ainda são enormes. Nenhum governante do mundo pode imaginar a complexidade de nossos problemas. Nosso primeiro-ministro, Wen Jiabao, disse uma vez: "Qualquer êxito chinês, por maior que seja, quando dividido por 1,3 bilhão de pessoas se torna pequeno; e qualquer problema, por menor ou mais simples que seja, quando multiplicado por 1,3 bilhão de pessoas, se torna enorme". Penso que nenhum dirigente de qualquer outro país tem noção dessa complexidade.

Mas sem dúvida um dia a China será campeã mundial de futebol.

Qiu Xiaoqi Com a ajuda do Brasil *[risos]*. Temos de estabelecer uma parceria estratégica para que o Brasil nos envie alguns jogadores e treinadores de primeira categoria.

Em troca, a China enviará professores de engenharia.

Qiu Xiaoqi Estou à disposição para todos vocês, nossa embaixada está sempre aberta.

谢谢 Xièxiè. Obrigado.



W.

BRASIL E CHINA: IMPACTOS, RISCOS E DESAFIOS

Condensado de artigo de Vera Thorstensen*

No início de 2010, quando a OMC – Organização Mundial do Comércio – publicou os dados do comércio internacional de 2009, a China, com exportações de US$ 1,2 trilhão, passou a ser o líder mundial das exportações de bens, deslocando a Alemanha (US$ 1,1 trilhão) e os EUA (US$ 1,0 trilhão), que tradicionalmente figuravam nas primeiras posições das exportações. Nas importações, os americanos continuam os donos da maior demanda, com US$ 1,6 trilhão; contra US$ 1 trilhão da China e US$ 900 bilhões da Alemanha.

O histórico chinês revela, desde 2000, uma multiplicação por 4,8 nas exportações e por 5,6 nas importações. Há dez anos, a RPC-República Popular da China ocupava o 7° e o 8° lugares no vaivém pela OMC, organização a que ela teve acesso em novembro de 2001, com uma estratégia de crescimento adaptada a uma *economia socialista de mercado*. Visava estabilidade nas relações comerciais, ponto central da sua política de crescimento, e garantia de que suas exportações não seriam discriminadas.

Para os antigos membros da OMC, regras e supervisão de sua aplicação representavam interesses mútuos satisfeitos. Havia a atração de um vasto mercado, em fase de abertura, e consideravam que as regras existentes seriam garantia de que a invasão dos produtos chineses poderia ser controlada. Segundo o último relatório das avaliações periódicas da OMC, de abril de 2010, a China tem dado continuidade ao processo de liberalização de seus regimes de comércio internacional e de investimento de forma gradual, mantendo a estabilidade econômica e social do país.

Reformas, transição a mercado, efeitos pós-crise

Até o estágio atual, a evolução do processo de transição da economia da RPC (que desde 1986 solicitara status de parte contratante do antigo GATT, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio) apresenta duas reformas de destaque iniciadas ainda em 1978, antes mesmo de sua aproximação com a OMC, como observadora e negociadora em Rodadas.

A primeira reforma foi realizada no setor agrícola, com autonomia para os produtores e remuneração ligada à produção. A medida permitiu ganhos significativos de produtividade, abertura do setor para importações e liberou mão de obra para o setor da manufatura.

A segunda reforma foi a liberalização do comércio internacional e do investimento. Os principais pontos contemplaram privatizações da produção industrial, liberdade para exportações e importações com zonas especiais e atração do investimento estrangeiro visando a exportação, com incentivos fiscais em troca de tecnologia. Como resultado, as empresas de capital estrangeiro, atualmente, são responsáveis por 50% do comércio internacional da China e por 84% do comércio de bens processados.

Tarifas médias dos anos 80 passaram de cerca de 50%, para 15,6% em 2001 e 9,5% em 2009. O comércio internacional de bens passou de 10% do PIB em 1978 para 44% em 2009. A China tem grandes déficits comerciais com Taiwan, Coreia e Japão, origem de seus componentes, e grandes superávits com EUA e União Europeia (UE), principais destinos de suas exportações.

Em termos de investimento estrangeiro, o país é um dos maiores receptores, com US$ 108 bilhões ingressados em 2008. Na mão inversa e no mesmo ano, metade desse valor a China investiu fora de suas fronteiras, ocupando o 13° lugar no mundo.

A recessão iniciada em fins de 2008 afetou também o país. Em 2009, as exportações caíram 16% e as importações, 11%. Com a queda da demanda externa, sobrou capacidade em setores como aço, alumínio e cimento. E a baixa nos preços vem causando conflitos comerciais.

Diante da crise internacional, o governo chinês decidiu pela expansão da demanda interna, aumentando seus gastos e estimulando o crédito. Para reduzir o peso da manufatura, liberalizou restrições ao investimento estrangeiro na área dos serviços. Na agricultura, concedeu subsídios à produção e reduziu a taxação.

Câmbio e instrumentos de defesa comercial

Tema de acirrado debate internacional, o câmbio chinês teve várias mudanças. A primeira reforma, em julho de 2005, apreciou o yuan em relação ao dólar em 21%, mas sem alteração em relação ao euro. Em setembro de 2008, o yuan ficou estável em relação ao dólar. No final de junho de 2010, diante de pressões dos EUA e de vários países, e declarações do FMI (Fundo Monetário Internacional) de que sua moeda estaria "substancialmente desvalorizada", o governo chinês informou a adoção de flutuação administrada, em forma de banda, visando apreciação. Até setembro, a valorização foi inferior a 2%.

Estimativas da desvalorização do yuan em relação ao dólar variam significativamente. A expressão "substancial" do FMI chega a ser traduzida por 25%, ou 40% por outras fontes. Essas ainda consideram a subvalorização uma forma de protecionismo e subsídios que desencorajam compras de outros países. Levantou-se intensa discussão nos EUA, na UE e na OMC, se o FMI deveria ser o foro exclusivo de discussão da questão do câmbio ou se ela também deveria ser discutida no âmbito da OMC.

Os instrumentos de defesa comercial – em especial medidas antidumping – têm sido utilizados com frequência contra importações chinesas por boa parte dos membros da OMC. Recentemente, a própria China começou a usá-los contra importações que considera desleais.

Segundo dados do Banco Mundial, a China é o país que mais recebeu medidas antidumping desde 1981. De 820 investigações, 81% foram promovidas, pela ordem, por EUA (157), Índia (133), EU (130), Turquia (76), Argentina (69), México (51) e Brasil (47). Afetando em especial o setor químico, de metais e têxtil, 570 resultaram em medidas definitivas. Por outro lado, a China, no mesmo período, abriu 180 investigações e impôs 120 medidas contra membros da OMC. A contar de 1995, Coreia (32), Japão (31), UE e EUA (28) foram os mais afetados, principalmente no setor químico.

Três outros instrumentos de defesa balizam as relações comerciais. O regime de propriedade intelectual, com alegadas violações, passa por reformas. O governo chinês vem reforçando o quadro legal de proteção e promovendo a inovação como estratégia de desenvolvimento. As medidas compensatórias contra subsídios têm utilização menos frequente e as salvaguardas especiais (apenas quatro, pela forte rejeição chinesa), foram na prática substituídas pelas medidas antidumping.

Comércio Brasil-China: compasso e descompasso

A evolução das relações comerciais entre Brasil e China vem apresentando crescimento significativo. Em 2000, as exportações do Brasil chegavam a US$ 1,1 bilhão, quase 2% do total. Em 2009, atingiram US$ 20,2 bilhões, ou 13% do total. Do lado inverso, em 2000, o Brasil importou US$ 1,2 bilhão; 2% do total. Já em 2009, as importações chegaram a US$ 15,9 bilhões, ou 12% do total. Durante sete desses dez anos, o saldo foi positivo para o Brasil. Os déficits de 2007 e 2008 foram revertidos em 2009, ano de forte contração do comércio internacional. Os dados são acompanhados em detalhe pelo Observatório Brasil-China, da CNI (Confederação Nacional da Indústria). Além da pauta de exportações e importações bilaterais, é analisada a concorrência entre Brasil e China nos mercados dos EUA, Argentina e México.

As exportações do Brasil para a China se concentram em produtos básicos. Em 2000, representavam 68% da pauta. Em 2009, chegaram a 77% e os itens mais relevantes foram minérios (36%), oleaginosas (31%), combustíveis minerais (7%), ferro e aço (5%). Alguns itens brasileiros são significativos na pauta de importados pelo país asiático: fumo (46%), preparação de hortifrútis (21%), minérios (19%) e pasta de madeira e celulose (12%).

Do lado das importações brasileiras da China em 2009, manufaturados significaram 98%, contra 91% em 2000. Os capítulos mais relevantes da pauta recente foram máquinas e aparelhos elétricos (33%), caldeiras e máquinas mecânicas (20%) e químicos orgânicos (7%). Com tendência a diversificação, os produtos que cresceram a maiores taxas no período de 2003 a 2009 foram tecidos de malha (205%), ferro e aço (81%), cerâmicos (77%), veículos e tratores (64%) e móveis (62%). Borracha, máquinas mecânicas, obras de ferro e aço, plásticos e vestuário também apresentaram percentuais entre 58% e 50%.

A presença da China ocupando espaços

Dados de 2001 a 2009 do Observatório Brasil-China apresentam crescente presença chinesa nos mercados dos EUA, Argentina e México. Nos EUA, itens "Made in PRC" já chegam a 19% das compras totais, contra 9% em 2001. Produtos "Made in Brazil" tiveram uma participação de 1,27% em 2001; 1,45% em 2008; mas caíram para 1,29% em 2009. A menor e estável participação brasileira contrapõe-se ao crescimento chinês em produtos siderúrgicos, aeronaves e calçados.

No mercado da Argentina, a participação chinesa cresceu de 25,7% em 2001 para 30,5% em 2009. Nos mesmos dez anos, o Brasil cresceu de 5,3% para 12,4%, embora caísse em produtos químicos inorgânicos, eletroeletrônicos, calçados, algodão e fibras sintéticas.

A participação das exportações chinesas no mercado do México cresceu de 2,3% em 2001 para 13,7% em 2009. A participação do Brasil ficou estável, de 1,2% para 1,5%. No setor de automóveis observam-se perdas do Brasil e ganhos da China.

A timidez brasileira

Diante da evolução do comércio entre Brasil e China, a questão que deve ser levantada é a de como o quadro regulatório da OMC e os instrumentos ali previstos podem ser usados pelo Brasil para ampliar sua participação no mercado chinês e defender-se de práticas de exportações chinesas consideradas inconsistentes com os acordos.

Do lado das exportações brasileiras, apesar de as tarifas estarem próximas das chinesas – em torno de 15% para produtos agrícolas e 9,5% para não agrícolas –, alguns produtos de interesse do Brasil ainda sofrem com tarifas elevadas, como alimentos preparados, óleos, têxteis, calçados e equipamentos de transporte. Reduções só serão possíveis com o final da Rodada Doha. Tema mais relevante é a discussão de medidas técnicas e fitossanitárias que estão sendo impostas pela China e que não estão em conformidade com as regras multilaterais.

Nas importações de produtos chineses, dos instrumentos relativos à defesa comercial o mais utilizado, não só pelo Brasil, são as medidas antidumping. Segundo dados nacionais do Ministério do Desenvolvimento, quase 30 produtos foram afetados com direitos antidumping. O rol em investigação inclui ímã, carbonato de bário, magnésio em pó e garrafas térmicas, entre outros itens. A maioria representa produtos específicos, de restrito efeito econômico nas cadeias produtivas. Efeitos mais significativos podem ocorrer na indústria de calçados, têxtil, química, plástica e de fertilizantes. Se na comparação com outros grandes membros da OMC já foi constatado que o Brasil utiliza pouco os instrumentos de defesa, um deles, no entanto, merece destaque: o instrumento de salvaguarda foi bem explorado no caso do setor de brinquedos.

Câmbio, equação difícil: C-40 vs. B+15

O mais sério problema enfrentado pelo Brasil em relação à China está relacionado ao câmbio. Estimativas do Peterson Institute indicam que, em relação ao dólar, o yuan estaria desvalorizado em torno de 40% e o real valorizado em 15%. O diferencial chega a 55% e preocupa: as exportações brasileiras são afetadas em competitividade na comparação com os demais exportadores. Isso explicaria a concentração da pauta brasileira de um lado e, de outro, a ineficiência de instrumentos de defesa com fluxos e valores não ajustáveis.

O FMI, por regulamento, especifica que seus membros devem evitar a manipulação das taxas de câmbio visando vantagem. O problema é que o FMI não define o que seja a manipulação nem tem um mecanismo de *enforcement* como a OMC. Reconhecer desvalorizada a moeda chinesa não tem consequências jurídicas; no máximo, há pressão política para um reajuste.

Analistas sugerem que a questão do câmbio seja levada à OMC, pois moeda desvalorizada significa subsídio para exportações e tarifa para importações. Subsídios e tarifas podem ser discutidos no âmbito da OMC e analisados por seu mecanismo de solução de controvérsias. O problema é que na construção das organizações internacionais, ainda sob o padrão ouro, o tema câmbio foi deixado para o FMI e o tema comércio para a OMC. Até o momento, os membros desta se recusam a discutir a questão.

Existem, no entanto, algumas opções abertas nos próprios acordos da OMC. No artigo 15 do GATT encontra-se "as partes contratantes não deverão, por meio de ação sobre o câmbio, frustrar o propósito dos dispositivos do GATT nem, por ação de comércio, o propósito dos dispositivos dos artigos do Acordo do FMI". Ainda o GATT, no seu artigo 23, estabelece que se um membro considerar que algum benefício a ele devido esteja sendo anulado ou prejudicado, pode levar o caso à solução de controvérsias da OMC. Hipótese conhecida como disputa com violação ou disputa sem violação que, no entanto, levanta a questão de como enquadrar um caso de desvalorização cambial em um caso de não-violação. Outros dois acordos – sobre Valoração Aduaneira e de Subsídios – também estão entre as opções abertas discutidas por especialistas em OMC.

O desafio é balancear oportunidade e risco. Não perder exportações por falta de competitividade, e regular a entrada descontrolada de produtos que levem à desindustrialização

Avanço chinês: desafios para o Brasil e a OMC

A China vem ocupando mais espaço em todos os foros da OMC. Seu posicionamento indica que, como novata, não teria que assumir compromissos de membros mais antigos, como fica claro em agricultura e bens não-agrícolas. Demonstra também interesse na reforma de instrumentos que restringem suas exportações, como o antidumping. Busca redução de tarifas e ingresso em novos mercados para serviços.

No comércio Brasil-China, existe um desequilíbrio entre magnitude e composição das pautas. Enquanto o Brasil concentra suas exportações em produtos de menor valor agregado, a China diversifica e ganha setores de maior valor. A questão que se coloca é como a OMC e as regras do comércio podem ser utilizadas para sanar desequilíbrios como esse ante outro persistente, o cambial.

O grande desafio do novo governo brasileiro será definir uma política balanceada entre oportunidades e custos. Do lado das exportações brasileiras, está o risco da perda, por falta de competitividade, de um mercado ávido por produtos básicos e agrícolas. No turno das importações, a entrada descontrolada e alargada de produtos pode significar a desindustrialização e o aumento do desemprego de uma mão de obra qualificada.

Mas o problema de enfrentar a China não é só do Brasil. O que os membros da OMC e do FMI têm se recusado a admitir é que, com a sua política cambial, a China não só galgou, em tempo reduzido, a liderança das exportações mundiais, utilizando-se das regras da OMC a seu favor, como também está minando os alicerces de todo o quadro regulatório.

A questão cambial não pode ser apenas discutida nas reuniões a portas fechadas do FMI, mas deve ser analisada seriamente na própria OMC. Ou os efeitos dos desequilíbrios do câmbio são equacionados, ou as guerras cambiais acabarão por se converter em guerras comerciais, que terminarão por abalar todo o sistema. A China, na sua acessão à OMC, certamente ponderou os ganhos que poderia usufruir. Sua política cambial, no entanto, vem afetando o balanço de interesses de muitos outros membros, que não poderão assistir impassíveis ao desenrolar dos acontecimentos. Com a palavra os membros da OMC.

* Vera Thorstensen é professora e pesquisadora da Escola de Economia de São Paulo, da FGV, e Coordenadora do Centro do Comércio Global e do Investimento. Foi assessora econômica da Missão do Brasil em Genebra, de 1995 a 2010. Leia este artigo na íntegra em http://fgv2.tempsite.ws/ Condensado por Nivaldo Amstalden.



OMC: MAIS VIVA DO QUE NUNCA

Para a pesquisadora, há um vácuo de governança global, e a China e os EUA, ao praticar a desvalorização, usam o câmbio para alavancar suas exportações

Por Carlos Costa
Fotos Jefferson Dias

Assessora econômica da Missão do Brasil junto à OMC em Genebra de 1995 a 2010; presidenta do Comitê de Regras de Origem da OMC de 2004 a 2010, Vera Helena Thorstensen tem uma longa trajetória como professora de Política de Comércio Externo: lecionou em cursos de mestrado do IELPO-*International Economic Law and Policy*, da Universidade de Barcelona (2009-2010), Sciences-Po Paris (2003-2008), e do IIE-Instituto de Inovação Educacional de Lisboa (1990-2010) e foi palestrante na FGV em São Paulo (1995 a 2010). Graduada em Matemática pela Universidade de São Paulo, fez o mestrado em Administração na EAESP-Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV. Começou o doutorado na USP e o concluiu na FGV, sob orientação de Luiz Carlos Bresser-Pereira. "Defendi o doutorado com a tese 'O Estado Planejador, o Estado Produtor e o Setor de Bens de Capital', com um título desse tamanho só poderia ter sido com o Bresser, né? Foi ele que criou esse título, para mostrar como era importante o planejamento do Estado, como o setor nasceu no Brasil por causa das grandes obras e grandes projetos do aço, de telecomunicação... Fui a primeira doutora formada pela FGV", pontua, bem-humorada. Depois Vera fez em sequência quatro pós-doutorados, na busca do conhecimento que persegue até hoje: no IDB-InterAmerican Development Bank; no Centre for European Policy Studies, em Bruxelas; no Instituto de Estudos Europeus, em Lisboa; e em Harvard. Há dois meses voltou ao Brasil, e já se pôs a trabalhar, como professora e pesquisadora da Escola de Economia de São Paulo da FGV e coordenadora do recém-criado Centro do Comércio Global e do Investimento. Foi ali que ela recebeu a reportagem de *Getulio* para esta conversa:

Sua tese de doutorado foi sobre algo que o país perdeu: o estado planejador, que pensa e desenha cenários de futuro, certo?

Vera Thorstensen Mas isso em 1980 era muito importante. Como se cria um setor industrial. Foi uma visão de Estado importante, começou com Vargas e continuou com o Juscelino Kubitschek. Mas depois do doutorado fui para os Estados Unidos e comecei a estudar economia internacional: qual é a diferença entre teoria de comércio e as políticas de comércio. Em 1984, voltei e trabalhei com o Bresser no Banespa, na época do Governo

Franco Montoro. Nesse período atuei na área internacional, era o início do Mercosul, os primeiros acordos Brasil/Argentina. Motivada por isso, depois fui para a Europa estudar a integração europeia, gostava do assunto e achava o tema importante. Permaneci sete anos no CEPS-Centre for European Policy Studies em Bruxelas, como pesquisadora. Foi nesse período que escrevi os livros sobre a comunidade europeia. Em 1990 descobri o GATT/OMC *[Acordo Geral de Tarifas e Comércio]*. Brinco que foi paixão à primeira vista, trabalhar todas aquelas teorias, entendê-las e seus modelos.

Ainda era o tempo da Rodada do Uruguai?

Vera Thorstensen Era. Em 1990 encontrei o embaixador, Rubens Ricupero, chefe da missão do Brasil em Genebra: "Embaixador como faço para estudar o GATT?" Ele me disse: "Só há um jeito. Vem para Genebra. Estamos organizando um curso para funcionários do governo e você participa dele." Fiquei um mês em Genebra. O Bresser criou o Instituto Sul-Norte de Política Econômica e Relações Internacionais em 1992, juntamente com o Yoshiaki Nakano, e fui convida para trabalhar ali, realizamos uma pesquisa imensa: o estudo do impacto da formação dos blocos regionais na Política de Comércio Externo do Estado de São Paulo e no Brasil. Que tipo de comércio internacional havia em São Paulo, e como ele era, comparado com o Brasil. No final do governo fui para Washington trabalhar no BID e depois Harvard. Já em Bruxelas, em 1995, no governo de Fernando Henrique, o ministro Celso Lafer me convidou como assessora econômica para a missão do Brasil em Genebra e fiquei ali por 15 anos, como contratada local.

Quanto tempo ficou em Genebra na fase do Ricupero?

Vera Thorstensen Fiquei alguns meses como estagiária. No período de 1990 até 1995 ia muito a Genebra, pois naquela época não havia livro, internet, não tinha nada, ia colecionando papéis. É isso que quero transmitir: quando você quer uma coisa você faz, vai atrás do material. Estudei sozinha, não havia nenhum material, não existia curso de política de comércio exterior, tinha de colher informação nas brechas. Quando cheguei a Genebra, em 1995, já era Organização Mundial do Comércio, o Brasil, na época, teve o primeiro grande painel que foi o da Embraer contra a Bombardier (Canadá) e não havia advogado brasileiro que entendesse de regulação do comércio internacional. A partir dessa constatação, o embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa teve a ideia de criar um programa de estágio na Missão do Brasil, que passei a coordenar. Tenho muito orgulho dos 120 filhotes que foram lá e passaram três ou quatro meses na Missão do Brasil em Genebra.

A frente de batalha está bem coberta pelos diplomatas, mas cadê a tropa para trabalhar? Não tem. Essa é minha batalha: criar um mestrado juntando economistas e advogados

Esses filhotes são do Itamaraty?

Vera Thorstensen Não, não, são de escritórios de advocacia, funcionários do governo e mestres. Normalmente pedia mestrandos ou mestres que quisessem estudar a OMC. O aluno ficava lá sendo massacrado, todo dia de manhã dava uma aulinha, mandava ler, sou acadêmica antiga. Fiz o pessoal passar apertado. E o programa continua.

Onde o Brasil buscou advogados para o painel da Bombardier?

Vera Thorstensen Existem duas grandes escolas que entendem de regulação do comércio: a americana e a europeia. Hoje todos os escritórios são multinacionais e com pessoas de todas as nacionalidades. Como escola, os americanos são os que formam mais gente nessa área. E é isso que quero fazer aqui no Brasil, quero criar uma elite de especialistas em regulação.

Por que a senhora voltou para o Brasil?

Vera Thorstensen Completei 60 anos e tenho orgulho de ser sessentona. Pensei comigo: ou fico em Genebra, aposento-me e fico escrevendo livros numa boa ou vou comprar uma briga, que é esse desafio de criar uma elite.

E parece que a senhora pega pesado!

Vera Thorstensen Você ainda não viu nada. Botei isso na cabeça e vim para o Brasil. O Brasil tem uma presença muito forte na área do comércio internacional e nossos diplomatas são extremamente competentes nessa área. Existe um pessoal da frente de batalha que é bem coberta pelos diplomatas, mas cadê a tropa para trabalhar? Não tem. Essa é minha grande batalha: quero criar um mestrado, como é feito na Europa e nos Estados Unidos, juntando economistas e advogados. Já me falaram que não posso fazer isso aqui. Preste a atenção: as pessoas falam que comércio internacional é uma área de relações internacionais. Não é. Comércio internacional é Direito e Economia. Como dou aula nos dois cursos, quis juntar advogados e economistas para formar o pessoal de que o país precisa, mas o Ministério da Educação não deixa. Para fazer o mestrado tem de ser só em Direito ou só em Economia. É essa mentalidade que quero mudar. Voltei para o Brasil para criar um grupo de profissionais que entenda de comércio internacional.

E o que a senhora precisa?

Vera Thorstensen A base de tudo o que faço é a regulação do comércio internacional. *[Enfática]* Esquece se a OMC está parada ou morta, se tem rodada ou não. Existe uma regulação e é disso que quero tratar já. Quero formar, neste centro, especialistas em regulação do comércio global. Inclusive já mudei o nome, não é mais comércio internacional. Comércio internacional é exportação e importação. Hoje é preciso analisar investimentos, concorrência, mudança climática, impacto no meio ambiente, direitos humanos... Como juntar tudo e mostrar como isso impacta no comércio internacional? Ninguém consegue exportar carne se houver uma denúncia que a vaquinha está comendo pastagem na Amazônia.

Etiquetagem passa a ser uma referência, por exemplo, a etiqueta "Verde". Comércio internacional na atualidade é o conceito de globalidade, onde tudo afeta o comércio global. Minha primeira batalha ao voltar ao Brasil é convencer as autoridades de ensino de que essa área exige uma especialização diferenciada.



Em que pé está essa batalha?

Vera Thorstensen Vou começar criando na Fundação Getulio Vargas um programa de pós-graduação *lato sensu*, pois é onde existe liberdade para fazer. O próximo passo será convencer a Capes de que precisamos do mestrado profissionalizante. É perfeito que a Capes regule e acompanhe, mas não pode proibir.

Qual a concepção e o que diferencia esse centro?

Vera Thorstensen Primeiro, como se analisa o comércio global? A concepção de global não é um bom conceito, pois temos de analisar os subsistemas. É um multissistema, então é preciso passear por esses sistemas e descobrir o que é importante para o Brasil. Primeiro o sistema multilateral, em que estão as regras da OMC *[desenha um diagrama numa folha de papel, com diferentes círculos, do geral ao específico]*. O Brasil já participou de mais de 24 painéis e já foi chamado em 14. E sempre somos defendidos, até agora, por escritórios de fora, especializados em Brasil, com bons resultados. Agora foi feito um concurso internacional e já existem escritórios brasileiros participando. É uma trinca. Juntam-se escritórios dos EUA e da UE, com escritórios brasileiros.

Que escritório brasileiro está nesse processo?

Vera Thorstensen Quem ganhou o último concurso foi o escritório de Luiz Olavo Baptista, que foi membro e presidiu o Tribunal de Apelações da OMC, na solução de controvérsias, o DSB.

O que é o DSB?

Vera Thorstensen Dispute Settlement Body *[Órgão de Solução de Controvérsias]*. Temos os tratados e no tribunal da OMC existem mais de 400 casos que foram a julgamento e 100 desses casos têm jurisprudência do Órgão de Apelação *[a segunda instância decisória para a solução de controvérsias]*. O que acontece na mistura do *Common Law* e o *Civil Law*? No *Common Law* é preciso usar a jurisprudência e no *Civil Law* é preciso seguir o tratado. Dessa mistura surge um tema fascinante, que são os tratados da OMC em mais de 30 temas e o Órgão de Apelação julgando os casos por meio dos panelistas e dos apeladores. Quando julgam um determinado caso, interpretam as leis e consequentemente as expandem. Isso é fundamental. A OMC não está morta; a rodada é que está bloqueada. A organização com os seus painéis expande as fronteiras do conhecimento, então não se pode estudar apenas os tratados, é preciso estudá-los com todas as decisões da apelação, pois é onde se criam as regulações de comércio. A OMC está muito bem, vivinha da Silva. Na África, na Comunidade Europeia, nas Comunidades Asiáticas, nos acordos Mercosul, existem mais de 400 acordos regionais e se não existe, a OMC cria novas regras. Os sistemas regionais estão fazendo isso agora, na área dos fitossanitários, barreiras técnicas de investimento relacionado ao comércio, à propriedade intelectual. Isso existe na base da OMC e preste a atenção: tudo o que ainda não está na OMC, como investimento, concorrência, direitos trabalhistas e humanos, clima e ambiente, está em fase de regulamentação, pois os países estão celebrando acordos.

Qual o problema de não ter acordos?

Vera Thorstensen Não se trata apenas de acesso ao mercado. Quando se faz um acordo, as partes acertam tarifas, mas hoje não é mais apenas isso, faz-se acordo de barreiras técnicas de SPS (medidas sanitárias e fitossanitárias) visando à proteção do meio ambiente e a sustentabilidade. Participar de determinado acordo não é apenas baixar tarifas, mas aderir a essas regras de regulação que criam barreiras. Quando se começa a falar disso é preciso transitar bem pelos outros sistemas, que são nacionais. A Comunidade Europeia, os Estados Unidos, a China ou a Índia estão criando regras, regulação internas deles, que afetam as exportações e importações.

Por exemplo?

Vera Thorstensen Toda a discussão na Comunidade Europeia em torno do REACH, sistema integrado de registro, avaliação, autorização e restrição de substâncias químicas, visando proteger a saúde e o meio ambiente. A regulação climática dos Estados Unidos: estão criando a impressão de carbono que afeta a exportação. Outro exemplo: o aço brasileiro. Ele é hiper-sujo. Então se discute se na produção do aço se queima ou não carvão. Os países ricos criaram o ACTA *[Anti-Counterfeiting Trade Agreement]* em que negociam a propriedade intelectual. Outras tantas regulações são feitas e tudo isso afeta o Brasil. Pois não participar desses acordos significa que o país fica de fora da formulação das regras. Essa é a concepção do centro de estudo e pesquisas que estou organizando: é preciso formar profissionais que transitem muito bem por todos os vetores do sistema. Não adianta criar cursos de comércio externo para saber qual é o preço da exportação ou sobre a regulação brasileira. É fundamental conhecer o multissistema, a questão da regra de origem, como assegurar um acordo regional.

O que é são regras de origem?

Vera Thorstensen Vamos supor que queremos zerar as tarifas entre os membros do Mercosul. Para isso, e para que

os outros países não aproveitem dessa tarifa zero, é preciso estabelecer regras de origem. Só pode ser exportado para o Brasil com tarifa mínima se tiver uma transformação substancial em um dos países do acordo. As regras de origem são um instrumento importantíssimo nos acordos regionais. Fui presidenta do Comitê de Regras de Origem da OMC por seis anos *[2004 a 2010]*, então esse assunto é meu prato. Na hora em que se está dentro da OMC é preciso acertar as tarifas internas, existe a tarifa TEC *[Tarifa Externa Comum]*, que os países têm de acatar. Qualquer produto de qualquer país do Mercosul que não tenha uma percentagem de valores acrescentados ali não pode entrar no Brasil beneficiando-se de tarifas especiais. O país que mais está desvirtuando isso é a China: suas exportações estão aumentando para o Uruguai, que depois reexporta para o Brasil.

Como se fosse um produto uruguaio?

Vera Thorstensen É o que chamamos de desvio de comércio. Se existem regras é razoável que os empresários procurem brechas para não cumpri-las, mas continuando dentro da lei e obtendo altos lucros. Um caso típico no Brasil é o tecido índigo blue e que o Brasil estabeleceu o *antidumping*. O que acontece? A China manda o tecido para o Uruguai, que o reexporta para o Brasil. Fazem a bainha *[risos]*. Aqui nesta conversa falamos de regras do comércio internacional, mas falamos também de tarifas, de acabar com subsídios de bens agrícolas, uma coisa que não pode, de *antidumping*, que é uma maneira de proteger a indústria de uma concorrência desleal, ou seja, usei as palavras tarifa, regra de origem: estamos trabalhando com fluxo de comércio, com porcentagens. Tudo é porcentagem. Temos países como a China e os EUA que estão praticando a política de desvalorização. Esse é o grande tema atual: a necessidade de regras que impeçam que o câmbio se transforme em arma de comércio. Esse é o grande tema a estudar. Queria que as pessoas entendessem que os EUA e a China estão praticando uma política cambial explícita. O que a China faz? Ela segura a sua moeda em torno de um percentual atrelado ao dolar.

E se o dólar baixar?

Vera Thorstensen O yuan baixa junto. E como o dólar já está baixo, inundam o mercado com crédito e desvalorizam a moeda. Os Estados Unidos praticam uma política de desvalorização como mecanismo para sair da crise. Aí o especulador pega esse dólar e vem investir no Brasil, compra real e o nosso câmbio vai para a lua. Os dois países, Estados Unidos e China, praticam a desvalorização cambial, e com isso subsidiam suas exportações, criando uma tarifa extra em torno de seus países, usam o câmbio para alavancar exportação. E se estão criando nova barreira com essa tarifa isso é assunto para a OMC. E ela está começando a se mexer, não pode ficar calada.



Quais os próximos passos?

Vera Thorstensen Primeiro é preciso terminar a rodada atual, a "encantada" Rodada de Doha *[negociações para diminuir as barreiras comerciais em todo o mundo, centradas na divergência entre países ricos e os do G20, com foco nos subsídios agrícolas mantidos pelos primeiros]*. Veja, os dirigentes da FIESP batem muito no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Mas o MDIC tem um problema sério, que é o concurso público. Todos os técnicos mudam de área, então quem fica trabalha como um burro. Quando o técnico começa a entender os mecanismos do comércio, e tem condições de um trabalho efetivo, vai para outro departamento. Existe um esvaziamento e o próximo governo terá de repensar a estrutura de nosso comércio internacional. A exportação para o país é muito importante e logo passará a marca dos 200 bilhões. A importação também cresce e fala-se que o superávit está alto, esse conjunto faz com que o comércio internacional seja área estratégica para o país. O comércio internacional, do modo como o vejo, não deveria estar subordinado a um ministério, hoje é alçada da Camex, dentro do MDIC. Sou a favor de uma Câmara de Comércio Exterior forte, vinculada à Presidência, como era antes, pois precisa de todos os outros envolvidos: o Ministério das Relações Exteriores como o negociador e defensor do Brasil lá fora, mas é preciso ter o que exportar e aí entra o MDIC, o Ministério da Agricultura, o Meio Ambiente, Transportes e todos os outros.

Como secretaria especial vinculada à Presidência?

Vera Thorstensen Como um órgão de coordenação. Há outro problema, o número de especialistas da Secex *[Serviços de Comércio Exterior]* está minguando. Como aplicar *antidumping* e fazer investigações de uma defesa comercial com poucos técnicos? Os americanos têm três técnicos analisando um caso, que às vezes é longo; aqui existe um técnico analisando três ou quatro casos. Pelo volume de importação chinesa que o país tem, é preciso aplicar mais *antidumping*. Basta ver como se comportam a Turquia ou a Argentina. De maneira geral, a crítica que o Brasil recebe é de que aplica pouco o *antidumping* total.

O Itamaraty forma quadros de qualidade para o trabalho que compete a ele?

Vera Thorstensen Sim. O que falta nos outros ministérios são pessoas especializadas em comércio internacional; e também no setor privado: consultores, advogados e economistas que trabalhem junto com a indústria para criar caminhos para a exportação. As exportações crescem e as importações

mais ainda, a projeção é de 10 bilhões de superávit. Imagina que já tivemos 60 bilhões de superávit... Temos um consumo de importados crescendo...

Até porque ficou fácil comprar com esse câmbio manipulado.

Vera Thorstensen Manipulado pelos outros países como consequência de especulação supervalorizada no Brasil, há excesso de interesses de especuladores de aproveitar o diferencial entre a taxa Selic e a taxa praticada lá fora. Pegam o dinheiro a 1% e aplicam no Brasil a 10%.

Como a Europa reage a isso?

Vera Thorstensen A Europa sai da crise e se recupera, diferentemente dos Estados Unidos que ainda não saíram da crise e continuam com a política de dinheiro fácil. A Europa fez o ajuste fiscal e está enxugando o mercado, a Alemanha, por exemplo, se recupera rapidamente, os dados da última *The Economist* são impressionantes.

Qual a consequência?

Vera Thorstensen Os produtos europeus estão caríssimos e com certeza terão problema em exportar, enquanto os produtos dos EUA estão baratos. A Europa começa a se preocupar. O FMI deveria estar cuidando disso e não cuida.

E por que não cuida?

Vera Thorstensen Porque não existe um mecanismo ou tribunal no FMI que decrete: "Chega, você está desvalorizando demais". O relatório do FMI de junho de 2010 afirma claramente que o yuan está substancialmente desvalorizado. E o que aconteceu? Nada! O ponto é: guerra cambial é guerra comercial e esse assunto é da alçada da OMC, é preciso criar mecanismos na OMC para neutralizar essa guerra.

Em 2007, numa entrevista concedida a *Getulio*, o economista Raul Velloso *[nº 6, novembro de 2007]* dizia que o Brasil crescia não por ter aprovado um plano, crescia no vácuo do crescimento chinês, o "efeito China".

Vera Thorstensen Em 2007 foi uma maravilha, o mundo inteiro estava bombando e o Brasil aproveitou. Mas são dois pontos que merecem um pouco de análise. Como explicar a China no mundo de hoje? Ninguém falava da China há quinze anos, ela não existia no cenário internacional. Em 1970 ela optou por crescer via comércio internacional. Fantástico, não é? Ou seja, um país fechado opta pelo comércio internacional como modelo de crescimento. Foi por isso que ela buscou a OMC. E teve de pagar caro, fazer vários ajustes em sua legislação. Por que quis entrar na OMC? Ela precisava das regras da OMC para que os outros países não discriminassem os produtos chineses; pois se não fosse um membro não seria necessário fazer análise *antidumping*. "Ah, é coisa de chinês, 1000% de *antidumping*." E ela não teria com quem reclamar. Agora não pode aplicar regras de maneira discriminatória, pois ela está

Ninguém consegue exportar carne se houver denúncia que a vaquinha está comendo pastagem na Amazônia. Etiquetagem é uma referência, por exemplo, a etiqueta "Verde"

na OMC. Ela entrou por quis e porque precisava da organização. A minha briga agora é que com a política de câmbio, ela está minando os alicerces da OMC.

No artigo *De Guerras Cambiais a Guerras Comerciais (Estadão*: 22/10/2010) a senhora chegou a ser radical.

Vera Thorstensen Estou preocupada com o Brasil. O que está acontecendo? O Brasil importa mais da China do que dos outros países, e o que exportamos para ela? Quase 35% de soja e 35% de minérios. É justo? Veja bem, sou contra radicalismos: afinal, estive na OMC tanto tempo. Comércio é fruto de exportação e importação e é fundamental para o desenvolvimento de qualquer país, basta ver o caso da própria China. Sou a favor de liberdade para o comércio, mas debaixo de regras. A China não cumpre as regras e usa o câmbio para miná-las. O Brasil precisa da OMC, o país bateu nos Estados Unidos nos painéis, ganhou pendências ali. Então por que os grandes não cumprem? Por que China ou EUA não têm de seguir as regras? Os EUA não cumpriram os painéis da OMC, perderam no caso do algodão e não cumpriram *[contencioso do algodão levantado pelo Brasil em 2003 contra os EUA. O relatório considera que os EUA não cumpriram sua obrigação de eliminar os subsídios concedidos ao algodão]*. Eles têm culpa no cartório. Se há 10 painéis não implementados, 8 são pelos EUA, portanto dão mau exemplo. Os Estados Unidos são um mercado importante, fundador da OMC. Ele se beneficiou das regras e precisa agora ajudar a neutralizar o fator câmbio, que é o grande problema do comércio global. Existem as regras, que são estáveis, os acordos regionais estão indo, os painéis estão sendo resolvidos, mas existem os Estados Unidos que não cumprem e há guerras cambiais dos dois lados.

O que prova a importância do curso que a senhora planeja.

Vera Thorstensen *[risos]* Primeiro é preciso reformular nosso comércio exterior; depois identificar os problemas dos gargalos, o novo custo Brasil, o câmbio. Precisamos de uma política macro para apoiar o setor, caso contrário continuaremos eternos exportadores de soja e minérios, depois consolidar os acordos regionais, se não, logo logo teremos déficit e já vimos o porque. Para isso precisamos dominar as regras e as estratégias de exportações das empresas. Veja, hoje vivemos um problema seriíssimo de governança global. Repare o que está acontecendo com a crise do multilateralismo, isso é algo que preocupa. A OMC não acaba a rodada, os Estados Unidos e a China não se entendem, o FMI perdeu o poder por não resolver as guerras cambiais, o acordo do clima não fecha. Claro que isso é consequência da mudança de poder no mundo, pois antes existiam os EUA e Comunidade Europeia como grandes potências ditando as regras. Agora há os emergentes. Essa acomodação gera a crise de governança. Isso preocupa e a crise do câmbio pode virar uma fortíssima crise por falta de governança.



PENETRAR AS MURALHAS: CAMINHO ABERTO PARA O IMPÉRIO

Expert em conduzir negociações entre empresas chinesas e brasileiras falam de suas experiências e dão algumas regras de ouro para futuros investidores

Por Gabriel Kwak

Quando as relações comerciais entre Brasil e China ainda eram apenas uma miragem, alguns profissionais visionários brasileiros apostaram que esse intercâmbio bilateral iria fazer a diferença na arena global. E devem muito do seu faturamento ao mercado chinês, representando os interesses de empresas brasileiras consolidadas.

Hoje a grande potência comercial do mercado internacional, a China tornou-se atraente para os investidores brasileiros que planejam se internacionalizar, e vão longe os tempos de qualquer desconfiança em relação ao potencial do nosso principal parceiro. E vice-versa. Mas tanto clientes chineses quanto as multinacionais brasileiras que querem fazer negócio ganharão muito se aprenderem com o repertório desses "visionários pioneiros" para se estabelecer no mercado global.

Um dos endereços que mais ilustram esse pioneirismo é 450 Fuhsan Road, 14° andar, "F", em Xangai. É o escritório chinês da Noronha Advogados, pioneiro no país. "Em 1999, a gente já estava discutindo a abertura do nosso escritório em Xangai. Abrimos antes dos franceses, italianos, espanhóis, foi realmente o primeiro escritório latino, não só latino-americano", conta a advogada Lílian Thomé, sócia responsável pelo departamento administrativo do escritório. A banca de Noronha contribui para gerir empresas chinesas aqui e no continente sul-americano e assessora os brasileiros que querem se instalar nas Mecas da economia da China: as cosmopolitas Xangai, no litoral oeste, e Beijing, que sediou os Jogos Olímpicos de 2008.

Tudo começou pelo prestígio do fundador do escritório, o tarimbado advogado Durval de Noronha Goyos Jr., um desses visionários. Na condição de árbitro da Organização Mundial do Comércio (OMC), Durval conquistou excelente trânsito entre advogados e o governo da China. Foi o trunfo decisivo para que o advogado passasse a preparar advogados chineses para a acessão da China à OMC, já que até então a categoria era maciçamente satélite do Escritório Central do governo, leia-se Partido Comunista.

Em 2000, o escritório conquistou a licença do governo chinês. "Éramos considerados loucos. Perguntavam: 'Por que a China? O que vocês estão fazendo lá?'", conta Lílian, que também dirigiu a filial americana da Noronha Advogados por três anos.

"Trago curto", pato laqueado e barbatana de tubarão

Duvidavam da sanidade mental de Lílian, Durval e Cia. até que na segunda metade desta década foi afastada qualquer desconfiança em relação ao potencial comercial da China, o C do BRIC (na companhia dos também emergentes Brasil, Rússia e Índia). "Os investimentos diretos chineses no Brasil são recentes. Com a retração das possibilidades de investimento nos Estados Unidos e Europa, os países emergentes têm ganhado espaço na participação dos fluxos globais de investimento. As oportunidades vistas por investidores chineses no Brasil são positivas o suficiente para transpor barreiras impostas pela distância e pelas diferenças culturais", esclarece o economista Pedro Silva, da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica (Sobeet) e pesquisador de tendências do processo de globalização econômica.

Os chineses valorizam muito o relacionamento pessoal para fechar negócio no mercado global. "No início, era muito: 'Eu confio em você e faço negócio com você'. Era no fio do bigode. Agora, estamos entrando nos padrões internacionais. O mundo está mudando. Nós orientamos a firmar tudo na base do contrato", enfatiza Lílian Thomé, que, com o *know-how* de anos em advocacia internacional, sabe que até a organização da mesa durante um almoço entre futuros parceiros é interessante para o bom desfecho da negociação – questão de bom-tom. "Não se pode entregar o cartão com uma mão só. Chinês também não atrasa. As reuniões são banquetes, as refeições podem ter até 20 pratos. Há muita coisa na culinária chinesa que não é normal na nossa cozinha. Então, também me instruíram: 'Não pergunte. Coma'. E é muito gostosa."

A boa mesa chinesa é uma arte coletiva, jamais um prazer individual como no Ocidente. Reportagem da revista *Época Negócios* grifou a importância do respeito às culturas locais, aos estilos de vida de cada comunidade para ganhar dinheiro em transações internacionais. E deu o exemplo do consultor em *management* Andrew Kakabadse, que, para conquistar representantes do governo chinês, teve de ser testado, em seu autocontrole, aceitando um copo cheio de vinho de arroz, de alto teor alcoólico, oferecido pelos seus interlocutores numa cantina italiana em Xangai.

Portanto, respeitar tudo o que simboliza o *ganbei!*, ou seja, o "saúde" na hora do brinde pode ser uma prática simpática no almoço de negócios com os chineses. *Ganbei* significa "esvazie o copo", o que torna aconselhável que os executivos brasileiros intolerantes à bebida levem aos encontros de negócios com empresários ou representantes do governo chineses um assistente mais forte para beber em seu lugar para não arranhar as boas maneiras e fortalecer os laços de confiança.

"O hábito é extremamente arraigado na cultura chinesa e também permeia as relações de amizade. Amigo que é amigo fica bêbado junto, até cair. (...) beber alguns copos é obrigatório para os homens, que são vistos com certo desprezo se recusam um *ganbei*, a menos que tenham uma justificativa muito convincente", conta em seu blog a jornalista Claudia Trevisan, autora dos livros *China – O Renascimento do Império* e *Os Chineses*. Claudia informa que o executivo de uma multinacional lhe contou que saiu carregado depois de um jantar com autoridades de uma província chinesa.

O elo de confiança é uma herança da tradição do confucionismo, pensamento filosófico de Confúcio (551-479 a.C.) que lançou as bases da cultura chinesa e foi adotado no passado por muitos chineses como uma doutrina religiosa e até um estado de espírito.

"Relacionamento e conhecimento entre as partes em uma negociação comercial é importante em todo lugar do mundo. Não obstante, na China, o chamado 'Guanxi' (relacionamento ou rede de contatos) assume uma dimensão maior. O fato de você ter bons relacionamentos abre inúmeras portas em uma transação comercial. Isso se deve justamente ao fato de que a figura "contratual" é de certa maneira uma novidade na China (não mais do que 35 anos)." Dessa forma, o bom conhecimento de pessoas-chave dentro de uma organização ou de um setor especifico lhe possibilita ganhar bastante escala na negociação", salienta o responsável pelo escritório do Banco Itaú BBA em Xangai, Roberto Dumas, em entrevista ao site Gestão de Carreira.

Ganhar a confiança do "dragão"

Outra organização que vislumbrou o país asiático como poderosíssimo parceiro *avant la lettre* foi a KPMG Auditores Independentes. A entidade oferece serviços de auditoria, gerenciamento de riscos, consultoria tributária e consultoria de processos. De treinamento em relação aos aspectos culturais à análise de prospecção, os profissionais da KPMG ajudaram, por exemplo, o Itaú BBA a abrir suas portas na China.

"Não se pode entregar o cartão com uma mão só. Chinês também não atrasa. As reuniões são banquetes, as refeições podem ter até 20 pratos", conta Lílian Thomé

A rede da KPMG tem ramificações em 145 países e mantém mais de 30 China Desks ao redor do mundo. Os China Desks entabulam o relacionamento inicial com os clientes chineses e brasileiros para, em seguida, o aparato da KPMG ultimar as negociações e garantir o necessário para a sobrevivência e os lucros das empresas.

"O pedido mais frequente para a nossa empresa é na parte de inteligência, a avaliação de viabilidade do mercado brasileiro, quando uma empresa chinesa se prepara para vir para o Brasil: em que lugar, que Estado oferece maior infraestrutura para o produto que ela oferece, qual oferece melhores incentivos fiscais", resume o sócio-líder de serviços financeiros da KPMG Ricardo Anhesini. A KPMG ajuda uma companhia chinesa a identificar uma empresa a ser comprada aqui no Brasil, por exemplo, examinando sua viabilidade econômica.

Anhesini considera relativa a influência dos fatores culturais no progresso das negociações. O executivo recebeu uma lição de ouro de um empresário americano com bastante inserção no mercado chinês: "Cultura passa por uma questão de respeito e atenção. Se você puder incorporar sua forma de agir, ótimo. Mas se você não puder fazer isso, e tratar sua contraparte com respeito e seriedade, consegue minimizar o impacto das questões culturais".

"Os grandes executivos globalizados estão pensando muito dessa forma", observa Anhesini, embora garanta que esse "vestibular" nos usos e costumes do país seja um dos serviços oferecidos pela KPMG.

Dicas aos expatriados

Uma das recomendações de Lílian Thomé é que o empresário brasileiro mantenha de preferência uma pessoa de confiança do seu próprio país para acompanhar o dia a dia das operações de sua *joint venture* na China. "Se não tem o brasileiro expatriado de confiança, nós temos nos nossos quadros uma contadora em Xangai. Alguns clientes pedem para ela checar os livros, quando não têm uma pessoa de sua confiança. Não é o melhor, mas é melhor do que simplesmente deixar tudo por conta do parceiro chinês", aconselha.

O *staff* da Noronha Advogados se encarrega da defesa comercial, da constituição de empresas, registro da marca, contratos de locação, obtenção de vistos, transferência do executivo, aporte de capital, entre outros serviços multidisciplinares, contratados por organizações como Banco do Brasil, Calói, Sadia e até o Consulado Brasileiro em Xangai.

Também instalados em Beijing, desde o ano passado, a Noronha Advogados mantém ali tanto profissionais chineses quanto brasileiros. "A gente precisa manter na China uma equipe de chineses. Todos os nossos profissionais na China têm fluência em inglês e experiência profissional. O brasileiro vai querer saber das leis locais, e o nosso consultor chinês, com o apoio do brasileiro, irá orientá-lo. O cliente chinês que nos procura lá, por mais que ele queira saber sobre a lei brasileira, ele gosta de falar em sua própria língua", explica a advogada.

Segundo pesquisa do jornal *Valor Econômico* e da Sobeet, 6% das empresas que responderam ao questionário afirmaram já atuarem na China e 8% mencionaram a China como um país de grande interesse para a expansão dos investimentos diretos. "A subvalorização do Yuan favorece exportações chinesas no mundo, ao mesmo tempo que a so-

brevalorização do Real afeta a competitividade das exportações brasileiras e o crescimento do mercado interno sugere maiores importações", comenta Pedro Silva, da Sobeet. Com a estratégia da desvalorização da moeda, a China ameaça cada vez mais a supremacia dos Estados Unidos como grande potência global. O país de Deng Xiaoping também segue como segundo maior mercado automobilístico do mundo e é grande importador de matérias-primas do Brasil. As previsões para expansão das oportunidades de negócios no exterior são otimistas. O crescimento médio, em oito anos seguidos de expansão, é de 50% ao ano. Entre outras operações de vulto, neste ano a estatal Sinochem comprou por US$ 3,07 bilhões 40% do campo de petróleo brasileiro Peregrino. As fusões e aquisições não devem certamente parar por aí.

Outra palavra mágica quando se fala na inserção da China e do Brasil no mundo é capacitação. Profissionais com qualificação técnica e treinados na cultura local são benquistos para patrocinar os interesses de uma grande, média ou pequena empresa que quer se internacionalizar e se adaptar a um país diferente do seu.

Ricardo Anhesini, da KPMG, também reconhece a importância que o investidor chinês dá ao bom relacionamento pessoal na hora de fechar o contrato. "Talvez só quando você vende um carro usado, você quer vendê-lo, virar as costas e nunca mais ver o comprador", brinca.

"O chinês se adapta muito rápido, aprende muito rápido e consequentemente quer resultados rápidos. Aqui no Brasil ainda temos muita dificuldade em relação a isso. A burocracia realmente prejudica os negócios aqui. Enquanto que na China tudo está sendo muito eficiente", conta Lílian Thomé, que, como toda a equipe do escritório, foi treinada por um profissional chinês.

Hoje quem responde na matriz por essa expertise é o advogado chinês Jun Zhang, diretor do Departamento de Direito Chinês da Noronha Advogados. No Brasil há três anos e meio, Zhang tem a missão de aliviar os desafios do mercado brasileiro para o cliente chinês, dando todas as instruções necessárias para a aclimatação do investidor. Faz o mesmo com os empresários bra-

A tarefa seria mais espinhosa se o ordenamento jurídico chinês viesse da fonte do Direito anglo-saxão: influenciados pelo Direito Romano, eles prestigiam, como nós, o contrato

zucas na China. Ou seja, explica aos de cá e aos de lá o que nem sempre está em letra de forma no papel. O fato de ter sido contratado em Londres e dominar a segunda língua conspirou favoravelmente pela escolha de Jun Zhang.

Zhang, por exemplo, destrincha para seus patrícios a teia burocrática em vigor no Brasil; o cipoal de impostos, o quebra-cabeças para constituir uma empresa, o bê-á-bá para abrir uma conta bancária, sem falar nas nuanças da nossa legislação trabalhista – muito embora a China esteja experimentando a novidade de uma lei trabalhista.

Ainda assim, a tarefa dos companheiros do dr. Durval Noronha seria muito mais espinhosa se o ordenamento jurídico chinês tivesse bebido na fonte do Direito Anglo-Saxão, muito alicerçado na jurisprudência. Como o Direito brasileiro, os chineses prestigiam muito o contrato e a influência do Direito Romano.

Fazendo o dever de casa

De acordo com Lílian Thomé, os advogados que trabalham no dia a dia da governança das transnacionais que se estabeleceram na China ou que exportam para lá devem estar afinados com as normas trabalhistas, com o Direito Tributário, além de bem aparelhados no conhecimento da disciplina jurídica da locação de imóveis.

Ricardo Anhesini tem na ponta da língua a resposta a essa pergunta sobre os requisitos desejáveis para a organização que presta esses serviços às relações sino-brasileiras. "O conhecimento profundo das regras internacionais, tanto de saída daqui quanto de entrada aqui. Tem que haver uma estrutura internacional para que a empresa empacote todo esse conhecimento do negócio que detém e colocar em posições-chave as pessoas que possam desenvolver os relacionamentos, fazer as entregas, interpretar os documentos."

O sócio da KPMG insiste que os aparentemente intermináveis 180 dias para conseguir uma licença perturbam mais os chineses do que as diferenças culturais. "Os aspectos culturais impedirem um negócio acontece de uma forma muito pequena. É interessante a celebração do almoço depois que o negócio foi fechado. Também é quando o negócio foi fechado dentro de uma determinada instância na hierarquia da organização e a instância mais elevada apenas irá se encontrar no jantar. Comer os oito cursos de comida, brindar com aquele drinque tradicional, bastante forte, vem junto com o respeito. Mas isso não é fundamental para fazer o negócio", conclui.

Para se ter uma idéia do enraizamento da refeição na cultura chinesa, basta dizer que o poder público gasta por ano cerca de US$ 73 bilhões em banquetes, de acordo com a Xinhua, a agência de notícias do governo.

Ricardo Anhesini acredita que as chaves para as boas práticas para as empresas interessadas em se inserir no mundo globalizado é a fidelidade ao projeto de longo prazo, a obediência às leis, o respeito à propriedade intelectual (à gestão de marcas, patentes) e o desenvolvimento de mão de obra.

Embora o impacto dos fatores culturais seja entendido por alguns como pálido para o bom termo das negociações internacionais, não é desprezível notar que as empresas tenham dificuldade de adaptação em províncias fora do Centro-Sul da China, requisitado pelo seu clima mais tropicalizado, magnetizado pelos suculentos incentivos fiscais oferecidos nas localidades perto de Hong Kong. A performance junto ao mercado global do Norte da China, onde faz frio nove meses por ano, é muito mais tímida. Ainda assim, a Embraer instalou uma fábrica no Nordeste chinês, em parceria com a AVIC (China Aviation Industry Corporation), produzindo seus jatos ERJ-145 a partir da cidade de Harbin, próxima à Sibéria.



COMPETITIVIDADE, O GRANDE DESAFIO

Para o secretário de Comércio Exterior, o país se saiu bem nas últimas empreitadas que enfrentou. O desafio agora é a capacitação e inovação para ganhar mercados

Por Carlos Costa
Fotos Raphael Mendes

Um dos principais estudiosos de defesa comercial da América Latina e membro do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, Welber Oliveira Barral é secretário de Comércio Exterior desde 2007. Professor de Direito do Comércio Internacional na Universidade Federal de Santa Catarina, seu currículo acadêmico inclui o mestrado em Relações Internacionais pela mesma universidade, um doutorado em Direito Internacional pela USP e o pós-doutorado pela Georgetown University, em Washington DC, nos Estados Unidos, além da publicação de 23 livros, entre eles *Dumping e Comércio Internacional, O Brasil e a OMC, O Brasil e o Protecionismo, Negociaciones Comerciales Multilaterales, Arbitragem e Seus Mitos*, além de artigos diversos. Formado em Direito em 1990 pela Universidade Estadual de Montes Claros, em Minas Gerais, foi procurador federal em Santa Catarina entre 1994 e 1995. Para falar sobre a situação do comércio exterior do Brasil, ele recebeu a reportagem de *Getulio* em seu gabinete no MDIC, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Externo, para a seguinte conversa:

Qual seu percurso até vir a trabalhar com o comércio exterior?

Welber Barral Iniciei a carreira profissional como advogado no Banco do Nordeste, fui procurador federal e depois entrei para a vida acadêmica. Desde 1991 sou professor da Universidade Federal de Santa Catarina e sempre desenvolvi a vida acadêmica nessa área de comércio internacional e consultoria. Fui consultor da OMC, do Banco Mundial, da Cepal, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Ou seja, para os principais órgãos e organizações internacionais na área de comércio. A minha tese de doutorado, defendida em 1999, foi sobre antidumping.

Tema atual e muito relacionado com a China.

Welber Barral Naquela época não, mas hoje tem muito a ver com aquele país. Na época a China não era membro da Organização Mundial do Comércio e podia fazer qualquer coisa. Depois morei e lecionei em outros países, como consultor e professor visitante em universidades como a American University, em Washington (EUA), Universidad de Valencia (Espanha), Universidad de Buenos Aires (Argentina) e Vytautas Magnus University School of Law (Lituânia). Quando estava em Washington, fui convidado pelo ministro Miguel Jorge para vir para cá, em 2007, para ser secretário, e desde então tenho tido vastas emoções.

Não morreu de tédio?

Welber Barral *[risos]* Não. Uma das coisas que não dá para dizer deste trabalho é que ele seja uma atividade monótona. Cada dia há uma crise diferente e nenhuma delas se repetiu até hoje.

Parece que se criou o consenso de que chegou a vez do Brasil e isso também no campo da internacionalização da economia. O senhor concorda?

Welber Barral Sou muito otimista com relação ao Brasil, talvez por ser de uma geração que conviveu o tempo todo com crises: econômicas, inflacionárias, falta de investimentos... Tivemos aí a década perdida. Hoje existe lá fora uma percepção do Brasil que nunca tínhamos visto. Na semana passada fui à Rússia por causa de uma negociação e na volta passamos em Paris para um encontro patrocinado pelo jornal inglês *Financial Times* sobre investimentos do Brasil. O número de investidores euro-

peus interessados em nosso país é algo impressionante e isso acontece cada vez mais, investimentos estrangeiros vindo para cá e investimento brasileiro indo para o exterior. Chegou a vez do Brasil, mas não será fácil, pois temos vários desafios. Como fazer as tarefas de casa, realizando as reformas e entre elas uma que vejo no dia a dia do comércio exterior em grau de relevância: temos uma questão tributária seriíssima. Nosso sistema tributário penaliza as exportações. Penaliza produtos com cadeia produtiva longa, pois acumula crédito na cadeia.

Ou seja, o produto se torna pouco competitivo por acumular impostos.

Welber Barral Existem problemas de devolução de crédito tributário que não ocorre, ou ocorre com lentidão, sobretudo o ICMS. Existem incentivos para produtos importados que não há para os produtos nacionais. Impostos que incidem sobre produtos elaborados e não sobre produtos primários. Então a primeira questão é a reforma tributária para aumentar a competitividade, não apenas das exportações, mas da produção do país. Existe um grande percentual sobre inversões, o que dificulta o investimento no país. Aqui é o único país do mundo em que se paga imposto antes de começar a produzir, pois existem impostos sobre equipamentos, sobre construção, sobre reforma para aumentar competitividade. O segundo item, com foco na competitividade do comércio exterior, é a logística. Exportamos minério de ferro, soja e produtos industriais como carro e caminhões, ou seja, produtos pesados. Para isso acontecer é preciso uma logística célere, algo que não temos. E não temos, em primeiro lugar, porque o país passou 30 anos sem investir. Desde o começo dos anos 70 até o início dos anos 90 praticamente não houve investimento em logística. Em segundo lugar, por causa disso houve sobrecarga da logística existente. Veja os números: em 2005 exportamos 100 bilhões de dólares; em 2008, três anos depois, chegamos a quase 200 bilhões, com os mesmos portos, aeroportos e as mesmas estradas.

A situação precária dos aeroportos é algo sério.

Welber Barral Uma parte das exportações brasileiras é feita por cargas aéreas: computadores, equipamentos mais sofisticados e até frutas e há um custo alto com as perdas de produtos perecíveis com a demora de embarque. Os aeroportos brasileiros tiveram um crescimento de 40% de movimentação interna em poucos anos. É um setor que precisa de investimentos urgentes. A logística, então, é a segunda questão, depois da reforma tributária. A terceira questão, pouco discutida, pois poucas pessoas calculam seu custo, é a burocracia, que produz um custo de transação insustentável para nossa indústria. É um absurdo o que existe de exigência burocrática, acarretando perda de tempo e de dinheiro. Isso já acabou incorporado ao custo da operação e do produto. Até



em operações simples, ou que deveriam ser mais simples, isso acontece, como, por exemplo, a venda de um imóvel. O número de certidões exigidas é o mais alto do mundo. Esses três pontos são os desafios que o Brasil terá de enfrentar se quiser aumentar a competitividade. Podemos até falar de outros, como a Legislação Trabalhista engessada, um sistema previdenciário que terá de mudar pela questão de longevidade da população.

A França enfrenta agora esse problema.

Welber Barral Ela é testemunha da dificuldade para realizar essa reforma, por ser medida impopular, mas que terá de ser feita. E aqui ainda temos de aumentar a eficiência do Estado. Ou seja, é um desafio grande.

E como estão as empresas brasileiras que querem fincar o pé no exterior?

Welber Barral Existem vários fenômenos. O mais importante é que depois da crise econômica internacional caiu muito o investimento direto em todo o mundo. Mesmo assim o Brasil é um dos principais destinatários, ou seja, caiu no mundo inteiro, mas no Brasil se mantém. Mas o que pouca gente percebeu é que o volume de investimento brasileiro no exterior é praticamente igual ao volume de investimento estrangeiro aqui. Pela primeira vez na história estamos deixando de ser apenas importador de capital para ser exportador. Isto é positivo. Criamos um grupo de estudo para se dedicar à questão da internacionalização de nossas empresas. O grupo não é formado apenas pelo pessoal do MDIC, temos técnicos do BNDES, do Ministério da Fazenda, das Relações Exteriores e do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Aliás, o Ipea produziu alguns estudos muito interessantes sobre isso, mostrando as vantagens da internacionalização, até para eliminar certo viés ideológico que havia em áreas do governo que achavam que isso era prejudicial para a criação de empregos no Brasil. O investimento brasileiro no exterior gera, sim, emprego no Brasil, e por várias razões. Temos vários casos, fora a questão da siderurgia e da laranja nos Estados Unidos. Há a distribuição de alimentos na Europa, o processamento de alimentos no leste europeu, como o frango na Rússia, onde há instalada uma fábrica da Sadia.

Que é como o caso do aço nos EUA?

Welber Barral Sim. Esses investimentos brasileiros servem, inclusive, como forma de escapar de barreiras à importação e são importantes por causa disso. Há um item relevante em que temos muito interesse, que é o fato de que o investimento brasileiro no exterior serve como mecanismo de equilíbrio do câmbio, pois equilibra o dólar que entra no país e o força para baixo, além de ser futuramente uma fonte de dividendos. Existe essa série de vantagens que faz com que apoiemos a internacionalização.

O que o governo precisa fazer para melhorar esse quadro?

Welber Barral O governo tem muito a fazer. Temos um plano de trabalho

para essa questão da internacionalização de nossas empresas que especifica bem as várias ações que o governo está tomando. A área de financiamento ocupa papel de destaque. Claro que há outros bancos, mas principalmente o BNDES e o Banco do Brasil estão servindo como mecanismos de financiamento e alavancagem da presença brasileira no exterior. Parte das aquisições no exterior ocorre porque o BNDES faz o empréstimo para a matriz nacional ou entra com participação na compra, como um sócio. Outra linha se refere à atualização das regras cambiais. O Banco Central tinha normas, e ainda existem algumas, que facilitavam a entrada de capital, mas dificultavam a saída. Então, estamos atualizando essas normas.

Esse é um trabalho conjunto?

Welber Barral Outra questão é com relação à avaliação dos impactos econômicos do processo e para isso trabalhamos com o IPEA. A Sobeet, Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais participa desse grupo, juntamente com a Fundação Dom Cabral, ranqueando as multinacionais brasileiras. Trabalhamos com eles a parte mais acadêmica. Outra atividade nossa se refere às negociações de acordos que facilitem a internacionalização. Negociamos, por exemplo, com o Chile e com o México acordos de investimentos em coordenação com o Itamaraty e as embaixadas. Trabalhamos fortemente para que as embaixadas brasileiras dêem apoio às nossas empresas no exterior. Isso é comum por parte dos EUA e da França e queremos criar essa competência também aqui. A Camex, Câmara de Comércio Exterior, fez recentemente um levantamento das dificuldades apontadas pela empresas, para servir como um guia de trabalho.

Existe um trabalho sistemático, feito por países como a Coreia, de oferecer treinamento para quem vai trabalhar no exterior, abordando questões concretas, como as diferenças de cultura. Quem cuida desse suporte aqui?

Welber Barral Um dos problemas identificados pelas empresas brasileiras foi essa questão da qualificação. Tem um lado que é o protocolo, as regras de sociabilidade, mas existem outros temas que vão desde conhecer a legislação trabalhista do outro país e a relação com os empregados até as partes técnicas de negociações locais e os limites legais. A verdade é que o governo brasileiro não faz isso, estamos incentivando algumas universidades, como a Fundação Dom Cabral, que oferece cursos e treinamento. Mas é certo que há um déficit de qualificação. Quem trabalha conosco esse projeto é a CNI, a Sobeet, a Dom Cabral e a FGV, sobretudo a área de Administração.

A FGVProjetos realiza estudos para o governo ligados à expansão do etanol na África e no Caribe, para transformar o álcool em uma commodity.

Welber Barral Essa questão do álcool como commodity é uma tarefa do governo como um todo. A grande coordenação é do Ministério da Agricultura, mas nossa Secretaria de Inovação participa ativamente do projeto, inclusive porque é preciso padronizar o álcool no mundo inteiro. E é nessa padronização que estamos trabalhando, com o Inmetro, vinculado a nosso ministério. Há ali um grupo trabalhando com técnicos do Ministério da Agricultura, realizando a parte de transferência de tecnologia junto com a Embrapa, por exemplo, para países africanos.

Em 2005 exportamos 100 bilhões de dólares; três anos depois, chegamos a quase 200 bilhões, com os mesmos portos, aeroportos e com as mesmas estradas

Em que países há mais oportunidades de negócios para empresários brasileiros?

Welber Barral No que se refere a mercado, o Brasil é um *global player*. Na realidade 55% das nossas exportações vão para países em desenvolvimento e nos últimos oito anos houve grande diversificação de exportações para os mais diversos países. Criamos com a APex (Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos), a Estratégia de Exportação *[http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1220468182.pdf]*, identificando 49 mercados prioritários, desde mercados importantes, como EUA e Europa, até mercados em crescimento com os quais temos um comércio importante e que pode crescer mais, como Peru, Colômbia, México, África do Sul ou Austrália. Fizemos nos últimos anos várias missões para novos mercados, com um potencial de demanda crescente, como o Leste Europeu, a Ásia Central e países africanos. O presidente Lula e o ministro Miguel Jorge fizeram inúmeras missões para a África, para o Oriente Médio e para locais onde nossas exportações cresceram muito.

Algo que chama a atenção no estudo realizado pela professora Vera Thorstensen é o fato de a China estar tirando nosso mercado de carros no México.

Welber Barral No caso da América do Sul, particularmente no Mercosul, o Brasil tem presença muito sólida. As exportações para a Argentina cresceram 60% este ano. Aumentamos bastante a exportação para a América do Sul, que é basicamente de produtos industrializados. Feita essa constatação, a China é uma ameaça, mas não apenas ela. Existem produtos do Vietnam, da Tailândia e da Indonésia, com os têxteis; da Coréia com máquinas e automóveis. O Brasil irá enfrentar cada vez mais essa concorrência em seus mercados tradicionais. Evidentemente existem vários fatores de competitividade, há países que controlam câmbio, gerando distorção em relação a nossos preços. Mas temos um nó de que não adianta reclamar: precisamos aumentar nossa competitividade para manter a presença nesses mercados. O Brasil tem uma série de vantagens: são produtos conhecidos, de qualidade. O mercado consumidor diferencia entre os vários produtos e existe a diferenciação e segregação do próprio mercado. Nossa meta é aumentar a competitividade para não perder espaço nos mercados emergentes.

Fala-se do perigo da desindustrialização, na medida em que nos tornamos grande exportador de grãos perdendo penetração na área de manufaturados.

Welber Barral O Brasil depois de 2008 teve uma participação maior de commodities na sua pauta exportadora, até porque a queda de demanda de produtos industrializados foi grande no mundo inteiro. As commodities não caem tanto. Pelo contrário, a demanda aumentou, principalmente a chinesa e a asiática. Por isso as commodities aumentaram sua participação na pauta exportadora. Mas veja, o maior exportador de commodity do mundo são os EUA, então o problema não é exportar commodity, o problema é só exportar commodity. A tarefa do Brasil é manter uma indústria diversificada e para isso precisamos de escala de produção, e o nosso mercado consumidor permite isso. Mas é ilusório pensar que o mercado interno irá salvar a indústria. Não existe mais mercado interno e externo. A indústria tem de ser competitiva em todo o mundo.

Passa a sensação que perdemos terreno, por exemplo, na área de eletrônicos. Antes era comum ver aparelhos da Gradiente no México, por exemplo.

Welber Barral No setor de eletroeletrônicos evidentemente um dos grandes temas é a inovação, e temos uma política de invocação...

Que é muito lenta.

Welber Barral E que é muito incipiente. Nosso investimento em inovação teria de ser muito maior para aumentar a competitividade. Hoje nesse setor temos uma produção importante na Zona Franca de Manaus, mas o grau de inovação brasileira é pequeno. Então outro grande desafio é a inovação.

Esse é o grande projeto da China hoje. Ela tem desequilíbrio comercial com Japão, Coreia e Taiwan, pois é dali que vem o coração de suas operações de montagem.

Welber Barral Exatamente. Por exemplo, um Ipod, quando o desmontamos, percebe-se que a agregação de valor na China não é tão alto assim.

A proposta da China é zerar esse déficit e para isso investe em capacitação.

Welber Barral Que é outra deficiência nossa. Existe um gargalo de educação técnica, tanto da educação técnica propriamente dita quanto a de formação de engenheiros – há um déficit enorme de engenheiros. Mas em contrapartida temos empreendedores admiráveis, e uma das razões para isso foram as crises que vivemos no passado, ou seja, temos empreendedores com um grau de adaptabilidade muito grande. Repare até no número desproporcional de multinacionais em que os CEOs são brasileiros, pela capacidade de flexibilidade, de adaptação, que não é encontrada em outras culturas. Temos investimentos importantes na China, desde a fábrica da Embraer até fábricas de calçados que conseguiram se estabelecer e alcançar um crescimento importante apesar de uma cultura completamente diferente. Claro que isso não elimina a necessidade de uma qualificação maior para avançar no processo de internacionalização. No final de 2009 realizamos um evento na FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) com participação de 450 empresas brasileiras internacionalizadas. Recolhemos ali muitas demandas, tivemos oportunidade de analisar vários casos, da Vale, da Embraer, da Arezzo, do Boticário e de empresas menores. O que se nota é que boa parte das empresas não possui um planejamento com relação à internacionalização. Elas veem uma oportunidade, fazem um investimento para depois ver o que acontece. Ou seja, muitas empresas se internacionalizaram pois viram oportunidades, mas não por adotarem estratégias de médio ou longo prazo. É fundamental desenvolver essa cultura estratégica de médio e longo prazo.

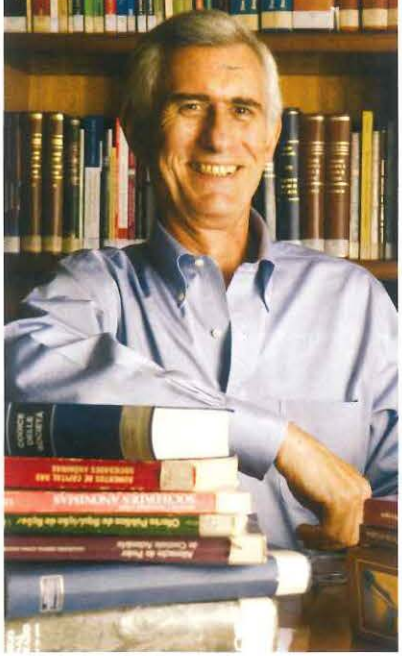
Há países que controlam câmbio, gerando distorção em nossos preços. Mas temos um nó de que não adianta reclamar: precisamos aumentar nossa competitividade

Isso também tem acontecido na África?

Welber Barral Temos construtoras brasileiras em 22 países africanos e que estão se expandindo. A Odebrecht, em Angola, diversifica e se abre para o setor de supermercados. Esse processo é outro desafio a ser enfrentado. Iremos precisar de pessoal qualificado, de empresas com planejamento de médio e longo prazo e atinar que a internacionalização é vantajosa para o país, pois facilita a exportação, a distribuição, divulga as marcas das empresas, assim como divulga a imagem do Brasil, que vai além do estereótipo de samba e carnaval.

Terminamos em dezembro a primeira década do século e começaremos a década dos 10. O que o senhor vislumbra para essa próxima etapa? Quais as prioridades?

Welber Barral Temos uma oportunidade que é também um desafio. As Olimpíadas e a Copa serão dois eventos plenos de oportunidades únicas. Primeiro para mostrar o Brasil; em segundo lugar é oportunidade para cumprir um *deadline*. A Copa e as Olimpíadas servirão como um *deadline* para o país, sabendo que não podemos correr o risco de não ter estádios prontos a tempo ou sistemas de transporte em bom estado. Será a oportunidade de o Brasil se mostrar como nação e um desafio importante, pois será a chance de galgar, como fez a China com as olimpíadas, uma presença e ganhar o reconhecimento mundial de uma série de aspectos positivo que temos. Nos últimos 20 anos o Brasil enfrentou obstáculos e desafios coletivos de forma muito concreta. Tínhamos o grande desafio de consolidar a democracia e o conseguimos. De acabar com a inflação, e também conseguimos. O desafio da próxima década é a competitividade. Ou conseguimos um grau de competitividade com as mudanças mencionadas ou não conseguiremos um lugar decente no cenário internacional.



ENRIQUE VILA-MATAS, ESCRITOR DE ESCRITORES

Haverá romances sobre o ato de ler em que os personagens são principalmente escritores? Haverá ficção sobre... ficção, ou isso não passa de utopia da literatura?

Por Nelson Eizirik

Durante muito tempo, ao longo de quase toda a minha vida de leitor, acreditei que um romance ou um conto deveria conter uma boa história, com personagens, o mais possível "vivos", moldando suas trajetórias sobre o mundo ficcional. Não à toa, pois meus escritores prediletos sempre foram grandes contadores de histórias. Quando discutia o assunto, com amigos ou comigo mesmo, sempre me vinha à baila Floriano Cambará, personagem de Érico Veríssimo na magnífica trilogia *O Tempo e o Vento* (um dia ainda dela tratarei neste espaço). Ora, Floriano, filho de Rodrigo Cambará, tataraneto do mitológico Capitão Rodrigo Cambará, diversamente de seus ancestrais, homens de ação, é um intelectual, escritor cujos romances, conforme ele próprio, são pálidas imitações da vida, carentes de cor e de paixão. Seu amigo e implacável crítico Roque Bandeira, o "tio Bicho" – alcunha derivada de sua notória feiúra –, quando discutiam o assunto era definitivo: faltava a Floriano o destemor de seus ancestrais, a coragem que deveria ter como novelista de "agarrar o touro à unha", de contar histórias com vida, com emoção, sem tergiversar sobre literatura. Em suma, fazer literatura não seria escrever sobre literatura. O personagem, "alter ego" do escritor, afinal incorpora a figura do novelista contador de histórias. A trilogia termina com Floriano começando a escrever a saga de sua família e da ficcional cidade de Santa Fé, a primeira frase de seu romance é a mesma com que Érico Veríssimo iniciara o primeiro tomo de *O Tempo e o Vento*.

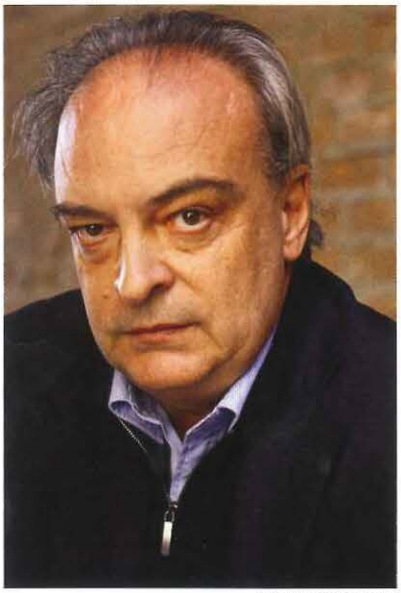
E eis que descubro Enrique Vila-Matas, o magnífico escritor catalão contemporâneo cujos personagens principais, embora não os únicos, são justamente a literatura, os escritores. Não, não é um crítico literário, é um novelista de primeira, que, por amor à literatura, dela faz a sua matéria-prima. E me modifico, minha crença absoluta sobre o ato de narrar como subsumido ao de contar histórias vai por água abaixo, e já vai tarde. Em literatura, como em tudo o mais, quanto menos dogmas melhor!

Sugiro que, para mais bem "curtir" Vila-Matas, se comece lendo *Bartleby, o Escrivão*, novela tardia de Herman Melville. Sim, é o escritor do clássico *Moby Dick*, o épico do mar, o infindável duelo entre o cachalote assassino e o insano capitão Ahab, empenhado em liquidar o gigantesco animal a qualquer custo. Em *Bartleby*, o narrador é um advogado de Nova York que emprega o jovem Bartleby como escrivão e copista, mas este, após alguns dias de trabalho frenético, decide que as tarefas que lhe são confiadas estão abaixo de sua competência e simplesmente recusa-se a realizá-las, num bordão que se tornou clássico na literatura: "I would prefer not to" ("acho melhor não"). Pois bem, em seu *Barteby e Companhia* (Cosac Naify, 2004), Vila-Matas, em pequenas histórias e anotações, desenvolve o "labirinto do Não", uma ironia da angústia criativa que se manifesta de formas diversas nos escritores: o que renuncia a qualquer atividade criativa, o que se arrepende de sua obra, o que enrola o manuscrito de suas poesias e fuma a própria obra, o paranoico que julga ter suas ideias roubadas por Saramago. É a "síndrome de Bartleby", em suas mais variadas manifestações, reunindo e misturando passagens reais e ficcionais. Uma delas, das mais instigantes, narra alguns episódios da miserável vida de Melville, que morreu esquecido em 1891. Tudo o que escreveu nos seus últimos 30 anos de vida foi num movimento de rejeição ao mundo que o havia esquecido, de modo bartleyano, em ritmo de baixa intensidade, como se preferisse "não" fazê-lo. Ao final, uma vida paralela ao de seu patético personagem. Em seus últimos anos, após longa busca de emprego, Melville trabalhou como escriturário num desmantelado escritório de Nova York.

Siga por *Suicídios Exemplares* (Cosac Naify, 2009), histórias em que os lunáticos personagens buscam o suicídio de todas as maneiras possíveis, mas jamais conseguem, alguns até chegam perto, como aquele que, dois minutos antes de consumar o ato fatal, morre de um ataque do coração ("O colecionador de tempestades"). Minha história preferida é "A arte de desaparecer",

no mais puro estilo "bartleyano", que assim começa: "Até aquele dia, exatamente o dia de sua aposentadoria, a ideia de chegar a ter sucesso na vida sempre o aterrorizou. Volta e meia era visto a andar na ponta dos pés pela escola ou por sua casa, como se não quisesse incomodar ninguém. E sempre tinha existido nele uma recusa total do sentimento de protagonismo".

Já conhecendo bem o estilo de Vila-Matas, é tempo de ler o que considero sua obra-prima *O Mal de Montano* (Cosac Nafy, 2005). O enredo, que vai se modificando ao longo da obra, trata do "mal" que é a obsessão pela literatura, o desejo de ser a memória da literatura encarnada no personagem narrador. O que de início é visto como uma doença vai, aos poucos, se transformando em remédio eficaz contra a morte da literatura e os inimigos do literário: o mercado e o "romance de celebridade". Há personagens inesquecíveis, como Rosa, Rosário Girondo e Tongoy, um Nosferatu transformado em Sancho Pança, fiel escudeiro do narrador, este um Don Quixote da literatura. E também os escritores prediletos do escritor, Robert Walser, Musil, Kafka, Fernando Pessoa e Sebald, que Vila-Matas, poucos dias depois de sua morte, define como o escritor andarilho, "Parecia sempre recém-chegado de outra época, um



Foto/Basso Cannarsa

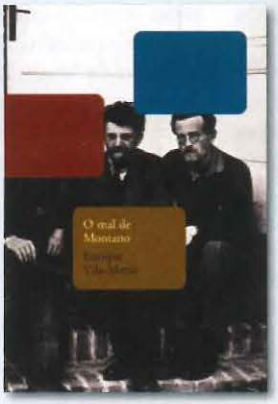
homem ligeiramente antigo que, à vista de paisagens solitárias, topava com vestígios de um passado em ruínas que lhe remetia à totalidade do mundo". Se você seguiu minha sugestão da última crônica e leu Sebald sabe do que fala Vila-Matas.

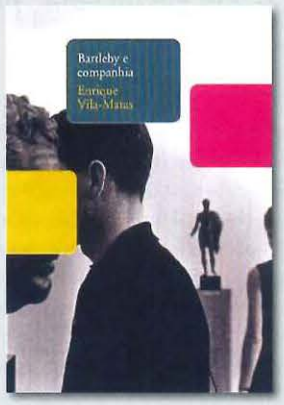
Em *Paris Não Tem Fim* (Cosac Naify, 2007), o narrador, um experiente escritor espanhol, faz uma revisão autoirônica dos anos que passara em sua juventude em Paris, num diálogo literário com o Ernest Hemingway de *Paris É uma Festa*, seu ídolo e ícone literário. Tanto o idolatra que, já mais entrado em anos (e em atividades etílicas), participa do tradicional concurso de sósias do escritor, uma experiência única, um local repleto de homens robustos e de meia-idade com barba grisalha.

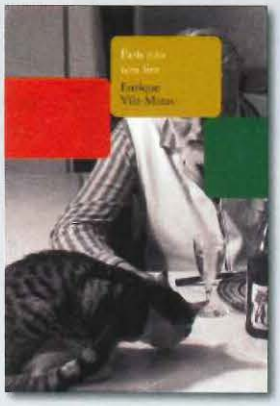
Já em seu romance *A Viagem Vertical* (Cosac Naify, 2004), temos uma história em que o personagem central não é o literário, mas um bem-sucedido homem de negócios que, aos 77 anos, é posto para fora de casa por sua mulher. Empreende, então, uma viagem vertical que o levará até o fundo do desconhecido, para que possa se encontrar de novo. Conforme bem lembrado pelo notável escritor brasileiro Bernardo Carvalho, na orelha do livro, no discurso que proferiu ao receber o Prêmio Rómulo Gallelos por este livro, Vila-Matas disse que se inspirou num poema de William Carlos Williams: "A descida seduz/ como seduziu a subida./ Nunca a derrota é só derrota, pois/ o mundo que ela abre é sempre uma parada/ antes/ insuspeitada".

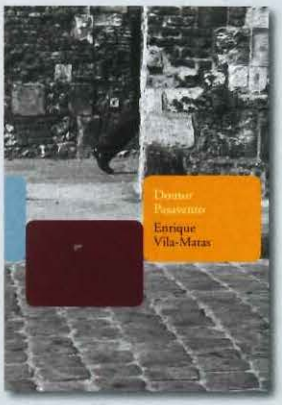
Terminada a crônica, o que vejo no balcão de minha livraria predileta? Mais um livro de Vila-Matas, *Doutor Pasavento* (Cosac Naify, 2009), este passara-me, com o perdão ao mau trocadilho. Leio as primeiras paginas, parece um belo diálogo com as fantasias poéticas de Walser e com a poética da extinção de Sebald. A conferir!













Praia dos Marcos: muitos turistas passam de buggy pela areia. Ninguém lhes conta a história da praia

DESCOBRIMENTO EM XEQUE

A combativa e pioneira repórter traz à discussão o verdadeiro local em que aportou a esquadra de Cabral. Foi em ou num "porto seguro"?

Texto e fotos de Regina Helena de Paiva Ramos*

O descobrimento do Brasil não aconteceu em Porto Seguro. Foi na praia dos Marcos, no Rio Grande do Norte. O Monte Pascoal avistado do mar é o pico do Cabugi, em terras potiguares. A aguada boa, da carta de Pero Vaz de Caminha, é o rio Açu e não o rio Mutari ou o Doce. A baía onde poderiam ancorar várias caravelas e que foi chamada de "porto seguro" na carta de Caminha poderia ser qualquer uma do litoral brasileiro, existem milhares de enseadas hospitaleiras na costa do país. Cabral não chegou *a* Porto Seguro, chegou, sim, *a um* porto seguro. No Rio Grande do Norte.

A tese, ousada, é do historiador Lenine Barros Pinto. Antes dele dois intelectuais já haviam tocado no assunto. Em 1890 o pernambucano José de Vasconcelos, conselheiro do Instituto Histórico e Geográfico, registrou a existência de um marco de posse no município de Touros, o que provocou uma solicitação desse instituto para que a peça fosse transferida para o Rio de Janeiro. Em 1928, Câmara Cascudo foi até a praia dos Marcos, que antigamente ficava no município de Touros, e fala disso em "Dois Ensaios de História". Mas informou tratar-se de um marco de posse colocado pela expedição de 1501, aquela que D. Manuel enviara à procura de Cabral. Mais tarde, segundo Lenine, na sua *História do Rio Grande do Norte*, mestre Cascudo fugiu da briga. "Era pessoa educada, não gostava de polemizar, preferiu dizer que a controvérsia a respeito do local do descobrimento era coisa pertencente mais à erudição."

O assunto caiu no esquecimento até que Lenine de Barros Pinto – potiguar, 80 anos, escritor, membro da Academia

Norte-Rio-Grandense de Letras, advogado e orientador de pesquisas do Senado Federal por trinta anos – resolveu escrever uma história do Rio Grande do Norte. "Comecei a desconfiar que em relação ao descobrimento havia alguma coisa errada."

Mergulhou em livros raros, mapas, roteiros, alfarrábios, aprendeu sobre sistemas de navegação, rotas náuticas, consultou documentos na Torre do Tombo e no Museu da Marinha Portuguesa, correspondeu-se com a Biblioteca de Orlando, na Florida, e, finalmente, acabou escrevendo os livros *Reinvenção do Descobrimento* (1998) e *Ainda a Questão do Descobrimento*, (2000) nos quais desenvolve sua tese.

Antes de entrar em minúcias explica: "Toda a confusão deve-se a três fatores: 1) os portugueses tinham de esconder suas descobertas dos inimigos – o resto do mundo então conhecido, mas principalmente os espanhóis – e erravam propositalmente nas coordenadas, graus, latitudes, escondiam mapas, falseavam informações nas cartas, pois elas poderiam cair nas mãos de piratas. Era a política do sigilo; 2) a primeira história do Brasil foi escrita trezentos anos depois do descobrimento, em 1850, por Francisco Adolfo de Varnhagen, que cometeu erros e omissões e é considerado o "pai" de Porto Seguro como local do descobrimento. Foi até agraciado com o título de visconde de Porto Seguro; 3) a carta de Caminha só foi descoberta em 1773 e publicada em 1817. Fala-se em treze ou catorze cartas enviadas pela expedição, das quais só restaram duas, a de Caminha e a de Mestre João. Existe também o *Relato do Piloto Anônimo*, publicado em italiano, em Roma, logo depois do descobrimento. As cartas desaparecidas poderiam dar detalhes maiores da localidade descoberta.

Antes de continuar, Lenine Pinto faz uma longa exposição sobre a história de Portugal ("Não se pode falar em história do Brasil sem conhecer muito bem a história de Portugal") e lembra que Vasco da Gama havia conseguido chegar às Índias fazendo o que se chamou "a volta do mar". "Logo depois de Serra Leoa os navegadores se deparavam com uma região de calmaria, as naus ficavam paralisadas às vezes por semanas. Vasco da Gama descobriu que enveredando para oeste até certo ponto, depois virando para o sul e mais abaixo novamente para leste iria dar na Africa, mas num ponto além do Cabo da Boa Esperança. Eles não sabiam, mas eram levados pela corrente até hoje chamada Gulf Stream, que vinha dos mares da Antártica, subia pela costa da África até mais ou menos Serra Leoa, atravessava o Atlântico na direção do poente e chegava até a costa brasileira, na altura do Cabo de São Roque, que durante muito tempo foi considerado a parte mais setentrional do país. Lá, a corrente se dividia em dois ramos, um seguindo para o norte na direção do Caribe e o outro descendo pela costa brasileira, passando nos Abrolhos, em Trindade, e virando novamente em direção à África."

Pero Vaz de Caminha fala na carta de uma lagoa de água doce onde teriam se banhado. Não existe lagoa de água doce em Porto Seguro

POR ESTE MAR DE LONGO

"Quando Cabral saiu de Lisboa com as catorze caravelas (eram catorze, uma se perdeu, chegaram ao Brasil treze) e mais de mil homens sobre seu comando levava instruções de Vasco da Gama e ordens do rei D. Manoel sobre o que fazer e como fazer. Cabral era um jovem fidalgo de 28 anos sem experiência de navegação, mas com dons de comando. Levava com ele, à frente de outras caravelas, homens experimentados no mar como Bartolomeu Dias, Gaspar de Lemos, Duarte Pacheco. Entre as recomendações de D. Manoel estava a de que 'não tomasse água em Cabo Verde'. Por que, se água, lenha e caça eram primordiais para a navegação até as Índias? Porque D. Manoel já sabia que depois 'de seguirmos nosso caminho por este mar de longo' – como disse Caminha – a esquadra de Cabral encontraria terra onde abastecer as naus. A expressão 'mar de longo' queria dizer travessia do oceano."

Lenine lembra que esse percurso foi feito em 30 dias cravados. E parte para um dos pontos fortes de sua tese: "Trinta dias exatos foi o que levou também a segunda expedição portuguesa ao Brasil, em 1501, chefiada por João da Nova, que D. Manoel tinha enviado à procura de Cabral e que veio dar no Rio Grande do Norte, na altura da ponta do Calcanhar. Como Cabral poderia ter chegado ao sul da Bahia, muito mais longe, também em 30 dias?"

E o Monte Pascoal, avistado do mar pela esquadra de Cabral?

"O Monte Pascoal fica a cerca de 90 km de Porto Seguro e tem 600 metros de altitude. Aqui no Rio Grande do Norte temos o Pico do Cabugi, de 800 metros de altitude, a cerca de 80 km de Touros. Ambos podem ser vistos do alto-mar. O que Cabral batizou como Monte Pascoal é o Pico do Cabugi, chamado Morro de São Vicente em mapas quinhentistas. Colhi depoimentos de pescadores e de Mário Araújo Monteiro, capitão de um pequeno navio que leva suprimentos à plataforma de Ubarana-2, a 12 km da costa, que afirmam que se vê o pico do Cabugi de alto-mar."

Na página 15 do seu livro *A Reinvenção do Descobrimento*, Lenine escreve: "Quem não acreditar na visibilidade a longa distância de um ponto do mar que leia o almirante Gago Coutinho: 'No mar é corrente, em tempo claro, avistar ilhas altas como Tenerife, Madeira ou Pico a grandes distâncias, isto é, a mais de cem milhas. Eu já vi terra a mais de 200 quilômetros'. Foi assim que a esquadra de Cabral viu 'o monte mui alto e redondo' que batizaram de Monte Pascoal".

Segue: "Pero Vaz de Caminha fala na sua carta de uma lagoa de água doce onde os descobridores teriam se banhado. Não existe lagoa de água doce em Porto Seguro, eles só poderiam ter se banhado aqui, na lagoa do Boqueirão ou na Lagoa do Avião, região do Saliente, como é chamada essa parte do litoral do Rio Grande do Norte".

E as barreiras avermelhadas descritas por Caminha? "São as do Cabo de São Roque", responde. E os baixios – mesma coisa que parcel, ou seja, pedras que aparecem com a maré alta? "Havia mui-

tos, antigamente, na altura do Saliente. Mas pretender encontrar acidentes geográficos cinco séculos depois do descobrimento 'nem seria científico', como ressalta o historiador Jaime Cortezão. Um exemplo é a ilha de Manoel Gonçalves, por onde começou o povoamento de Macau, no Rio Grande do Norte, tragada pelo mar há mais de um século."

Outro dos pontos fortes da tese do historiador potiguar é que foram encontrados dois marcos de posse, um em Touros, outro em Cananéia, Estado de São Paulo. Há uma distância de 2 mil milhas entre um e outro ponto. Os *padrões*, inventados por Diogo Cão, em sua primeira viagem à África (1482-1484), eram marcos de pedra, para substituir as cruzes de madeira, tinham as armas do rei de Portugal e a cruz da Ordem de Cristo. Lenine escreve no livro *Ainda o Descobrimento do Brasil*, na página 65, que um certo Domenico Pisani estava em Lisboa quando a esquadra de Cabral retornou, deve ter conhecido e falado com marinheiros e enviou ao dodge de Veneza carta em que contava que Cabral percorrera "duas mil milhas de costa e não encontrara fim". Lenine explica: "Duas mil milhas é mais ou menos a distância entre Touros e Cananeia, onde foi *chantado* o segundo marco. As distâncias são difíceis de serem apuradas, porque o valor do grau terrestre não coincidia entre os navegadores. Para Duarte Pacheco eram 106,56 km, para Colombo 84 km. Mas as diferenças não são grandes. Então é preciso raciocinar que se Cabral tivesse saído do sul da Bahia, pretenso local do descobrimento, e percorrido duas mil milhas iria bater na Patagônia".

E o marco existente em Porto Seguro, debaixo de uma redoma de vidro? "É um marco comemorativo e não de posse", diz Lenine, "foi colocado lá provavelmente ao iniciar-se a colonização".

A DATA ERRADA

O historiador também contesta a data exata do descobrimento. "Durante muito tempo se falou também em 25 de abril e em 3 de maio, depois os historiadores se fixaram em 22 de abril. Não foi a 22 de abril, foi a 23. Cabral avistou o Monte Pascoal na hora das vésperas, isto é, ao entardecer. Os homens do mar daquele tempo marcavam as horas pelo único relógio disponível, as ampulhetas, corrigidas sob o sol a pino do meio-dia. A partir de então tinha início uma nova data para registro de quaisquer ocorrências. Era o chamado dia náutico. O dia 23 de abril é o dia de São Jorge. Dois anos depois do descobrimento aparece no Planisfério de Cantino, considerado o mapa mais antigo do Brasil, um certo cabo de São Jorge, que mais tarde mudou o nome para o de São Roque, perto de Touros. É mais uma prova de que o descobrimento se deu aqui em cima."

Alem da data errada, Lenine chama a atenção para um detalhe da carta de Caminha que dizia que os índios do local do descobrimento começaram a baldear água para as naus sem que lhe pedissem tal coisa. "Isso porque os índios sabiam

Os homens do mar daquele tempo marcavam as horas pelo único relógio disponível, as ampulhetas, corrigidas sob o sol a pino do meio-dia

que os portugueses que chegavam precisavam de água", diz Lenine Pinto. E comenta que uma atitude dessas seria impossível no sul da Bahia, onde jamais paravam navios. "O contrário acontecia no Saliente rio-grandense, onde há registros históricos da chegada de muitos navegantes. A biógrafa francesa de Vasco da Gama, Geneviève Bouchon, acha quase impossível que o navegador, na sua primeira 'volta do mar', tivesse chegado a pequena distância do cabo de São Roque, levado pela Gulf Stream e não ancorasse em terras brasileiras. E Mestre João, responsável por um dos três documentos conhecidos da viagem de Cabral, em carta a D. Manoel, em espanhol, recomenda que o rei consultasse o mapa de Bisagudo (Pedro Vaz da Cunha, o de viso agudo, ou seja rosto afilado) para verificar o local do descobrimento. Esse mapa é de 1471, donde se conclui que o Brasil poderia ter sido descoberto trinta anos antes. Houve mais navegantes chegando antes de Cabral: mesmo em 1500, Vicente Pinzon; e em fevereiro, portanto também antes de Cabral, Diego de Lepe. Fora Américo Vespuccio, que garantia ter estado no Brasil antes do navegador português."

Para Lenine, o Saliente se tornou imprescindível nas viagens às Índias, pela água, pela caça, pela colaboração dos nativos e depois foi fonte de lucros, com a exploração do pau-brasil.

O MARCO MILAGROSO

Ao denunciar o abandono do marco de posse na praia dos Marcos, município de Touros, em 1890, José de Vasconcelos narrava que os habitantes do lugar tinham o monumento como sagrado. É o que conta a ata de 10 de outubro de 1890 do Instituto Histórico e Geográfico: "É uma pedra quadrangular de qualidade que chamam vulgarmente mármore de Lisboa (...) Não tem inscrição nem data alguma e apenas em uma das faces gravada, melhor dito, cavada, uma cruz da Ordem de Cristo, em cima de uma espécie de escudo no qual estão as quinas portuguesas. (...) Os moradores supersticiosos do lugar e também dos povoados vizinhos acreditam que é uma pedra santa, com a cruz e as chagas de Cristo e lá vão em romaria passar em torno dela fitas para ficarem bentas como é uso se fazer nas igrejas com imagens, rezam o terço diante dela, fazem-lhe promessas e apegam-se com Ela em suas aflições".

Em 1928 foi a vez de Câmara Cascudo visitar a praia. "Em agosto de 1928, Nestor Lima, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte e eu fomos localizar um marco que se afirmava existir numa praia do município de Touros. Jornada de automóvel que terminou em légua e meia a cavalo até Canto de Cima, onde deparamos o padrão na denominada praia do marco, ou dos Marcos (...) é tipicamente um padrão de domínio atestando posse (...) afirmava a soberania de Portugal nas regiões onde fosse colocado." Cascudo dizia que se tratava de um marco colocado – chantado é a expressão que se usava então – por armada que saiu de Lisboa em 1501 á procura de Cabral e que nessa expedição viajava também o florentino Américo Vespuccio.







Um dos livros do pesquisador Lenine de Barros Pinto. O marco, exposto no Forte dos Reis Magos, em Natal. E o pescador Garibaldo Tonico Varela, um dos entusiastas da volta do marco

A viagem desta repórter à praia dos Marcos não necessitou de cavalos como a de Cascudo, mas também não foi fácil. Saímos de Natal pela manhã, percorremos cerca de 90 km pela asfaltada BR 101 e depois mais 27 km de estrada de terra, com diversas encruzilhadas sem placas indicativas. Passamos por Touros, Cabo do Calcanhar, São Miguel do Gostoso e, sempre perguntando, errando e voltando atrás pelas estradinhas péssimas, conseguimos chegar. Isso não teria sido possível sem as indicações de Tânia Teixeira, empresária, dona de pousada na praia dos Marcos e integrante da Associação dos Moradores e Amigos de Cauã, AMAC, uma ONG que faz promoção social na região e encetou movimento pela volta do marco ao seu local primitivo, já que o mesmo foi de lá retirado. Cauã é uma pequena povoação a 3 km da praia dos Marcos. Tânia está escrevendo uma monografia sobre o assunto. E conta o porquê de praia dos Marcos, no plural: ao lado do marco principal havia outras pedras, lisas, que o sustentavam e que desapareceram.

"A retirada do marco, em 1975, foi feita com a polícia, a população não queria", diz ela "foi uma brutalidade e o choque cultural, enorme. Os moradores ainda não se recuperaram. O marco era venerado por eles, que até construíram uma capelinha para abrigá-lo. Aliás, o mar tem avançado nessa região e a cada vez que isso acontecia os moradores arrastavam o marco para mais longe, salvando-o das ondas."

A praia é bonita, uma enseada de mar calmo, muitas dunas e pouca vegetação. São cerca de 500 famílias na região e 25 pescadores. Garibaldo Tonico Varela, pescador, 35 anos, nos leva até a capelinha ao lado da réplica do marco, cuja base do pedestal foi destruída pelo mar. "O Brasil foi fundado aqui", ele explica, "mas os homens levaram a prova disso embora. Diz que puseram no Forte dos Reis Magos, em Natal. Aqui era o lugar certo."

Antônio Francisco Nascimento, pescador, 70 anos, sai da sombra de um rancho e se aproxima: "Tenho fé em Deus que o marco ainda volta. Até fiz uma promessa para isso acontecer. Era um marco santo, até raspávamos ele para fazer chás que curavam".

Três meninos sorriem atirados na areia, preguiçando. "Vocês sabem que o Brasil foi descoberto aqui?", pergunto a eles. As cabeças balançam negativamente. "A professora nunca falou nada?" Novamente movimento negativo das cabecinhas. O mesmo acontece com as crianças que treinam para uma fanfarra na sede da AMAC: nunca tinham ouvido falar no assunto.

Enquanto a meninada desconhece o tema, os mais velhos se lamentam: o marco tem que voltar. A AMAC se juntou a eles e já foram feitas passeatas e reuniões pela volta do marco. "Um monumento deslocado do seu universo histórico e social está destinado ao esquecimento", diz um folheto patrocinado por eles. "A importância de mantê-lo no lugar de sua origem significa uma ligação entre o histórico e o social. O Marco de Touros, fora do seu contexto, não desperta no visitante o interesse histórico nem curiosidade. Assim, podemos perguntar até que ponto tantos tombamentos não terão efeito semelhante ao da destruição. Por certo conservam o bem cultural. Mas o conservam como os embalsamadores faziam."

No dia seguinte à viagem para a praia dos Marcos esta repórter foi ver o pomo da discórdia, isto é, o marco verdadeiro, no Forte dos Reis Magos, em Natal. Pra começo de conversa, o monumento está na entrada do forte, e passei sem o ver. Voltei atrás e fotografei o personagem de pedra. Muitos turistas entrando e saindo, mas durante a meia hora em que a repórter ficou por lá ninguém parou em frente ao marco de posse. Longe do seu lugar o marco é apenas uma pedra e, a julgar pelo interesse dos visitantes, sem importância.

*Regina Helena de Paiva Ramos, 79 anos, é uma das jornalistas pioneiras da moderna imprensa brasileira. Foi repórter de *A Gazeta*, trabalhou nas revistas *Manchete*, *Fatos e Fotos*, *Construção em São Paulo*, *Casa e Jardim* e *na Visão*. Produziu o programa *Revista Feminina* na TV Bandeirantes, com Maria Tereza Gregori, época em que foi a ghost writer da série de livros *A Cozinha Maravilhosa de Ofélia*. Autora da premiada peça *E Agora, o Que eu Faço Com o Pernil*, Regina lançou no início deste ano o livro *Mulheres Jornalistas*, a grande invasão.



Foto / Luiz Divulgação

OS TÍTULOS QUE FIZERAM A MINHA CABEÇA

Giovanni Ettore Nanni, sócio do Escritório Tozzini Freire, fala sobre a experiência como professor de Direito Civil e de seu interesse por biografias

Formei-me na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1993. Hoje sou professor de Direito Civil dessa escola. Um ano após minha formatura, comecei como assistente do professor Renan Lotufo. Também dou aula no mestrado. Acredito que falte uma leitura específica em Direito Civil. Entretanto, não é por não existirem opções – há muitas –, mas o aluno é que lê pouco. Há necessidade de que frequentem com mais assiduidade os manuais tradicionais, mas o que vejo é o movimento inverso. Cada vez mais leem resumos, como os preparatórios para exame da OAB. Isso é ruim para a formação. Direito Civil é importante para quem atua na área empresarial, principalmente com fusões e aquisições, mas acaba muitas vezes negligenciado.

Tenho apreço especial por Direito das Obrigações. O autor que mais admiro nessa área é Agostinho Alvim. Gosto de sua forma de escrever e, em especial, do livro *Da Inexecução das Obrigações e Suas Consequências*. Ele foi autor de uma das partes de nosso Código Civil, de 2002. Renan Lotufo, aluno de Agostinho e meu orientador, é autor de dois volumes do *Código Civil Comentado*, muito bons. Outro autor referência é Antonio Junqueira de Azevedo, recentemente falecido, que foi professor da USP. Também destaco, entre os autores tradicionais, Pontes de Miranda, Clovis Bevilaqua, Orlando Gomes e Caio Mário da Silva Pereira. Foram todos esses que influenciaram meu pensamento acadêmico. Recomendaria para qualquer interessado no estudo do Direito Civil.

Já em História de Direito, certamente Franz Wieacker, John Gilissen e Raoul C. Van Caenegem são os autores que mais me influenciam e, toda vez que vou escrever um artigo jurídico, sempre inicio pela parte histórica. Por isso, recorro a esses autores e também aos de Direito Romano – a base do Direito Civil.

O tema de meu mestrado foi a responsabilidade civil do juiz e o do doutorado no enriquecimento sem causa. É um tema recorrente, mas pouco explorado, até doutrinariamente, por isso me senti encorajado para escrever, por essa falta de bibliografia. Agostinho Alvim escreveu um livro sobre esse assunto que me serviu de inspiração, pela sua forma de escrever, pela clareza das ideias, pelo pensamento retilíneo. Tive a plena certeza de que era sobre aquilo que eu queria escrever.

A arbitragem

Quando se imagina a arbitragem como um instrumento válido e eficaz, é preciso pensar em sua aplicabilidade prática. O mais relevante quando se pensa em arbitragem é a confiança e a credibilidade. As partes têm de saber que

podem levar seu problema para as mãos dos árbitros. O crescimento que a arbitragem vem tendo no Brasil em tão pouco tempo evidencia essa credibilidade. Ela antes era vista com descrédito e resistência. Logo após o advento da lei, em 1996, sua constitucionalidade foi questionada no Supremo Tribunal Federal (STF). Em 2001, o STF decidiu que era constitucional e, a partir de então, a arbitragem ganhou novo impulso em nosso país.

O projeto de lei, que depois foi para o Congresso, foi elaborado por Selma Maria Ferreira Leme, Carlos Alberto Carmona e Pedro Batista Martins. Sem dúvida porque eles saíram na frente expondo suas ideias em defesa do instrumento. Há um crescimento de estudos teóricos sobre arbitragem no Brasil, hoje, e muitos pesquisadores apresentando esse tema para seus estudos de mestrado e doutorado. Estamos passando dos conceitos genéricos para um aprofundamento na teoria, pois até agora era quase tudo apenas sobre a aplicação. Essa é uma evolução em curto espaço de tempo, um avanço notável. Entre os autores estrangeiros, gosto dos escritos de Eduardo Silva-Romero – um grande expoente –, merecendo destaque também a obra de consulta obrigatória de Fouchard, Gaillard e Goldman, *On International Commercial Arbitration*. Especialmente na França, há uma tradição de estudo de arbitragem, em pesquisa teórica e acadêmica. Aqui focamos mais no que se faz na Europa, onde há uma problematização dos conceitos, uma discussão. Há um livro recente do português Manuel Pereira Barrocas, o *Manual de Arbitragem*, que é muito bom.

Paixão por biografias

Estou lendo atualmente uma biografia de George Best, um jogador de futebol da Irlanda do Norte, da década de 1960, comparável a Pelé e Maradona. Como jogava na Inglaterra, no Manchester United, numa época em que não havia transmissão das partidas para cá, ele não ficou muito conhecido entre nós, inclusive porque nunca participou de uma Copa do Mundo. George faleceu em 2005 e só então ganhou notoriedade. Quando fui para a Inglaterra comprei este livro, *Our George: A Family Memoir*, escrito por Barbara Best, sua irmã. O jogador era muito carismático. Pelo que pude constatar, ele tinha a fisionomia e o cabelo dos Beatles, tanto que falavam, na época, que ele era o quinto beatle. Com muitos problemas na vida pessoal, por causa do consumo de bebidas e mulheres, ele acabou desenvolvendo uma cirrose. Fez um transplante de fígado, que não deu certo, e morreu de falência múltipla dos órgãos. Talvez minha próxima aquisição seja a autobiografia dele. Eu já li um livro de um autor português sobre ele, *Simply the Best*. Nele, diz que, pouco antes de morrer, George recebeu uma carta que terminava assim: "Assinado pelo segundo maior jogador da história, Pelé". Mas não sei se é verdade.

Gosto de ler biografias ligadas a música, cinema e esporte, especialmente futebol. Já li a história de Telê Santana, do João Saldanha, do Paulo Machado de Carvalho, Domingos da Guia, Garrincha, Quarentinha e Bobby Charlton. Nos Estados Unidos, comprei a biografia de Michael J. Fox. Mais ou menos quando encontrei o livro dele, meu pai tinha acabado de constatar que tem mal de Parkinson, assim como o Michael. Ele leu também e fez comparações com o relato do ator que achei interessantes.

Leio uma biografia de George Best, jogador de futebol dos anos 60, comparável a Pelé e Maradona. Como jogou na Inglaterra, numa época sem transmissão de partidas, não é conhecido entre nós

Na música, já li a história de Jerry Garcia, um americano conhecido como precursor do punk rock nos Estados Unidos. Era líder da banda Great Full Dead. É bem interessante a história de sua ascensão. Para mim, Rolling Stones é a melhor banda de rock de todos os tempos. Tem ainda o livro *Pops*, sobre a vida de Louis Armstrong; *Sweey Thunder: The Life and Times of Sugar Ray Robinson* e *Last Train to Memphis: The Rise of Elvis Presley*, minhas últimas aquisições, mas ainda não tive tempo de começar a ler.

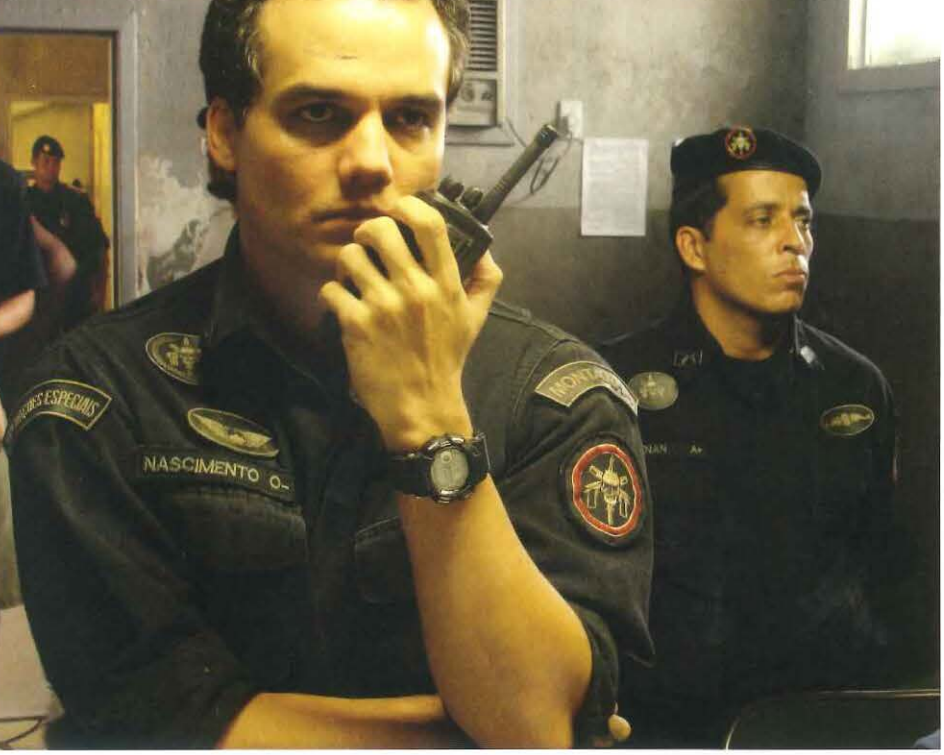
Gostei muito do romance *A Sombra do Vento*, que fez bastante sucesso, mas ultimamente tenho sido mais constante com esse veio das biografias. Toda vez que viajo e vejo uma coisa nova, compro. Demoro a ler, mas fica na fila *[risos]*. Recentemente mandei fechar uma parede no meu escritório, mas ainda há muito espaço. Acabo comprando muitos livros jurídicos também, mais do que não jurídicos, pois gosto muito de escrever e quero ter todos os livros sobre determinado tema de meu interesse. Há alguns que posso nunca usar, mas preciso ter, é como um sonho de consumo.

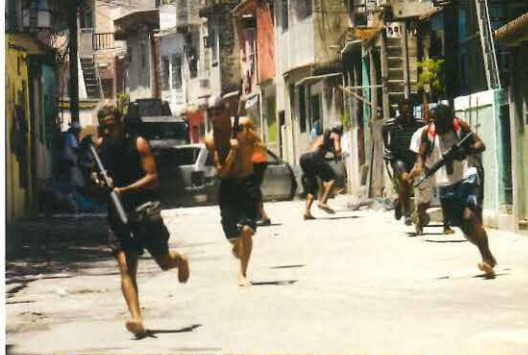
Ídolos do rock e cinema

Há alguns meses estava em Las Vegas e fui ver dois espetáculos do Cirque du Soleil. Um deles era o *Viva Elvis*, em que as canções eram interpretadas ao vivo. O outro foi *Love*, só com músicas dos Beatles. Foi o maior espetáculo que vi na vida. As composições foram pouco alteradas, apenas remasterizadas ou remixadas, porque foi produzido por George Martin, o produtor dos Beatles.

Tempo para mim é uma preciosidade, mas procuro conciliar a diversão com o trabalho. Gosto muito de música, principalmente depois do advento do Ipod. Meus amigos dizem que ele é muito eclético, pois, além de bastante rock, tem de tudo: pop, música brasileira. Também gosto muito de ir a shows. Recentemente assisti no cinema a *Baaria – A Porta do Vento*, de Giuseppe Tornatore. Tem a ver com a Itália e meu pai é italiano, por isso me interessei. O filme retrata a juventude de um homem nos anos 1930, quando meu pai nasceu. Queria ver na tela tudo aquilo que ouvi meu pai contar – e gostei bastante. Aprecio os filmes de Martin Scorsese, Francis Ford Coppola e de alguns diretores italianos, mas não excluo ninguém. Às vezes a diversão de ver um filme qualquer é interessante.

[Depoimento recolhido por Gabriella de Lucca]







O CAPITÃO TESTA SEU FÔLEGO

A sequência de *Tropa de Elite* toma de assalto o circuito exibidor. Números impressionam, mas há razão para tanto?

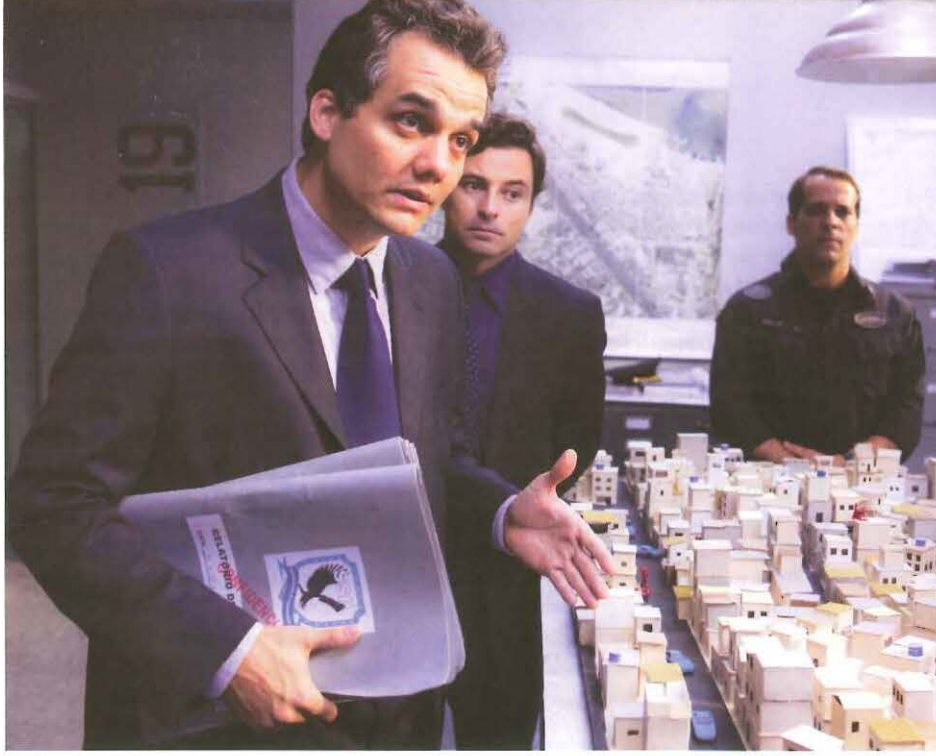
Por Fábio Fujita
Fotos/Divulgação*

No mundo maravilhoso do Capitão Nascimento havia mocinhos e bandidos – mais mocinhos porque, os bandidos, ele e seus asseclas do Bope (a polícia especial do Rio de Janeiro) tratavam de eliminar. Foi com essa premissa rasteira que o filme *Tropa de Elite*, lançado em 2007, tornou-se um fenômeno de visibilidade. Não apenas pelos estimados 11 milhões de DVDs que teria vendido na pirataria antes mesmo da estreia do filme, mas por gerar acalorados debates públicos sobre a engrenagem do tráfico de drogas e o papel da sociedade e da repressão nessa história. Para José Padilha, o diretor, os ditos progressistas apontavam o dedo acusatório: ele rodara um filme de alma fascista. A constatação se baseava no próprio comportamento do público, que, em grande parte das sessões, aplaudia as cenas em que os policiais tocavam o terror no morro, em busca do paradeiro do cabeça do tráfico, Baiano. Bater em bandido não só é legítimo, o filme deixava nas entrelinhas, como esperável. Alborghetti resiste em muitos corações.

Pois que, três anos depois de toda a repercussão obtida pelo filme, Padilha reaparece com *Tropa de Elite 2 – O Inimigo Agora é Outro*, com o mesmo elenco-base do primeiro, repetindo Wagner Moura no papel de Nascimento. Continuações são incomuns no cinema brasileiro, exceção feita aos casos que focam targets específicos, como o filão infantil da franquia *Tainá* ou a base da audiência pasteurizada da Globo, garantia de consumo para o entretenimento oferecido pelos dois *Se Eu Fosse Você*. *Tropa de Elite*, no entanto, não se enquadra em nenhuma dessas vertentes. É, em tese, representante do típico cinema social brasileiro, de denúncia. Tanto que foi coroado com o Urso de Ouro no mais político dos festivais, o de Berlim – prêmio outrora obtido por *Central do Brasil*, de Walter Salles. Quando rodou o primeiro *Tropa*, Padilha certamente não projetava que iria estender a história num segundo episódio; talvez nem sequer imaginasse que o impacto do primeiro *Tropa* teria junto a crítica e público. Repetir o caminho de *Cidade de Deus* – eterno marco da







Lançado com 700 cópias, segundo episódio do filme de José Padilha promove Wagner Moura de capitão a Subsecretário de Segurança do Rio: projeto copiosamente pensado "para dar certo"

estética *favela movie*, que iluminou o nome do Brasil ne cena internacional – já seria um feito e tanto. Mas ficou abaixo: levou 2,5 milhões de espectadores aos cinemas, enquanto o filme de Fernando Meirelles fez pelo menos 1 milhão a mais. Como, então, justificar uma continuação para *Tropa de Elite*?

Nascimento também é pop

Não é absurdo especular que as perdas obtidas no primeiro filme para o mercado genérico podem ter contribuído para a extensão do projeto. A legendária Cacilda Becker já dizia: "O artista não pode dar de graça a única coisa que tem para vender, que é a sua arte". Desta vez Padilha armou um esquema de guerra para se proteger. A sala de mixagem do filme contou com câmeras de vigilância operando por 24 horas e cada uma das cópias foi feita com uma marca-d'água para que, em caso de pirataria, fosse possível saber em qual cinema o crime foi cometido. Além disso, Padilha realizou uma única pré-estreia, na cidade paulista de Paulínia, fazendo com que todos os convidados deixassem na chapelaria seus telefones celulares. A curiosidade é que foi o próprio Bope, na pessoa de Rodrigo Pimentel – autor do livro *Elite da Tropa*, base do roteiro do primeiro filme – quem montou a operação antipirataria.

Mas a acusação de fascista, endossada por publicações internacionais do porte da francesa *Cahiers du Cinéma* e da americana *Variety*, certamente incomodou Padilha, cineasta egresso do documentário e, em tese, alinhado com um pensamento bem longe da direita. Seu interesse pelo Bope se deu exatamente quando realizou *Ônibus 174*, em que contava a tragédia social brasileira personificada em Sandro do Nascimento. Sobrevivente do episódio conhecido como Chacina da Candelária, Sandro sequestrou um ônibus com diversos reféns, em pleno centro do Rio. O episódio caminhava para um desfecho pacífico, até que um agente do Bope disparou contra Sandro, acertando de raspão a mulher que o sequestrador usava como escudo. Ambos morreram. Nas entrevistas de divulgação de *Tropa de Elite 2*, Padilha comentou que, até *Ônibus 174*, o cinema brasileiro sempre fora essencialmente marxista e que, por isso, teve o insight de querer mostrar a perspectiva da polícia, em seus dramas e angústias.

Mas, se lá no primeiro filme o Capitão Nascimento vivia fechado em sua Neverland de disciplina nazista, trabalhando na construção de soldados perfeitos ao melhor estilo *Nascido para Matar*, no segundo o tratamento dado por Padilha ao personagem segue por outros caminhos. Agora, Nascimento não é mais capitão, é coronel. Mais do que isso, é elevado à condição de Subsecretário de Segurança do Rio de Janeiro. Ou seja, toda a histeria repressiva que ele comanda no primeiro filme, de tête-à-tête com bandido, irá dar lugar à descoberta dos meandros nefastos que vicejam na política. Esse é o primeiro estranhamento em relação ao mítico personagem: a constatação de que, até então, Nascimento não sabia que o sistema era (é) podre e que ser íntegro – mesmo em vista de uma integridade de valores discutíveis, como são os dele – é ser estúpido. Principalmente porque a história se passa em ano de eleição, quando o governador do Estado busca um segundo mandato. Para isso ele sabe que precisa apaziguar a onda de violência que assola as comunidades. É nesse cenário que entram em cena as milícias – o bando corrupto da polícia –, que, a despeito de enquadrar o tráfico, impõem sobre os moradores uma espécie de poder paralelo, cobrando deles propinas por suposta proteção.

O próprio Wagner Moura chegou a declarar que, enquanto o primeiro filme foi bastante modificado do roteiro à edição –, o que de certa maneira explica o frescor narrativo que atingiu, sobretudo na evolução do personagem André Matias – o segundo foi elaborado de forma precisa, sem intervenções não previstas. O que não deixa de ser uma forma de assumir nesse segundo filme certa pobreza em termos inventivos. A concepção do personagem Fraga, um ativista de esquerda – e, portanto, um

pseudoinimigo de Nascimento –, soa falsa como ponto de tensão e contraponto aos desdobramentos da trajetória do agora coronel. Porque, não bastasse o antagonismo ideológico, Fraga casou-se com a ex-mulher de Nascimento, tornando-se, pois, padrasto do filho do subsecretário. *Tropa de Elite* 2 tem, por certo, grandes momentos – Padilha é, afinal, bom diretor. A cena em que Seu Jorge interpreta um líder do Comando Vermelho detonando uma rebelião em Bangu 1 é hipnótica, memorável. No mais, é mais do mesmo: certo sensacionalismo na violência (com direito a bandido brincando com a ossada de uma vítima que incinerou) e alívio cômico em momentos estratégicos. Trata-se, em suma, de um projeto copiosamente pensado para "dar certo". Não à toa, foi lançado com cerca de 700 cópias, número similar ao do blockbuster *Homem-Aranha*. Tal como Peter Parker, e ainda que à força, Nascimento também é pop.

O filão espírita

Não há, aqui, inocência em se valer do anacrônico discurso crítico sobre a vertente comercial do cinema – preocupa, apenas, que um projeto como *Tropa de Elite* tenha feito tal opção. Há outros movimentos na produção nacional em que o cinema comercial se justifica, ao saciar determinadas demandas reprimidas. Os cineperfis de personalidades conhecidas por trajetórias de superação, como os irmãos sertanejos de 2 *Filhos de Francisco* ou o ex-torneiro mecânico de *Lula – O Filho do Brasil*, é um deles. Outro é o filão espírita, que já vinha se revelando um fenômeno no meio literário e que, neste ano, tomou de assalto as salas de cinema com duas produções impactantes: *Chico Xavier*, de Daniel Filho, e *Nosso Lar*, de Wagner de Assis. Especialmente no segundo caso, a aura de superprodução é real: o filme custou R$ 20 milhões, tendo o requinte dos efeitos especiais feitos pela mesma empresa da fantasia *Watchmen*, e a direção de fotografia assinada por Ueli Steiger, de *O Dia Depois de Amanhã*. E a trilha sonora assinada por Philip Glass. Com tudo isso, *Nosso Lar* conseguiu levar 3,5 milhões de espectadores ao cinema; *Chico Xavier* tivera desempenho idêntico: 3,4 milhões.

Nenhum dos dois filmes se aprofunda na complexidade do universo de Chico Xavier – talvez porque não tivessem mesmo esse objetivo. Parecem ter sido feitos para captar os não iniciados no espiritismo, mas que se interessam em algum nível pelo tema; e apostando que, aos olhos dos verdadeiros espíritas, a própria visualização audiovisual das tramas de mediunidade seja suficientemente atraente. *Chico Xavier* faz uma espécie de perfil afetivo do médium, com um ator diferente para cada etapa de sua vida, contando, em paralelo, o drama de um casal que perdeu o filho. Já em *Nosso Lar* acompanhamos a jornada de um médico carioca no *post-mortem*. O que seria uma deixa oportuna para investir no tormento existencial do personagem ganha outro tratamento: o da verborragia didática dos valores da religião, além da glamourização da parte estética do filme, caracterizada pela predominância de tons brancos,









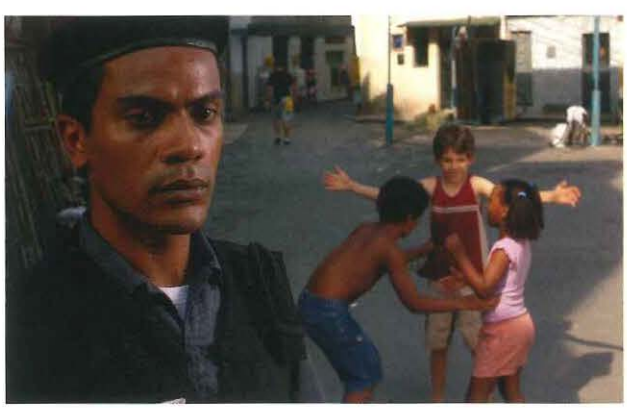
Filão espírita chega ao cinema: *Nosso Lar* e *Chico Xavier*, juntos, fizeram 7 milhões de espectadores

evocando o paraíso. A despeito de suas qualidades discutíveis, são filmes que contam com nichos de público certeiros. O livro homônimo em que *Nosso Lar* se baseia, por exemplo, já vendeu mais de 2 milhões de exemplares.

Em outra linha de abordagem, experiência a se aplaudir neste ano é o projeto *5 x Favela – Agora por Nós Mesmos*, coordenado por Cacá Diegues. Não se trata, como o subtítulo indica, apenas de um filme feito por gente saída das favelas – o que, por si só, já representaria algo grandioso. Às novas gerações que não sabem, o Cinema Novo – movimento dos anos 60 que se propunha a fazer filmes voltados para as questões sociais do país (tal como a nouvelle vague na França e o neorrealismo na Itália) – já legara ao cinema nacional uma produção chamada *Cinco Vezes Favela*. O filme era composto por cinco episódios, cada um dirigido por um então jovem cineasta, entre eles Joaquim Pedro de Andrade, Leon Hirszman e o próprio Diegues. Passadas quase cinco décadas, a experiência ganha uma espécie de revisão em que essa ponte conceitual estabelecida se mostra rica em significados.

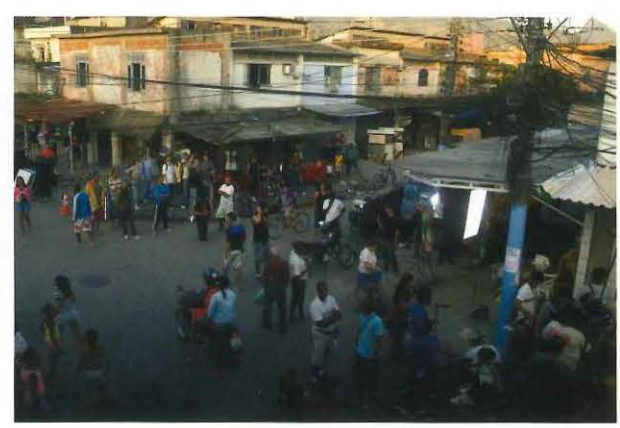
Cabe falar em revisão, e não em remake, uma vez que há importantes diferenças na concepção de cada projeto. Embora no primeiro os cineastas envolvidos tivessem uma engajada preocupação com a tragédia social a que se propuseram retratar, eram abastados, saídos de uma classe média alta e que, por isso mesmo, abordaram a favela com um olhar de quem era de fora. No novo trabalho, a perspectiva é de dentro. Cacá e a esposa (e também produtora), Renata Magalhães, ministraram oficinas de roteiro, produção, fotografia, montagem e direção, de modo a forjar novos cineastas dentro das próprias comunidades. Talvez este seja o grande mérito de *5 x Favela – Agora por Nós Mesmos*: a experiência de democratizar o fazer cinematográfico a quem, normalmente, não teria acesso.

E, ainda que pouco importasse o resultado na tela, é possível reconhecer alguns talentos desde já. Em meio a algumas abordagens edificantes, como a do garoto que quer presentear o pai com um frango, cansada que está a família em só consumir o básico arroz e feijão, destaca-se o episódio dirigido por Cadu Barcellos, intitulado *Deixa Voar*. Temos ali a aventura de um menino que, para recuperar uma pipa, precisa se enfurnar numa área perigosa da favela. Eis uma visão impossível para alguém de fora, que, via de regra, entende a favela como um conceito único: o mundo que não é o dele, o mundo a ser evitado. Quando, na verdade, há na favela subdivisões como em qualquer conglomerado urbano – umas mais, outras menos hostis. E a trama de Barcellos nem é para tratar dessa geografia social do morro, mas do ritual de passagem do garoto que, ao se meter num terreno pouco convidativo, precisa enfrentar o medo – mas tendo como perspectiva de recompensa acessar a realidade de uma garota de sua escola. Um belo filme que, no entanto, não fez uma fagulha do alvoroço causado por *Tropa de Elite 2*. O que, esquizofrenicamente, talvez seja um bom sinal.









*Exceto Foto/Davi Marcos.

Quase 50 anos depois, marco do Cinema Novo ganha "versão atualizada" em *5 x Favela - Agora Por Nós Mesmos*



Para a escritora portuguesa,

A CRISE ATRAPALHA O FEMINISMO

e para defender ideias de igualdade temos de nos colocar no lugar do outro

Por Carlos Costa
Fotos José Geraldo Oliveira

Na biografia de Inês Margarida Pereira Pedrosa, uma escritora de fôlego da nova geração portuguesa, consta que nasceu em Coimbra em 1962, mas ela faz questão de esclarecer que foi apenas acaso. "Minha família é de Tomar, e ali não havia maternidade, então minha mãe teve que ir desovar em Coimbra." Depois de desovada, Inês voltou para Tomar e viveu uma infância tranquila até os 4 anos, quando a família se mudou para Lisboa.

Em 1975, com 14 anos, publicou o primeiro texto na revista *Crônica Feminina*. Formada em Ciências da Comunicação pela Universidade Nova de Lisboa, iniciou carreira na redação de *O Jornal*, em 1983. Passou pelo *Jornal de Letras, Artes e Ideias* e *O Independente*. Foi diretora da revista *Marie Claire* em Portugal, de 1993 a 1996. Estreou na literatura em 1991, com o livro infantil *Mais Ninguém Tem*, e no mesmo ano lançou *A Instrução dos Amantes*. Em 1997 ganhou o Prêmio Máxima de Literatura com o livro *Em Tuas Mãos*. Em 2002 publica *A Menina Que Roubava Gargalhadas* e *Fazes-Me Falta*, lançado aqui no ano seguinte (Planeta do Brasil). Em 2003 publicou o livro de contos *Fica Comigo Esta Noite*; em 2007 *A Eternidade e o Desejo*; em 2008 *No Coração do Brasil: Seis Cartas de Viagem ao Padre António Vieira*. Seu último romance, *Os Íntimos*, acaba de ser lançado este ano.

Na Flip (Festa Literária Internacional de Paraty) de 2008, seu feminismo sutil e sem carregar bandeira causou sensação. "Não tenho medo da palavra feminista e ainda é preciso usá-la. O que realmente me irrita, e não participo, é de mesas onde só há mulheres debatendo questões femininas. Não acredito nisso. Ser feminista não significa que tenho de fazer uma escrita de gênero, isso pode ser subterfúgio para promover má literatura ou afundar a boa." Colunista do jornal *Expresso*, é figura polêmica na cena portuguesa, pois fala de tudo: política, religião, cultura e outros temas do mundo contemporâneo, como a despenalização da interrupção voluntária da gravidez e o casamento entre pessoas do mesmo sexo.



Durante nossa ditadura, os escritores portugueses eram censurados, mas não os livros vindos do Brasil *[risos]*. Jorge Amado se tornou muito popular, por sua escrita apimentada

Desde 2008 Inês Pedrosa dirige a Casa Fernando Pessoa, em Lisboa. "Meu trabalho aqui representa mais do que imaginava. É entusiasmante, pois Pessoa é o Pessoa." Apaixonada pelo poeta, não se intimida e o exalta como "avassalador e insuperável, mas não esmaga talvez por ter uma obra fragmentária. Quando leio *O Livro do Desassossego* mais vontade tenho de escrever. O poeta deixa pontas soltas para todos os lados e isso é estimulante do ponto de vista da escrita". Foi na Casa Fernando Pessoa que Inês Pedrosa recebeu a reportagem de *Getulio* para esta conversa.

Uma questão que pode ser início de conversa é saber sua posição sobre o Acordo Ortográfico.

Inês Pedrosa É uma utopia pensar em uma língua única, pois existem inúmeras diferenças que não têm nada a ver com ortografia. O que distingue o português de Portugal do português do Brasil não é tanto a ortografia e sim a sintaxe, a expressão pronominal, a construção, o uso do gerúndio, portanto as línguas continuarão diferentes. Li o acordo, ele mantém diferenças e engendra outras, por isso não acredito na criação de uma língua única. Acho desperdício de dinheiro, depois de tantos livros deitados à rua.

Um amigo português comenta que algumas expressões do português do Brasil ficaram cristalizadas por causa da situação do colonizado que tem medo de perder a língua mãe, e que nosso português é muito similar ao falado aqui no século XVII, enquanto em Portugal o idioma evoluiu para outros caminhos.

Inês Pedrosa Não sou linguista, mas há muitas expressões do português do século XVII que ficaram no Brasil e não existem aqui em Portugal. Mas o Brasil é mais informal e inventivo na questão da língua, não chegaria ao ponto de afirmar que o nosso português é mais futurista e o de vocês menos. Vocês preservaram algumas palavras e criaram outras. Não vejo isso como sendo duas línguas, penso que são duas versões da mesma língua e que pela sua construção gramatical é muito difícil uniformizar.

Lendo seu ultimo livro, *Os Íntimos*, deparei com a palavra "berma". Sei que se refere a algo relativo a via ou estrada...

Inês Pedrosa É a margem da rua, da estrada. Como vocês chamam?

Acostamento. Do ponto de vista jornalístico é mais complicado, pois se escrevesse para um jornal daqui teria de adotar um jeito que não me é comum.

Inês Pedrosa A questão da escrita jornalística não é um problema. No mesmo jornal em que escrevo *[O Expresso]*, o Luis Fernando Verissimo mantém uma crônica semanal em português do Brasil e que tem um imenso acolhimento.

Na antologia *Desacordo Ortográfico*, Mia Couto faz uma introdução interessante, relatando a descoberta da literatura brasileira e como a mesma língua pode produzir coisas tão diferentes do ponto de vista da criatividade.

Inês Pedrosa Tive essa mesma experiência. Aos 12 anos li *Clarissa*, do Érico Verissimo, e foi importantíssimo para mim, assim como a poesia de Carlos Drummond de Andrade ou a ficção do Jorge Amado – e esse em particular é muito interessante. Durante a nossa ditadura, os escritores portugueses eram censurados, mas livros vindos do Brasil não sofriam censura *[risos]*, Jorge Amado se tornou muito popular por sua escrita apimentada, e foi por meio dele e do Verissimo que conheci as especificidades expressivas da língua e também sua comunicabilidade. Os dois têm uma escrita clara, transparente, comunicante e muito livre. Meu livro *A Eternidade e o Desejo* se passa integralmente na cidade de Salvador e deliberadamente escrevi em português de Portugal e do Brasil. Quando os personagens brasileiros falam, uso o português de lá, inclusive adotando a ortografia brasileira. Isso antes do acordo ortográfico.

Qual sua relação com o Brasil?

Inês Pedrosa Todos os anos o Centro Nacional de Cultura de Portugal promove uma viagem de escritores e artista plásticos sobre o tema "Os Portugueses ao Encontro de sua História" e o produ-

O Rio tem uma beleza particular, mas São Paulo é maravilhosa. Sempre ouvi que era uma cidade violenta, brutal e feia. É uma Nova York desarrumada e mais calorosa



to final é um álbum. Eu e João Queiroz fomos convidados a realizar o percurso do Padre António Vieira no Brasil: Salvador, onde viveu por muitos anos, mas também São Luís do Maranhão, Belém, Recife e Olinda. Durante a viagem surgiu a ideia do livro. Foram três semanas entrando e saindo de tantos museus e igrejas em Salvador, e diante de tal intensidade visual ficou aquela sensação de que não havia tempo para se fixar em nada. Era um excesso de visão. Passei a fechar os olhos e me perguntava o que tinha para ser visto ali. Dessa maneira construí a personagem Clara uma professora portuguesa que volta a Salvador anos depois de uma terrível experiência na cidade: ao tentar salvar o homem que tanto amava levou um tiro que a deixou cega. Ela e um amigo, Sebastião, vão para Salvador seguindo as pegadas de Padre António Vieira em busca de conforto e inspiração em seus sermões, mergulhando no sincretismo religioso da cidade. Sebastião é quem lhe empresta a visão das coisas e das cores, e que não pode viver sem ela, apesar de não ser correspondido em sua paixão. Atrasei o livro de viagem, pois voltei com *A Eternidade e o Desejo* começado, era um romance que estava atravessado, um diálogo que mantenho comigo mesma sobre essa divisão que existe em mim a respeito de Portugal e do Brasil. Minha intenção foi fazer um livro que desse conta desta visão.

E o livro da viagem?

Inês Pedrosa Depois de dois anos de trabalho o resultado foi *No Coração do Brasil: Seis Cartas de Viagem ao Padre António Vieira* [Editora Dom Quixote]. Em cada sítio fiz uma carta grande, comparando aquele território em seu tempo e como o encontrei hoje.

Por que essa ligação tão forte com o Brasil?

Inês Pedrosa *[risos]* Não sei, ou seja, penso que parte dessa ligação é porque tive uma forte relação desde cedo com a literatura brasileira.

Chama atenção o fato de ter lido *Clarissa*.

Inês Pedrosa Na mesma época li *Olhai os Lírios do Campo*, e *Meu Pé de Laranja Lima*, de José Mauro Vasconcelos. Chorei ao ler aquilo. Fui ao Brasil apenas em 1999. A minha relação com a música brasileira também é forte e sem contar que sempre fui muito acarinhada pelos brasileiros. O Rio de Janeiro tem uma beleza particular, mas também a cidade de São Paulo é maravilhosa. Sempre ouvi que era uma cidade violenta, brutal e feia. Não tive essa sensação, penso que é uma Nova York desarrumada e mais calorosa. Isso tem a ver com o modo descontraído e menos formal, dar a volta às coisas e não se abater com as desgraças, talvez por isso o país tenha crescido tanto e sobrevivido tão bem a tantas coisas más que aconteceram.

O Brasil vive um momento muito feliz.

Inês Pedrosa É verdade que tive a sorte de conhecer uma determinada fatia do país que é muito estimulante. O Brasil é imenso e muito sedutor, mas sempre me impressionou o fato de ser um continente que mantém a ideia de uma grande nação e ser constituído de tantos pedaços tão diferentes. Noto que existe um cruzamento entre a alta e a baixa cultura e uma vontade de democratizá-la, o que não acontece aqui. Na música popular existem compositores de grande qualidade, como o Antônio Cícero, filósofo e poeta, o José Miguel Wisnick, professor da USP. O trabalho que se faz sobre literatura portuguesa no Brasil é melhor do que o que se faz atualmente em Portugal. Camilo Castelo Branco, um escritor que admiro, praticamente não é estudado aqui. Não apenas os grandes clássicos, mas também os novos estão sendo tema de estudos lá, ou seja, há vontade de descobrir e uma abertura para o novo. Sinto uma comunhão muito grande com esse modo de estar na vida, de sorrir...

Senti estranhamento ao ler *Os Íntimos*. Não há descrição de personagens ou do ambiente, o tempo todo é um fluxo narrativo masculino.

Inês Pedrosa O livro se passa em uma noite em que acontece um jantar entre cinco homens que se veem regularmente. Todos olhando para dentro de si e a narrativa se inicia com

Guilherme cruzando a cidade de Lisboa. O grande personagem do livro é a cidade de Lisboa.

A primeira cena, de sexo oral debaixo da Ponte do Oriente, é impactante.

Inês Pedrosa *[risos]* Exatamente, e chocou muita gente. Queria homenagear a cidade de Lisboa, e lendo e relendo *O Livro do Desassossego* senti a necessidade de reiterar uma coisa que é fascinante: a forma com ele fala e sintetiza a cidade. Lisboa sempre foi aberta ao mundo, um bocadinho de mundos diferentes, e tem dentro de si um bocado de cada coisa do mundo por causa das pessoas. É uma placa giratória e as pessoas se sentem universais aqui. Busquei mostrar a beleza da cidade em uma noite de chuva e névoa, então o personagem atravessa a cidade para se encontrar com amigos ao mesmo tempo que busca suas memórias. Trabalhei com o humor. Nós temos um humor cáustico.

Um humor negro?

Inês Pedrosa Sim *[risos]*. Recentemente tivemos esse vulcão da Islândia que afetou o tráfego aéreo, aeroportos sendo fechados, voos cancelados. E surgiu logo a piada: "Sabe qual foi o último desejo da economia da Islândia antes de morrer? Que suas cinzas fossem despejadas sobre a Europa *[risos]*.

Mas voltando à pergunta: como é uma mulher escrevendo na voz masculina?

Inês Pedrosa Essa questão já foi colocada quando Gustave Flaubert escreveu *Madame Bovary*. Um escritor ou escritora precisa ser poroso e capaz de penetrar na alma de qualquer ser humano e entender também do sexo. Pessoalmente foi muito mais difícil encarnar no romance *Em Tuas Mãos* uma mulher de 80 e tantos anos, prestes a enlouquecer por ter vivido um casamento branco e nunca consumado. Ela descobriu na noite de núpcias que seu marido era homossexual. O cenário é um Portugal dos anos 40. Foi mais difícil encarnar essa mulher do que um homem da minha geração. A marca dos anos está na linguagem mais do que qualquer outra coisa, também no comportamento e na atitude, mas são pessoas que estão à minha volta e, portanto, posso tomar notas, ou seja, é uma investigação fácil de realizar, do ponto de vista de forma. Precisamente queria perceber como é este mundo em que supostamente acabaram as discriminações de gênero e homens e mulheres têm os mesmos direitos.

Isso é mais ou menos, não?

Inês Pedrosa Sobretudo neste país do sul da Europa onde há fortes tradições "Maria Alvinas", de uma sociedade patriarcal. A grande revolução que ocorreu depois da revolução espacial do século XX foi a criação de intimidade entre homens e mulheres. Até então as pessoas viviam em um mundo pequeno e hierarquizado por castas



ou classes e a intervenção das mulheres nas escolhas era pequena. Hoje, quando escutamos que "a família está a desabar", é preciso ver de que família se está falando. Os casamentos se desfazem, mas se repetem e para mim isso quer dizer que as pessoas acreditam na vida a dois e na constituição de uma família. Queria discutir em *Os Íntimos* como os novos homens convivem com essa realidade e fiz com que os personagens falassem de suas relações de intimidades com suas mulheres e com outras pessoas. Tenho vários amigos e era constante o fato de um ter uma zanga com outro e por várias vezes eu tomava as dores de um. Logo em seguida eles voltavam a reatar a relação como se nada houvesse ocorrido.

Isso não acontece com as mulheres?

Inês Pedrosa Não. Duas ou três vezes falei que não entendia e passei a me perguntar o porquê.

Chegou a alguma conclusão?

Inês Pedrosa Começo a não ter conclusão nenhuma. O que percebi é que em geral os homens são educados para não ter expectativas em relação aos outros seres humanos, até porque ainda hoje são educados para a guerra e não para acreditar no amor eterno ou em príncipes encantados.

Isso transparece no livro.

Inês Pedrosa A baixa expectativa faz com que sejam mais tolerantes com os erros alheios.

Qual o livro que lhe deu mais gosto escrever?

Inês Pedrosa Todos. O meu *best seller* foi *Fazes-Me Falta*. Quando mostrei a meu editor, muito simpaticamente ele tentou convencer-me a mudá-lo, por achar que era visceral, filosófico e muito triste, e isso poderia ser ruim do ponto de vista comercial. O livro foi muito mal compreendido pela crítica e se tornou um grande sucesso de público.

A senhora mudou algo?

Inês Pedrosa Não mudei nada e foi o melhor que fiz. Trabalhei no livro todo o meu sentimento de perda. Embora não seja autobiográfico, escrevi o livro em cima de uma dor grande que foi a morte de meu pai. *Fazes-Me Falta* são dois monólogos entre a vida e a morte na voz de uma mulher que acabou de morrer e do seu grande amigo. Escrevi o livro a mão e de um jato só. É um trabalho muito intenso, mas devo confessar que estou um pouco cansada do sucesso que o livro teve. Escrevi o livro em 2001, depois disso publiquei outros tantos, mas todos fazem somente referência a ele. Chego a ter raiva do *Fazes-me Falta [risos]*.

Em dezembro de 2009 a senhora escreveu no jornal *Expresso* "Só Lula se pode vangloriar de seu próprio analfabetismo".

Inês Pedrosa O Caetano Veloso teria dito que o Lula era analfabeto, depois explicou que quis dizer que o

Lula por ser analfabeto estava mais próximo do povo. O próprio Lula teria dito em algum momento que não era necessário estudo, se referindo a si mesmo, pois não havia estudado e chegara a presidente. Como presidente da República de um país em crescimento e em que o analfabetismo é um problema esse não é um bom exemplo. Isso gerou muita polêmica e ficou como se o Caetano tivesse chamado o presidente de analfabeto. Eu mesma vi o Lula na televisão dizer que "eu que sou quase analfabeto", ou seja, só ele pode se gabar do seu analfabetismo e ninguém mais. Sei de suas várias qualidades, mas se fosse por 15 dias primeiro-ministro de Portugal ele morria. Ele é um presidente inteligentíssimo, difícil de ser substituído, porém não é Deus e até, graças a Deus, onde sei não é Fidel Castro. Então podemos criticá-lo sem que isso se torne um problema de Estado. Muitos criticaram a frase do Caetano, mas acho que democracia é ter liberdade para dizer o que se pensa.

Vamos a outra de suas frases: "O feminismo libertaria os homens, se as mulheres deixassem".

Inês Pedrosa Enquanto fizerem congressos feministas em que só se convidam mulher para falar de problemas de mulheres e onde se considera que o feminismo é uma causa só das mulheres nunca chegaremos a uma igualdade. Participei de um debate na televisão juntamente com o sociólogo António Barreto. Ele disse que não podia ser feminista por não ser uma mulher. Falei que ele não poderia ser antirracista por não ser negro. Para defender ideias de igualdade temos de nos pôr no lugar do outro e é aonde quero chegar: o feminismo tem que libertar os homens. Fala-se muito de direitos iguais, mas por que quando há divórcios automaticamente a guarda fica com a mãe? Não vou a congressos feministas em que há apenas feministas falando com outras feministas, pois tenho outras coisas para fazer na vida, não tenho tempo para rezar missas para convertidos. O feminismo é uma causa humanista assim como o combate ao racismo e, portanto, deve ser um movimento aberto a toda a sociedade.

Outra frase sua: "O ataque ao casamento homossexual indica fixação no sexo e no poder".

Inês Pedrosa Há uma mentalidade que o que determina uma pessoa é o que ela faz na cama. Católicos e puritanos estão mais preocupados com o sexo do que com o amor e agora se colocam contrários ao casamento ente homossexuais por não quererem que um casal homo adote filhos. Cria-se aquela ideia de que o que eles fazem é perverso e não podem educar uma criança, esquecendo-se de que os homossexuais são filhos de heterossexuais.

Há um comentário em seu livro, que achei muito "giro", quando diz que "o sexo oral não está feito para gerar criancinhas".

Pessoalmente foi muito mais difícil encarnar no romance *Em Tuas Mãos* uma mulher de 80 e tantos anos, prestes a enlouquecer por ter vivido um casamento branco

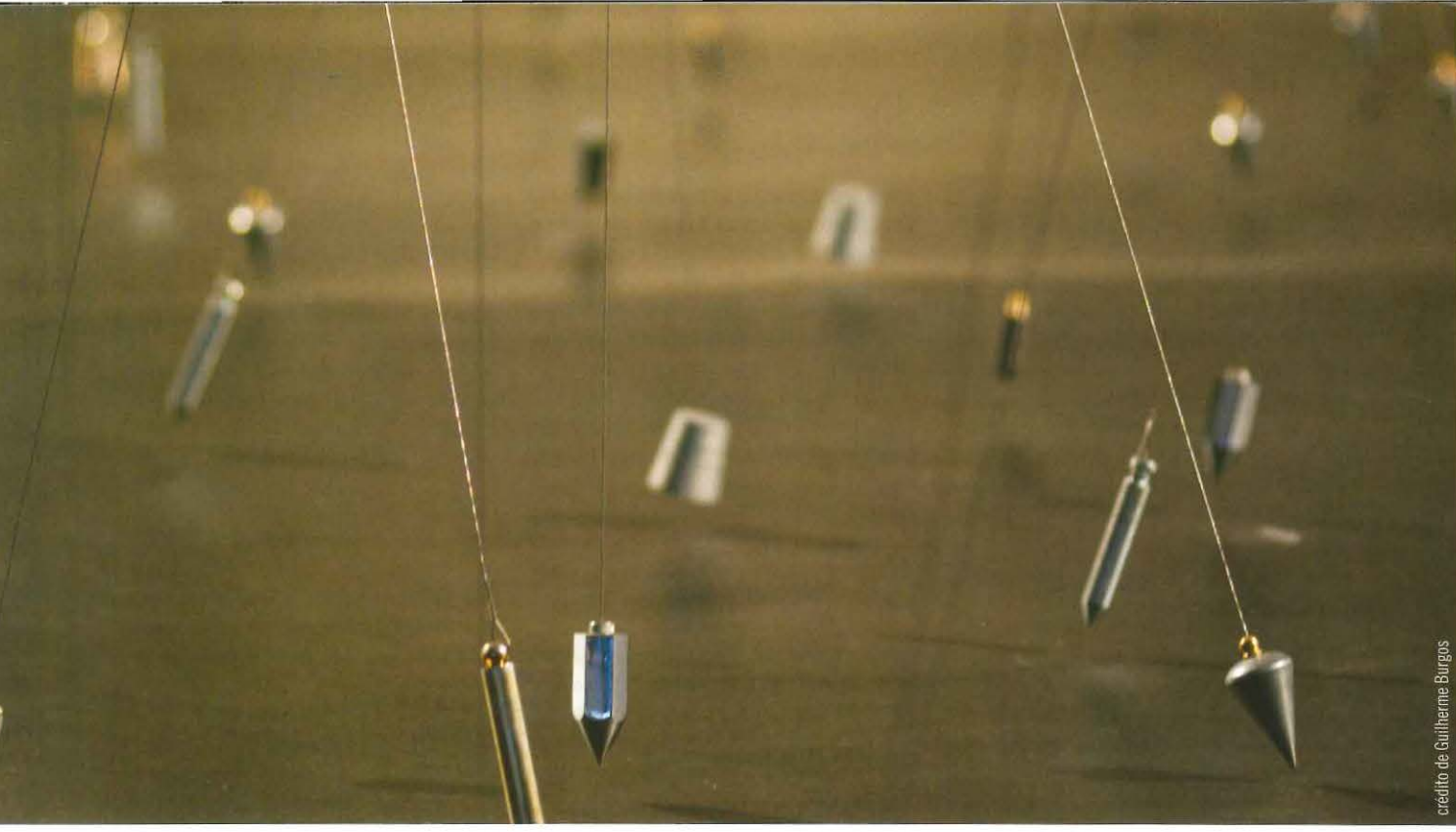
Inês Pedrosa A minha mãe, um mulher moderna de 74 anos, quando leu me falou: "Não havia necessidade". Não pensei que aquela cena que abre o livro fosse chocar nem tinha a ideia de que fosse chocante. O sexo é entendido apenas como uma forma reprodutiva. Algum cientista americano sempre cria uma nova teoria para justificar a infidelidade masculina como uma questão de preservação da espécie ou disseminação do sêmen para um maior número de mulheres... A literatura portuguesa fala pouco de sexo e quando fala é metaforicamente. Por exemplo, *As Novas Cartas Portuguesas* [escrito por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa em 1972], que retrata a ascensão do desejo das mulheres e ainda hoje é criticado pela sociedade, ou seja, essa questão ainda não está resolvida e por isso tenho necessidade de falar sobre esse assunto. O feminismo ainda está associado à forma de comportamento das mulheres. Na época da Margaret Thatcher me irritava ouvir que ela "era uma mulher que agia como homem". As mulheres têm o direito de agir como quiserem, os homens sempre tiveram esse direito. As mulheres não precisam ser todas maternais, santas, educadinhas, gostar apenas do amor.

Em 2008, quando a senhora esteve na Flip, houve um estardalhaço por ser considerada uma escritora feminista. Isso incomodou?

Inês Pedrosa Não tenho medo da palavra feminista, ainda é preciso usá-la e ser reivindicada por homens e mulheres. O que realmente me incomoda é: "Você é feminista, mas o seu personagem é muito machista". Claro! O romance é uma reflexão sobre a realidade ou uma narrativa da realidade, não fico pensando "vou fazer um romance feminista". Como pessoa, acredito que o feminismo ainda precisa fazer o seu caminho, inclusive penso que ele retrocedeu. Toda vez que há uma crise econômica ele retrocede. Observe como os meios de comunicação têm falado sobre a falta que as mulheres fazem em casa para a educação dos filhos, para que eles não se droguem ou corram o risco de seguir um mau caminho. A revista *Times* publicou uma capa com a história de uma mulher, física nuclear, que abandonou tudo e voltou para casa para cuidar dos filhos. Isso é reflexo da crise financeira e do desemprego, e um retrocesso na emancipação feminina. *[Enfática]* O que realmente me irrita e que faço questão de não participar é de mesas onde só há mulheres debatendo questões femininas. Não acredito nisso. Ser feminista não significa que tenho de ser uma escritora com escrita de gênero, inclusive isso pode ser subterfúgio para promover má literatura ou afundar a boa *[risos]*. Livros são bons ou fracos e não acho que cabe uma conversa sobre escrita masculina ou feminina.

Literatura é literatura?

Inês Pedrosa Literatura é literatura sempre.



crédito de Guilherme Burgos

350 Points towards Infinity (350 pontos rumo ao infinito) da italiana Tatiana Trouvé, composta por fios e pêndulos que se cruzam e imobilizam antes de tocar o chão

29ª BIENAL: O BRASIL NO MAPA MUNDI DAS ARTES

por Maria Rita Drummond

Não é de hoje que a arte brasileira chama atenção do mundo. Mas se havia alguma dúvida a respeito do grau de interesse, hoje não há mais. No dia 23 de setembro, centenas de colecionadores nacionais e estrangeiros, curadores de museus e marchands se reuniram para a abertura da 29ª Bienal de São Paulo. Entre eles, o diretor da Tate, Sir Nicholas Serota, o diretor do Pompidou Centre, e a influente Estrellita Brodsky, que dirige a área de América Latina do MOMA, além do badalado curador Hans Ulrich Obrist. Todos atentos ao que acontecia no pavilhão da Bienal. A presença das figuras mais influentes da arte atual comprova o nível de interesse no Brasil e a projeção da arte brasileira.

O foco do mundo no desenvolvimento econômico do Brasil, aliado a certa glamorização do país, conspiraram em favor do evento. Recentemente, a revista *Wallpaper* preparou uma edição totalmente dedicada ao Brasil. Os jornalistas estrangeiros passaram semanas no Rio de Janeiro e em São Paulo investigando desde designers e artistas plásticos consagrados até o concurso carioca "Miss Laje", montando uma visão *cool* do país.

Se tudo no Brasil passou a ser visto como tendência, o campo das artes plásticas não ficaria de fora. Antes de tudo, a qualidade dos artistas brasileiros é inegável. A produção do país está em franca expansão e esbanja beleza, criatividade e conteúdo. O meio artístico brasileiro amadureceu muito nos últimos anos, não se tratando mais de meia dúzia de artistas com consistência e qualidade. Nesse contexto, ter um espaço para pensar na situação da arte contemporânea a partir do Brasil é estimulante tanto para nós quanto para esses visitantes estrangeiros.

Após o Vazio, mais de 600 obras em exposição

A 28ª Bienal de São Paulo, ao apresentar apenas 40 artistas e propor o vazio como forma de questionar a relevância da própria Bienal, expôs o estado lastimável em que se encontrava a instituição em diversos sentidos. Com uma administração sem credibilidade, atolada em dívidas e dificuldades de levantar recursos, a Bienal caminhava para um triste fim.

Em maio de 2009, o quadro administrativo da fundação foi reformulado e a captação de recursos ganhou força com a eleição de Heitor Martins como presidente da Fundação Bienal. Martins é casado com Fernanda Feitosa, a organizadora da cada vez mais festejada SP-ARTE. Com um time renovado e bons contatos no meio financeiro e empresarial, a Fundação Bienal arrecadou R$ 30 milhões de reais para esta



Divulgação

Matéria e cor, tempo e espaço são noções que se articulam na obra cinética, *Medusa* de 1970, da artista Amelia Toledo

29ª Bienal de São Paulo, mais do que o triplo da mostra anterior.

A mostra conta com mais de 600 obras de 159 artistas nacionais e internacionais. A escolha dos curadores principais Moacir dos Anjos e Agnaldo Farias, profissionais renomados e donos de boa credibilidade no meio nacional e internacional, contribuiu para que houvesse a adesão dos mais requisitados artistas internacionais. A artista italiana Tatiana Trouvé havia anunciado que sua agenda para o ano estava fechada, mas não resistiu à carta-convite enviada pela Fundação Bienal detalhando o projeto proposto e veio para o Brasil especialmente montar a obra "350 Pontos Rumo ao Infinito", trabalho de uma beleza e sensibilidade impactantes. De fato, o projeto é apresentado de forma muito atraente. A inspirada escolha do título "Há sempre um copo de mar para um homem navegar" – verso do poeta Jorge de Lima – traz o entendimento dos curadores que "a dimensão utópica da arte está contida nela mesma, e não no que está fora ou além dela".

A miscelânea dos terreiros

Com tanto para ver, foram criados seis espaços denominados terreiros, idealizados inicialmente como lugares para o público descansar durante a visita aos 30 mil m² de exposição. No entanto, os terreiros acabaram virando uma atração em si. Agnaldo Farias explica a idéia dos terreiros citando "Brasil, esquentai vossos pandeiros, iluminai os terreiros, que nós queremos sambar", trecho da música *Brasil Pandeiro*, de Assis Valente, que passaram a ser espaços para música, dança, teatro, recitais e debates.

Os curadores vêm ressaltando, em entrevistas e palestras, a preocupação em não fazer uma exposição convencionalmente contemplativa. Por isso os terreiros viraram espaços de criação que promovem o encontro entre o público e artistas, pensadores e palestrantes. Farias defende o tamanho da mostra e a forma como as obras estão exibidas, fazendo um paralelo com o caos que vivemos hoje, bombardeados de informação, imagens e pessoas.

Cada terreiro tem uma finalidade, como o "Dito, não dito, interdito", em homenagem ao personagem de Guimarães Rosa, que será dedicado à palavra, onde o público pode falar o quiser em qualquer momento; o "Longe daqui aqui mesmo", do livro de Antonio Bivar, um espaço das idéias e utopias, um misto de biblioteca de consulta e labirinto de sonhos, segundo os curadores; e o "O outro, o mesmo", extraído de Jorge Luis Borges, dedicado às performances e autorrepresentarão. Os títulos foram retirados de obras da literatura. O cuidado com a elaboração de cada detalhe do projeto e do material que o acompanha merece aplausos. O projeto da 29ª Bienal de São Paulo não é simples, nem modesto, mas é bem preparado.

Arte e Política

No texto de apresentação, publicado no impecável catálogo da mostra, os curadores explicam suas propostas e as referências que os influenciaram. Partem do pressuposto de que não se pode separar arte da política. Inicialmente, foi fácil associar o tema da 29ª Bienal com o trabalho de Gil Vicente, em que o artista mata políticos famosos com George W Bush, a Rainha Elizabeth e o presidente Lula, dentre outros, obra que dominou a imprensa na semana da inauguração. No entanto, a associação entre arte e política é mais ambiciosa e sofisticada.

O sentido de política, que nos é explicado através dos textos-educativos, encontra-se baseado na teoria do filósofo francês Jacques Rancière. Rancière é um pensador conceituado e respeitado dentro e fora da França, e foi acolhido



Crédito de Guilherme Burgos

Os Mestres e as Criaturas Novas (remixstyle), do artista Yonamine, que recicla memórias e objetos, numa crítica sutil e bem-humorada de nosso tempo

pelo mundo das artes como uma forma de trazer mais legitimidade a um meio tão criticado por seu viés cada vez mais comercial. O que não significa que todos entendam sua complexa teoria. Em 2007, a bíblia das artes plásticas, a revista *Artforum*, publicou uma edição especial sobre Rancière, que foi atração da feira inglesa Frieze Art Fair, o que já é suficiente para provar seu prestigio. Rancière defende que a arte sempre faz política. Alguns acreditam que associar arte contemporânea à política a legitima ou, pelo menos, fornece argumentos em defesa de seu conteúdo conceitual. Certamente, não é um filósofo de fácil acesso ao público, o que não impediu que ele fosse inserido no meio artístico mundial como um dos mais importantes pensadores de arte contemporânea.

Rancière esteve em São Paulo em 2005 e falou no SESC Belenzinho, o trecho transcrito abaixo, disponível na página do SESC, ilustra o que ele pensa sobre arte e política: "...a arte não é política antes de tudo pelas mensagens que ela transmite nem pela maneira como representa as estruturas sociais, os conflitos políticos ou as identidades sociais, étnicas ou sexuais. Ela é política antes de mais nada pela maneira como configura um *sensorium* espaço-temporal que determina maneiras do estar junto ou separado, fora ou dentro, face a ou no meio de... Ela é política enquanto recorta um determinado espaço ou um determinado tempo, enquanto os objetos com os quais ela povoa este espaço ou o ritmo que ela confere a esse tempo determinam uma forma de experiência específica, em conformidade ou em ruptura com outras: uma forma específica de visibilidade, uma modificação das relações entre formas sensíveis e regimes de significação, velocidades específicas, mas também e antes de mais nada formas de reunião ou de solidão.."

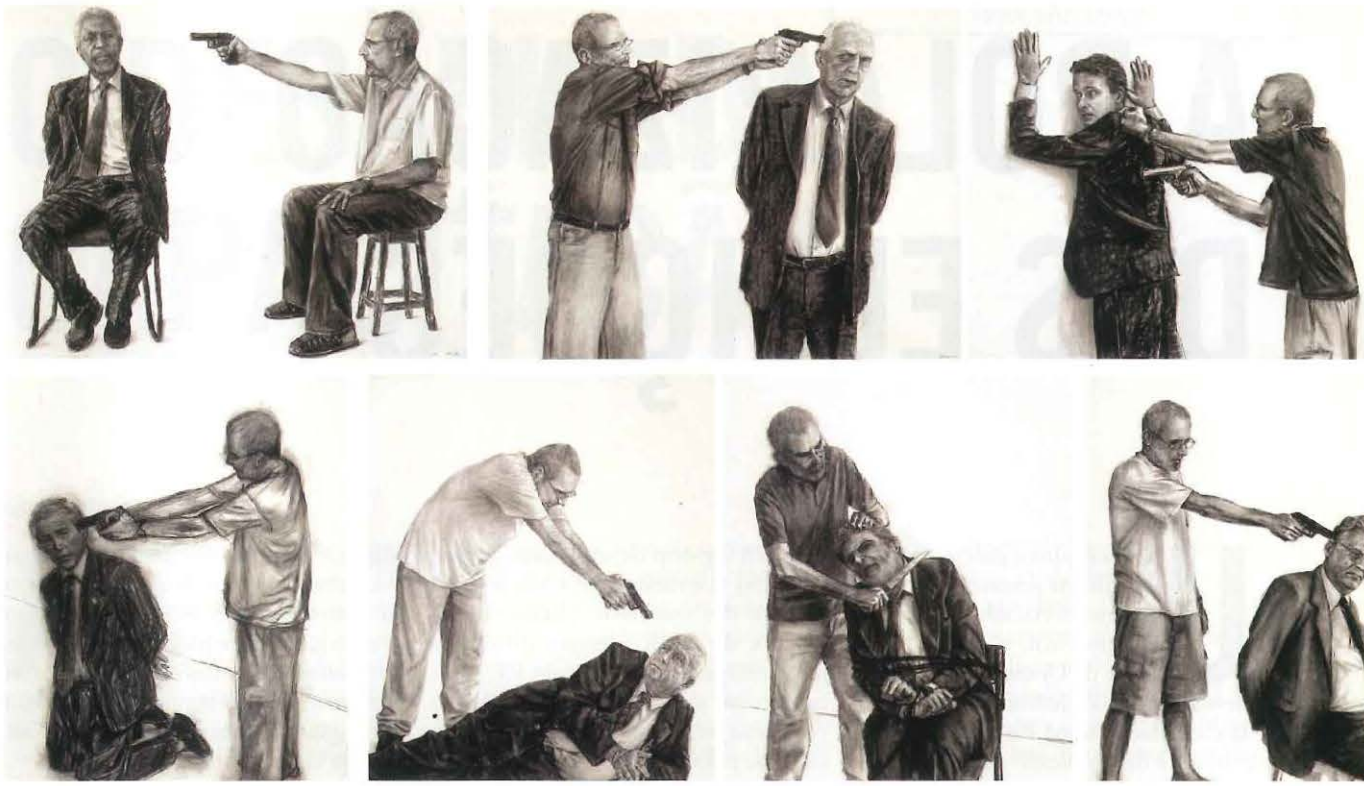
Da leitura dos textos citados pelos curadores pode se interpretar (livremente) e resumir de forma simplória que a arte não se reduz ao seu caráter estético, nem a sua forma de pensar, ver e retratar o mundo, ela se faz política a partir do momento em que retira o espectador de sua comodidade e de seu universo e o lança em uma zona não mais familiar.

Experiência enriquecedora

Tendo em vista a elaborada abordagem dada à temática proposta, foi preciso investir pesadamente no projeto educativo. Teorizar sobre política e arte é interessante, situar a discussão em torno do pensamento de um filósofo renomado é enriquecedor, mas não se deve esquecer o nível de educação no Brasil, país em que a maioria da população não frequenta museus, nem tem acesso fácil à educação artística.

Claro que a arte traz em si meios próprios de comunicação com o público, que dispensam aulas ou explicações, mas há muito conhecimento e referências em uma obra que merecem ser destacados a fim de ampliar o diálogo entre o artista e seu público.

A Bienal de São Paulo é um dos eventos de arte mais visitados do mundo. Só no primeiro final de semana foram mais de 12 mil visitantes e até seu encerramento estima-se que 1 milhão de pessoas terá passado pelo pavilhão Ciccillo Matarazzo, no Ibirapuera. Para que esse número expressivo de pessoas possa entender o sentido das obras estarem expostas daquela forma e absorver tudo que se pretende e não meramente percorrer o pavilhão olhando sem enxergar nada, os organizadores colocaram à disposição do público uma



Divulgação

Série de desenhos *Inimigos*, autorretratos do artista pernambucano Gil Vicente matando personalidades

agenda educativa intensa, iniciada meses antes da inauguração.

Com curadoria de Stella Barbieri, o programa inclui cursos, oficinas e ações de formação voltadas a educadores de escolas públicas e particulares, ONGs, comunidades e associações culturais. Uma equipe de 320 educadores foi preparada para receber o público ao longo da mostra. Cursos para crianças, jovens e adultos, encontros com críticos, curadores e artistas e um seminário internacional sobre educação, arte e política complementam as atividades. Ou seja, o cuidado em criar uma base de apoio à mostra se revelou bem planejado e abrangente. O visitante percebe que os educadores da bienal são prestativos e preparados, contribuindo para que a experiência seja enriquecedora.

Destaque da mostra

Na edição da *Getulio* de março de 2009 [nº 14], destacamos três artistas jovens talentosos, dentre eles Tatiana Blass e Henrique Oliveira, que estão presentes nesta bienal. O trabalho de Tatiana Blass chamou atenção no dia da inauguração com a performance "Piano Mudo", em que dois homens jogaram parafina derretida em um piano de cauda enquanto um pianista tocava. Foi comovente ver a cera esfriando e silenciando a música do piano. Um vídeo da performance está ao lado da obra em exposição. Já Henrique Oliveira é um dos grandes destaques com a obra monumental composta por retalhos de tapumes e de madeira laminada intitulada "A origem do terceiro mundo".

Outros artistas, já abordados em reportagensm da *Getulio*, também estão presentes e devem ser parada obrigatória: (i) Miguel Rio Branco, com o filme *Nada Levarei Quando Morrer Aqueles Que Mim Devem Cobrarei no Inferno* (1979-1981), em que retrata com seu olhar único o Pelourinho (Salvador); (ii) Hélio Oiticica, com o fantástico *Ninhos*, estrutura de madeira, composta por vários compartimentos separados e sobrepostos, que parecem espécies de camas, em que o espectador pode entrar e ficar lá; e (iii) Cildo Meireles, com *Abajur*, obra de dois andares em que cilindros feitos de material fotográfico transparente com as imagens de mar, navio, aves e nuvens recebem luz e movimento por trabalho humano. A obra foi acusada de politicamente incorreta, por usar um trabalho quase escravo, mas é forte e nos lembra que a força humana está por trás de tudo, apesar de as coisas parecerem cada vez mais virtuais.

Dos brasileiros, outra jovem que tem se destacado no meio artístico brasileiro é Cinthia Marcelle, que apresenta uma instalação formada por uma lousa escrita e apagada e amontoados de pó de giz, resultado do que a artista obsessivamente escreveu e apagou.

De fora, vale ressaltar o trabalho do badalado artista belga, que mora no México, Francis Alys. O vídeo *Tornado*, exibido em sua individual montada pela Tate Modern há alguns meses, reproduz o artista belga se jogando no meio de tornados no deserto do México.

As obras do Grupo Rex, do artista Antonio Manuel, de Flávio de Carvalho, Nuno Ramos, os vídeos de Samuel Beckett, Jean-Luc Godard e Nan Goldin, não podem ser perdidos, dentre outros artistas e obras singulares.

Por tudo que se propõe, pela forma que foi concebida, pela arte que apresenta e pela experiência que oferece ao público, a 29ª Bienal de São Paulo não é só um programa imperdível, como um programa para se repetir mais de uma vez até 12 de dezembro de 2010.

A POLARIZAÇÃO DAS ELEIÇÕES

Por Carlos Costa

Um dos assuntos polêmicos dessas últimas semanas, tema de discussões em sala de aulas de Direito Civil, o caso da estudante de Direito que escreveu ofensas contra nordestinos após a vitória da candidata Dilma Rousseff dá margem para uma reflexão sobre a polarização ocorrida nestas últimas eleições.

Revoltada com o resultado da eleição, a acadêmica, que entendia que a vitória da futura presidente fora consequência dos votos dos Estados do Nordeste, postou mensagens como "Nordestino não é gente. Faça um favor a SP, mate um nordestino afogado!". A Ordem dos Advogados do Brasil, seção Pernambuco, entrou na quarta-feira, 3 de novembro, com uma representação criminal contra a estudante. No entanto, a autora dos ataques não estava sozinha e outros usuários postaram em apoio frases como "Tinham que separar o Nordeste e os bolsas vadio do Brasil" e "Construindo câmara de gás no Nordeste matando geral", segundo informação do portal especializado em mídia, o Comunique-se.com.br. "São mensagens absolutamente preconceituosas. Além disso, é inadmissível que uma estudante de Direito tenha atitudes contrárias à função social da sua profissão. Como alguém com esse comportamento vai se tornar um profissional que precisa defender a Justiça e os direitos humanos?", questionou o presidente da OAB-PE, Henrique Mariano. De resto, como a *Folha de S.Paulo* afirmou em editorial sobre este caso, a candidata venceria o pleito mesmo se os votos da região Nordeste não fossem computados

Num e-group de ex-alunos de que participo, li a mensagem irada postada por um dos membros, estudante que não foi de minha época, afirmando ter participado da criação do PT, "esta cobra com sede de poder, hoje aliada com seus inimigos, para não perder a cadeira, e levar o país para um estado de autoritarismo com apelido de estado mãe, onde quase toda a arrecadação... mas vamos lá, a vida continua, pena que a Democracia não". Recebi também e-mails com imagens escatológicas, comentando a vitória da candidata petista.

Desde as eleições presidenciais de 1989, em que a disputa chegou ao segundo turno entre Fernando Collor de Melo e Luiz Inácio Lula da Silva, com a derrota deste por pequena margem, não se via tal acirramento de ânimos, com elevado grau de polarização, em boa parte alimentada pela chamada "grande imprensa", que na última hora caiu numa oposição feroz, produzindo denúncias que deveriam ter sido feitas muito antes das vésperas das eleições.

Lembro de uma cena ocorrida, no domingo daquele segundo turno de 1989, no restaurante The Place, na Haddock Lobo, em São Paulo (o restaurante não existe mais): houve troca de socos entre os ocupantes de mesas próximas, com posições contrárias. Os adeptos do então jovem candidato Collor, não admitindo que os resultados das urnas não fossem o que esperavam, partiram da troca de agressões para a força física. Algo que quase se repete agora.

No entanto, é exatamente a prática da democracia que está em jogo em uma eleição. E faz parte das regras da disputa que uma das partes irá ganhar e a outra irá perder. E quem perde tem de concordar com o resultado. Como dizia o garçom da propaganda da Justiça Eleitoral, que insistia em empurrar um suco para o cliente que pedia um cafezinho: "Daqui a quatro anos você poderá tomar o café".

É então hora de passar para a próxima fase. Apostar que a presidente Rousseff cumpra a contento a recheada agenda que a espera: a de montar uma equipe técnica capacitada para enfrentar as urgências de um país que já avançou muito nesta década que termina agora em dezembro. E começar 2011, a nova "década dos 10", com o pé direito. Dilma, no discurso da noite do domingo 31 de outubro, quando a apuração das urnas lhe conferia a vitória, já deixou claro que sabe que terá muito a fazer.

O jornal britânico *Financial Times* afirmava, no dia seguinte à eleição, no artigo *Rising Brazil must explain what it wants*, assinado pelo jornalista Marco Vicenzino, que o país precisa deixar claro para onde pretende caminhar – no caso, o articulista se referia especificamente à postura enigmática do país no campo da diplomacia. Mas são múltiplos os campos que precisam de uma postura e uma política claras e por todos compartilhada. Afinal, a presidente de todos os brasileiros sabe que apostamos que esta será a década da educação de qualidade, da inovação e da capacitação. Essa edição que você acabou de ler reuniu muitos desses tópicos que esperam decisões. Mas a década que nos espera certamente será o tema de nossa próxima edição.

FIM